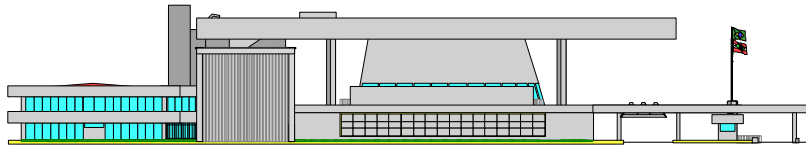


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 01 DE SETEMBRO DE 1998

NÚMERO 4.564

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Norberto Stroisch Filho

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 958**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 098ª Sessão Ordinária
realizada em 01/09/1998..... 2
Ata da 099ª Sessão Ordinária
realizada em 01/09/1998..... 5

Publicações Diversas

Atas de Comissão Permanente ..
..... 10
Projeto de Lei Complementar.....
..... 48

P L E N Á R I O

ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 01 DE SETEMBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Merss - Ciro Roza - Eni Voltolini - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Narciso Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Narciso Parisotto, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura da ata, esta Presidência comunica que as Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público deverão reunir-se em seguida, a fim de analisarem uma série de projetos e vetos que tramitam nesta Casa.

Portanto, esta Presidência suspenderá a presente sessão até as 11h, quando as Comissões estarão reunidas, retornando neste horário com a Ordem do Dia.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

No momento da abertura da sessão, apenas foram apreciadas as atas. Desta forma, solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, para proceder à leitura do expediente.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu só gostaria de fazer uma indagação a V.Exa. Tem alguns projetos do Governo, de suplementação, e eu gostaria de saber se estes projetos já foram lidos ou se serão lidos agora.

São vários projetos de suplementação; o Deputado Romildo Titon têm cópias aqui, e gostaria de saber se eles já têm leitura no Plenário, porque não estão na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Nós vamos proceder à leitura deste

expediente relacionado, enquanto isso a assessoria vai verificar se existem estes projetos.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Narciso Parisotto, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Narciso Parisotto) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente: MENSAGEM DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO Nº:

3795, encaminhando projeto de lei que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.372, de 21 de novembro de 1977.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Pedro Uczai, que institui a meia entrada para jovens de até vinte e um anos de idade em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento;
- de autoria do senhor Deputado Pedro Uczai, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 41, da Lei nº 170/98;
- de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a associação de Reservas Duque de Caxias - ARDC.

OFÍCIOS Nºs:

073, 074, 075, 076, 077, 078, 079 e 080/98, do senhor Secretário de Estado da Casa Civil, encaminhando resposta formalizada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura;

619/98, do senhor Diretor Executivo da UCP - Ministério da Educação e Desporto, informando o convênio firmado entre o MEC/SEMTEC/PROEP com a Secretaria da Educação e Desporto do Estado de Santa Catarina;

812/98, do senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, comunicando a efetivação do Contrato nº 74/98, referente à construção do novo prédio do Fórum da Comarca de Chapecó;

2444 e 2511/98, do senhor Oficial-de-Gabinete da Casa Civil/PR da Presidência da República, acusando recebimento do Telefax nºs 0764.1, 0768.4 e 0783.6/98;

6689/98, do senhor Governador do Estado encaminhando resposta ao Pedido de Informação nº 30/98;

0003/98, do senhor Prefeito Municipal de Douror Pedrinho, solicitando para que cessem os trabalhos no território de nosso Município, especialmente, no que tange ao ingresso dos técnicos da Funai e do grupo de trabalho instituído, vedando a avaliação das propriedades rurais, até que se comprove, em todas as instâncias, que o território faça parte da reserva indígena;

0040/98, do senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Santa Catarina, encaminhando o Ofício nº 447/98-GP, remetido ao Governador, referente a Defensoria Dativa e Assistência Judiciária;

0079/98, do senhor Presidente da Associação Comercial e Industrial de Presidente Getúlio, comunicando que a prestação jurisdicional se constitui em aspiração popular de colossal relevância, insertando-se entre os quesitos para a qualidade de vida;

0178/98, do senhor Prefeito Municipal de Sérgio Oselame, comunicando que as Prefeituras do País, e não fogem à regra as de Santa Catarina, estão passando pela sua maior crise financeira, por isso apelamos com toda veemência, que mostrem seu espírito público e bom senso e permitam ao Governo do Estado, a venda de Ações da CELESC e CASAN;

0184/98, do Presidente da CIASC-SC, vimos considerar a Vossa Excelência que a Comissão Permanente de Política de Assistência Social deste Conselho Estadual, ao analisar aspectos legais e técnicos que amparam a Pensão Especial (Lei nº 7.702) de 22 de agosto de 1989, no seu artigo 1º.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos à Ordem do Dia.

Para a presente sessão, não temos matéria a ser deliberada.

Consultamos os senhores Líderes sobre as matérias a serem deliberadas na sessão das 14h, em função da reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Gostaria que os senhores Deputados nos dessem a relação das matérias possíveis para votar.

Há uma solicitação verbal, dirigida a esta Presidência, para inclusão na pauta da sessão de hoje, às 14h, de um projeto que foi retirado da pauta na sessão do dia 14 de agosto. Trata-se do Projeto de Lei nº 001.5/98, que autoriza a permissão do uso de imóvel no Município de Florianópolis pertencente ao IPESC.

Fica, portanto, já anunciada a inclusão desta matéria, a fim de que todas as Bancadas tomem conhecimento de que estará em deliberação o referido projeto de lei.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, eu gostaria de levar ao seu conhecimento e ao conhecimento dos demais Parlamentares que pretendo, na sequência, apresentar três outros projetos.

Apenas não o fiz antes pela necessidade de nos deslocarmos até aqui. Um deles é o Projeto de Lei nº 0276.3/97, que trata de veto parcial apostado pelo senhor Governador.

Eu não sei se devo comunicar esses projetos aqui, a fim de que V.Exa. possa determinar a inclusão deles na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Tendo V.Exa. comunicado esses projetos, eu determinarei à assessoria para que os inclua na pauta de hoje à tarde. E se até o momento da sessão eles não tiverem parecer, nós iremos excluí-los.

V.Exa. pode citar os projetos e, automaticamente, eles ficaram anunciados para a pauta da sessão de hoje à tarde.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Até porque esse veto parcial ao projeto de autoria do Deputado Gilmar Knaesel, de número 0276.3/97, tem prazo final para o dia 02 de setembro. Este projeto disciplina regras sobre a ocupação de vagas em estabelecimentos de veículos localizados em imóveis pertencentes a órgãos ou empresas da administração direta, indireta ou autárquica. Esta é a ementa.

O outro projeto, senhor Presidente, de nº 0135.1/98, de procedência governamental, dispõe sobre o controle da produção, do comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos.

Houve pedidos de vista, já retornaram, e o projeto agora encontra-se pronto para a coleta de votos, uma vez que eu já havia manifestado o meu relato.

O último é o Projeto de Lei nº 0130.8/98, de procedência governamental, que dispõe sobre o sistema de defesa civil, cujo relato também já procedi. Houve o pedido de vista do Deputado Romildo Titon, que já retornou sem nenhum outro comentário.

Eu conversava há pouco com o responsável pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, que se manifesta também a favor desta intenção. E neste também há apenas a necessidade de coleta de votos no ambiente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não!

Deputado Herneus de Nadal, V.Exa. havia solicitado a esta Presidência para incluir o Abaixo-Assinado nº 0013.0/95, que solicita a emancipação do Distrito de Santa Lúcia.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Perfeito, senhor Presidente.

A intervenção é para reiterar, renovar a vontade da inclusão deste projeto, uma vez que lideranças daquele Distrito, daquele Município, (Vereadores, ex-Prefeitos) estão aqui presentes. E só há um pedido de vista em mesa, Deputado Pedro Uczai, e creio que teremos a condição de deliberar na Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis para no período da tarde decidir sobre o destino daquele Distrito neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Fica incluído na pauta com a ressalva de que se não estiver com os pareceres, esta Presidência vai excluí-lo do ofício.

Consulto se algum dos senhores Deputados tem mais alguma matéria que deseje que seja anunciada para inclusão nas votações de hoje à tarde.

Lembramos aos senhores Deputados que teremos sessões na quarta-feira pela manhã, na quarta-feira à tarde, na quinta-feira pela manhã e na quinta-feira pela tarde.

Portanto, teremos ainda a possibilidade de votarmos até quinta-feira à tarde os projetos desta semana que porventura tiverem parecer.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, nós estamos combinando fazer, a partir de agora, reuniões conjuntas com as Comissões. E como já fizemos na sessão passada, quanto aos projetos que forem aprovados conjuntamente nas Comissões, que os Líderes concordem que sejam incluídos na pauta, porque há alguns que precisam de duas votações.

Então, os que nas Comissões tiverem aprovação e não forem projetos polêmicos, que V.Exa. consulte as Lideranças para incluí-los na pauta da primeira sessão, porque teríamos quarta-feira, se houver necessidade de redação final. Isso para economizarmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Vindo os projetos das Comissões à Mesa, a Presidência consultará um a um sobre a possibilidade de votá-los. Tendo consenso, votaremos; caso contrário, serão incluídos na pauta de quarta-feira.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Inclusive, os projetos que estão sendo lidos são projetos de transposição, que é uma necessidade orçamentária. Nós já os levaríamos, se forem encaminhados, para que as Comissões examinem hoje, e se for realmente questão de urgência, daríamos condições para que eles tramitem.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Senhor Presidente, eu gostaria também que fossem incluídos na pauta das sessões desta semana alguns projetos de suplementação (não os tenho em mãos aqui agora, porque deixei na Comissão de Justiça) que deram entrada, talvez, em 18 de agosto, ou seja, no período que não estávamos aqui. São apenas ajustes orçamentários que necessitam ser votados, porque nós estamos nos aproximando do final do ano e isso é muito comum, tendo em vista que o Orçamento é um previsão orçamentária.

Então, também gostaríamos que estes projetos de suplementação fossem incluídos na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não, Deputado Romildo Titon. E esta Presidência adota o mesmo critério: vindo com os pareceres, os projetos de suplementação serão incluídos na pauta de votação.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Senhor Presidente, em nome da Comissão de Finanças, gostaria apenas de incluir dois projetos: o projeto que trata de vetos à LDO (são 16 vetos que precisam ser analisados em nome da Comissão e do Plenário) e o Projeto de Lei nº 228/98, que trata sobre a alteração da lei da anistia fiscal do ICMS, que tem algumas

correções a serem feitas, e são de extrema importância e de extrema urgência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não, Deputado Gilmar Knaesel. E será adotado o mesmo critério em relação às demais proposições.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Tendo conhecimento, senhor Presidente, desse critério de passar pelas Comissões, gostaria de citar que há dois projetos: um que trata de benefícios para os idosos, que já foi aprovado na Comissão de Justiça, e encaminhamos à Presidência o regime de urgência no dia de ontem; e outro sobre um critério de Regimento da Casa que regulamentava o art. 171, que trata sobre o ensino superior.

Nós gostaríamos que fossem deliberadas essas duas matérias no dia de hoje, se possível, para que consigamos dar razão aos grupos que hoje nos solicitaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ficam incluídos, portanto, na pauta os Projetos de Lei nºs 063/98 e 198/98, ambos de autoria de V.Exa.

Finda a consulta aos senhores Líderes, encerramos a Ordem do dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

O Sr. Deputado Luiz Herbst - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Luiz Herbst.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Senhor Presidente e senhores Deputados, desejo informar que na sessão de hoje à tarde teremos um momento histórico para este Poder, oportunidade em que pela primeira vez um cidadão catarinense irá fazer uso da tribuna no horário regimental.

Irá ocupar a tribuna desta Casa o senhor José Nelson Notari, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Mafra. Acompanha o referido cidadão o Dr. Paulo Haisen, também membro da Associação.

Convidamos todos os Deputados para que se façam presentes na tarde de hoje, para que possamos ter uma sessão histórica no Poder Legislativo catarinense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, a Presidência convida-os para comparecerem hoje, às 14h, à inauguração da chamada Tribuna Livre, na qual fará uso da palavra o representante da FASISC regional do Planalto Norte.

A Presidência lembra que, pela resolução, a Tribuna Livre seria nas sessões das segundas-feiras, mas como estamos num calendário especial, a Mesa Diretora deferiu para o dia de hoje, a partir das 14h, a utilização da Tribuna Livre.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, desejo elogiá-lo, como Líder de Bancada, por iniciar no dia de hoje o horário destinado à Tribuna Livre, criada através de projeto de autoria do Deputado Luiz Herbst.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente e senhores Deputados, ocupo a tribuna neste horário porque hoje pela manhã o Deputado Gilmar Knaesel recebeu a visita de pensionistas do IPESC e, realmente, a situação em que elas se encontram é algo muito preocupante, porque o Governo diz que não paga as pensionistas além de R\$1.500,00. Ocorre que ele não está pagando os R\$1.500,00 para quem ganha mais de R\$4.000,00!

Senhores Deputados, o Governo está enganando ao dizer que está pagando os R\$1.500,00. Ele só paga os R\$1.500,00 para quem recebe este valor. Quem percebe acima deste valor, ele não paga nada. Ele deveria ser, no mínimo, coerente pois se definiu que é R\$1.500,00 o valor a ser pago, que pague a todos a referida quantia. Mas não está fazendo isso.

Quer dizer, quem tem uma pensão superior a R\$1.500,00, não recebe nenhum real, o que é um absurdo, é inconcebível, porque se é definido que quem recebe até R\$1.500,00 vai receber, quem recebe acima tem que no mínimo receber R\$1.500,00. Mas o Governo não está pagando absolutamente nada!

Senhores Deputados, será que o Governo pensa que essas pessoas têm banco, que não pagam água, luz, colégio e outras contas? É preciso fazer algo a respeito.

O que está ocorrendo tem deixado essas pessoas, algumas até de idade, muito preocupadas. Hoje havia algumas aqui praticamente desesperadas, pedindo uma manifestação deste Poder. Será que adianta esta Casa se manifestar? Acho que não, porque realmente a desobediência começa pelo Governo, e se ele não cumpre leis, quem vai cumprir? O povo? É difícil!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Deputado, solidarizo-me com V.Exa. pelo seu pronunciamento, uma vez que também temos preocupação com este segmento. Fizemos uma reunião específica na Comissão de Finanças, trouxemos o Presidente do Ipesc, que assumiu o compromisso do pagamento das pensionistas, mas, lamentavelmente, faltou com a verdade.

Agora, mais uma vez, estão elas correndo para a Assembléia Legislativa, buscando o apoio dos Deputados para solucionar uma situação que está dramática.

V.Exa. colocou muito bem quando disse que elas não estão recebendo nenhum real, e todas elas têm seus compromissos, são seres humanos que fazem parte de um contexto. E apelo aos Deputados do PMDB para que façam uma pressão junto ao Governador e ao Presidente do Ipesc, para que pelo menos seja pago até R\$1.500,00, o valor que as outras receberam. Se elas recebem mais, não têm culpa disso, a lei lhes deu este direito e só a lei pode alterá-lo.

Então, agora chamá-las de "marajás", como foi feito recentemente por parte da Primeira Dama do Estado, é outra injustiça que se faz com essas pessoas. Assim, estamos fazendo a nossa parte. Na quinta-feira pela manhã teremos um grande debate aqui na Assembléia, com a presença das Comissões de Saúde, de Serviços Públicos e de Finanças, quando trataremos única e exclusivamente sobre a questão do IPESC, buscando uma solução a médio e longo prazo

para este Instituto, que é dos 120 vinte mil funcionários públicos, já que todos eles têm direta vinculação.

Mas neste momento, o aspecto que mais chama a atenção e que precisa de uma solução é a questão das pensionistas, que não podem ficar sem receber o seu salário, a sua remuneração, que têm suas famílias, seus compromissos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Agradeço o seu aparte.

Externamente, dá a impressão que o Governo paga até os R\$1.500,00, mas ele não paga. Para quem recebe mais, ele não paga nada, absolutamente nada! E aí realmente é algo de uma irresponsabilidade sem tamanho para com essas pessoas já de idade. Elas perguntam: "A Assembléia não se manifesta?" Mas, meu Deus, o que nós vamos fazer mais?! Manifestamo-nos a todo instante!

Eu apelo, portanto, ao Líder do Governo nesta Casa, pois sei que o Presidente do Ipesc quer pagar, mas não está encontrando guarida na Secretaria da Fazenda.

Senhor Presidente, eu não poderia deixar de fazer este registro, porque a preocupação destas pensionistas é muito grande e, sem dúvida nenhuma, elas têm os seus compromissos, que precisam ser honrados junto à comunidade do Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Deputado, gostaria de fazer um reforço às suas colocações, e o Deputado Gilmar Knaesel até se antecedeu também, porque ambos participamos da mesma reunião que abordou questões relacionadas ao IPESC, quando o Presidente deste Instituto colocou suas dificuldades, dizendo que num determinado mês atendia à demanda da assistência médica e no outro mês a parte da Previdência.

Na verdade, o que foi ali colocado não resolveu em nada a situação das pessoas que lá estavam demandando o pagamento das suas pensões, mas o que me surpreende ainda mais é que foi assumido naquela data compromissos com hora e com dia marcado, e parece que isto também não foi cumprido.

Então, a preocupação é aquela que V.Exa. coloca ao início do seu pronunciamento. E será que adiantam pronunciamentos apelando para que resgatem os compromissos que o Governo tem para com os pensionistas? Na verdade, o assunto desperta tão pouco interesse que as pessoas não estão mais aqui, os Deputados também não, e dá a impressão de que nós estamos nos convencendo de que horas e horas de tribuna já não adiantam mais, porque não sensibilizam mais ninguém. Assim foi com o discurso do 13º salário, que já cansou; o discurso do IPESC, que ficou pela estrada; o discurso do repasse para as fundações educacionais e sobre os estudantes ficando ao longo dos seus sonhos de vida, que se perdeu; o discurso da assistência previdenciária, de pessoas que precisam do amparo de advogados, que também ficou pelo caminho.

Na verdade, o desencanto com relação a esse assunto é tão grande que nem as pessoas ligadas ao PMDB vêm mais à tribuna para defender o seu governo. Logo eles, que tanto insistiram pela manutenção desse Governador, que até chegaram a ameaçar fisicamente muitos de nós, que quebraram vidros na praça, incentivando para invadir a Assembléia Legislativa, para que esse Governador continuasse a ficar no Governo. Nem essas pessoas hoje se arriscam a vir à tribuna para falar em defesa do Governador!

É essa a situação que nós estamos vivendo. É uma pena que os nossos discursos não resolvam mais nada, e as pessoas já des acostumadas a cumprir leis, des acostumadas a cumprir requisitos constitucionais, irão continuar a fazer isso.

Agora, eu não sei como é que as pessoas que dependem do repasse irão sobreviver até o final. É só isso que eu não sei. A própria Assembléia Legislativa vive um momento difícil por conta da falta dos repasses constitucionais previstos para este Poder.

Nós próprios estamos sentindo isso. V.Exa. deve estar sentindo isso no seu gabinete também, Deputado Gilson dos Santos, pois não há mais recursos para mandar cartas, fax, para fazer telefonemas. É

assim que nós estamos vivendo na Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Eu agradeço o seu aparte, Deputado Eni Voltolini.

Realmente, nós somos cobrados, perguntam o que esta Casa pode fazer, e nós só podemos fazer uma coisa: cobrar, cobrar e cobrar. E eu espero que o Governo, no mínimo, tenha a sensibilidade de determinar urgentemente o pagamento para as pessoas que ganham mais de R\$1.500,00, o teto que ele fixou. Se já não há outra coisa para fazer, então que pague, no mínimo, esse teto de R\$1.500,00.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua livre a palavra a todos os senhores Deputados.
(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, reafirmo a pauta para a sessão de hoje à tarde com aqueles projetos acertados com os senhores Líderes anteriormente.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 01 DE SETEMBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Eni Voltolini, que dispõe sobre normas de segurança para os portadores de deficiência visual nos veículos de transporte coletivo e rodoviário interestadual e adota outras providências.

OFÍCIOS NºS:

0058/98, do senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta, encaminhando Moção nº 014/98, apresentada por todos os Vereadores desta Câmara;

0136/98, do senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que, o Tribunal, por maioria, deferiu o pedido de medida cautelar para suspender, até a decisão final da ação direta, com eficácia *ex nunc*, a vigência da expressão "e extra judiciais", constante do parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 164;

0215/98, do senhor Ordenador de Despesas - Deleg. Competência, comunicando que foi firmado convênio nº 012/98, entre o Ministério da Justiça por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família de Santa Catarina;

0519/98, do senhor Secretário Gerente de Apoio a Pensões Especiais da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, encaminhando, em anexo, informação acerca dos aspectos legais e técnicos que embasam a Pensão Especial de Caráter Assistencial - modalidade de benefício concedido pelo Estado e que tramita através desta gerência;

0671/98, da senhora Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, comunicando que foi firmado convênio nº 037/98, entre o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família de Santa Catarina;

0782/98, do senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, encaminhando a proposição de desmembramento do Projeto de Lei Complementar de criação de comarcas, varas e cargos;

1308/98, do senhor Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Fazenda, reportando-se ao Ofício nº 418/98, que enviou cópia do Requerimento nº 467/98;

1418/98, do Ministro Carlos Velloso, relator do Supremo Tribunal Federal, solicitando as necessárias informações sobre o alegado na petição cuja cópia o presente;

1446/98, da senhora Juíza Substituta em Exercício do Poder Judiciário do Estado, enviando cópia da Ação de Reintegração de Posse nº 3.601/97, requerida por Wilson Dissenha e sua esposa, que objetiva a reintegração de posse do imóvel denominado Fazenda São Marcos;

6690/98, do senhor Governador do Estado, reportando-se aos Ofícios GP/DP/373/98, com que encaminhou os Pedidos de Informação nºs 031/98 e 032/98.

TELEX:

- do Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando o resultado da Ação Direta de Inconstitucionalidade, contra o Governador do Estado, que por unanimidade, deferiu o pedido de medida cautelar, para suspender, com eficácia *ex nunc*, até a decisão final do julgamento.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente,

queremos cumprimentar todas pessoas que estão aqui presentes, representantes da sociedade catarinense. Desejamos que todos fiquem a vontade.

Hoje é um dia histórico para a Assembléia Legislativa, porque estaremos inaugurando a chamada Tribuna Popular, através da qual o cidadão de Santa Catarina poderá usar o microfone para se dirigir aos Deputados e a toda sociedade.

Antes de adentrarmos no horário da Tribuna Popular, gostaria de, mais uma vez, desejar que todos os assistentes se sintam a vontade.

É grande o número de pessoas presentes. É muito bom que as pessoas acompanhem as sessões. Evidentemente que a posição política de um pode não ser a mesma de outro, mas temos certeza de que a convivência democrática, que está se demonstrando desde o presente momento, irá se manter durante toda a sessão, uma vez que todas as manifestações políticas são legítimas, desde que partam da sociedade catarinense como um todo.

(Palmas das galerias)

Esta Presidência comunica que a Resolução nº 011/98, aprovada por este Plenário, acrescentou o § 3º ao art. 86 do Regimento Interno, criando a chamada Tribuna Popular.

A Mesa Diretora, em reunião realizada, deferiu a solicitação de utilização do espaço destinado à Tribuna Popular para a FACISC Regional do Planalto Norte, com o intuito de apresentar um dos projetos do programa de integração do Planalto Norte, o chamado Projeto Cerâmica Vermelha.

A resolução estipula as segundas-feiras para a Tribuna Popular. E estando a Assembléia Legislativa em calendário especial, a Mesa Diretora autorizou para esta terça-feira o uso da Tribuna Popular.

Portanto, de forma histórica, hoje, damos início à utilização desse espaço democrático nesta Casa.

Por isso, convido o senhor Deputado Luiz Herbst e o senhor Deputado Odacir Zonta para que encaminhem à tribuna da Assembléia Legislativa o senhor José Nelson Notari, Presidente Regional da FACISC do Planalto Norte, para que utilize o espaço destinado à Tribuna Popular e faça as suas colocações.

Com a palavra o senhor José Nelson Notari
O SR. JOSÉ NELSON NOTARI -(Passa a ler)

"Excelentíssimo senhor Presidente, excelentíssimos senhores Deputados, cidadãos catarinenses aqui presentes, senhoras e senhores, muito nos honra podermos dirigir a palavra a tão ilustres ouvintes, saudando-os na pessoa do senhor Presidente desta Casa, onde as leis são elaboradas com sabedoria, autonomia e independência.

Ao saudar o Presidente, saúdo todos os demais integrantes desta Assembleia e, de modo particular, o Deputado Luiz Herbst, que nos honrou com o convite para irmos nos manifestar em nome da região por ele representada.

Nossos propósitos e objetivos são de apresentar aos senhores Parlamentares um relato contendo informações detalhadas sobre as condições da região que designamos Planalto Norte de Santa Catarina, abrangendo os Municípios de Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Itaiópolis, Três Barras, Papanduva, Major Vieira, Canoinhas, Monte Castelo, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Timbó Grande, Porto União, Matos Costa e Calmon, que juntos formam expressiva parcela da população do Estado de Santa Catarina, a qual muito nos honra pertencermos.

Na condição de Presidente Regional da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina e representando o empresário da micro e pequena empresa de cerâmica vermelha, quero me permitir apresentar alguns dados estatísticos para fazer suporte a esta preleção.

(Projeção de slide)

Nós temos no Planalto Norte 16 Municípios com solos altiplanos divisando com o sueste do Paraná.

(Mudança de slide)

Nesta lâmina, os senhores poderão observar os Municípios que divisando com o Paraná compõem a nossa região do Planalto Norte. Nós estamos muito próximos de Curitiba, e esta divisa com o Paraná nos traz alguma dificuldade, que eu vou expor.

(Mudança de slide)

31% das pessoas do Planalto Norte estão na área rural, 69% estão na área urbana e nós representamos 6,5% do Estado de Santa Catarina.

(Mudança de slide)

No Planalto Norte nós temos em extensão territorial 12,2% do Estado de Santa Catarina e a população é de 6,5%. Do Estado nós temos 11.668km².

(Mudança de slide)

Quanto à ocupação do nosso solo na região do Planalto Norte, temos 9% na agropecuária, 14% de floresta nativa e 19% de florestas plantadas, ou seja, temos 12% do território do Estado, temos quase 20% reforestado.

(Mudança de slide)

Quanto à distribuição de empregos formais, nós temos na agropecuária 12% dos empregos formais; na área de serviço e comércio nós temos 33% e 55% da nossa mão-de-obra é absorvida por indústrias.

Para fazer uma síntese, tem aí demonstrado neste quadro uma população do Planalto Norte de Santa Catarina de 6,5%, com uma área territorial de 12,2%, dedicados 9% à área agropecuária, 19% ao reflorestamento, 14,8% à floresta nativa, 10,5% à produção agrícola e 2,6% à indústria, que é a maior absorvedora de mão-de-obra.

Nós temos uma distribuição de PIB na nossa região que representa 1,7 bilhões de dólares, que é 6,5% do PIB do Estado. Dividido em 52% desse PIB na área de comércio e serviço;

15% na área de agropecuária e 33% na área de indústria. Nós temos um PIB *per capita* de 5.400 dólares na região do Planalto Norte contra 5.900 no Estado e 4.400 no Brasil.

Agora, gostaríamos de apresentar algumas justificativas e considerações a respeito da proposta que trouxemos da cerâmica vermelha.

Na nossa região o setor industrial é concentrado na base florestal, que são os móveis, a celulose e o papel, que tem a maior atividade industrial. Isso requer um quadro de ampliação das atividades econômicas.

A base da cerâmica vermelha são as olarias que fabricam tijolos, telhas, derivados e correlatos, que representam na região 48 empresas, 40 consideradas como microempresas e oito pequenas empresas de pequeno porte.

As empresas de micro e pequeno porte são as que mais conseguem absorver mão-de-obra e dar empregos. Se nós verificarmos essa situação, à medida que não temos grande tecnologia, temos a necessidade de absorver maior volume de mão-de-obra, obviamente gerando maior número de empregos.

Nós temos um solo que é perfeito para a cerâmica, uma vez que apresenta ausência de cal, que permite uma queima adequada, dando alta qualidade ao produto da cerâmica vermelha da nossa região.

Temos também uma base tecnológica da produção de cerâmica vermelha transferida da Alemanha para nossos ceramistas, através de um convênio da HWK Hanvet Câmara, e temos conseguido alta produtividade dentro dos recursos e das condições que temos dentro das cerâmicas.

Existe andamento também do desenvolvimento do gasoduto Brasil/Bolívia, que tem dentro do seu projeto a oportunidade de passar à nossa região, trazendo energia com menor custo e com baixo impacto ambiental, não permitindo trazer problemas para o meio ambiente, fazendo com que tenhamos energia para a solução da questão da cerâmica vermelha.

Além disso, o uso do gás natural pode gerar a co-geração, que permite fazer o aproveitamento da energia gerada pelo gás natural para produzir energia e disponibilizar para o mercado.

O nosso objetivo é expandir a atividade econômica no Planalto Norte dentro da cerâmica vermelha para obtenção de novas oportunidades de empregos. Nós temos como objetivo específico a oportunidade de financiamento para a construção de depósitos para a matéria-prima, de forma que possa homogeneizar a unidade dessa matéria-prima e facilitar a produção da cerâmica vermelha.

Nós temos necessidade de modernizar os equipamentos utilizados, fazendo com que haja absorção de mais mão-de-obra. Nós temos também a necessidade da adequação dos fornos para que possamos, por essa adequação, obter redução do custo e aumento da produtividade. Nós precisamos desenvolver oportunidades que permitam a compra de equipamentos para a queima do gás natural com o objetivo de reduzir os impactos ambientais, e também os equipamentos de co-geração de energia elétrica.

Temos especificamente uma dificuldade, que gostaria de evidenciar, que é com relação aos tributos comparados com o vizinho Estado do Paraná, razão que trouxe este posicionamento da nossa situação geográfica.

Nós temos, no Paraná, para um produtor que produz a um custo de 100, apenas 2% de tributos na cerâmica vermelha. Saindo do produtor e passando para o atacado num valor de 110, ele continua tendo 2%; no varejo, no valor de 130, ele continua tendo os 2%.

Em Santa Catarina essa é a nossa preocupação, pois estamos numa região limítrofe. Temos para a aplicação da cerâmica vermelha fora do Estado 12% de tributos, o que dá uma diferença total de 147% a mais de tributos em relação ao vizinho Estado do Paraná.

Quando vamos exportar a nossa cerâmica vermelha, encontramos um custo adicional de tributos para o nosso ceramista de 147% a mais. Para a venda dentro do Estado, temos o tributo de 17%. Isso eleva a diferença em relação ao Estado do Paraná para 285%. Como na nossa região, os ceramistas do Paraná produzem um produto de custo mais baixo, e obviamente eles exportam para Santa Catarina, invadindo e tirando oportunidades de emprego, colocando as nossas empresas em dificuldades.

Por essa razão, o nosso pedido de atenção neste aspecto, para que se possa paritizar(?) essa tributação, evitando que os ceramistas de Santa Catarina passem as suas indústrias para o Paraná e de lá exportem para Santa Catarina o seu produto com um custo tributário extremamente baixo.

A nossa proposta é simples. Ela permite incrementar a oportunidade de empregos e incrementar a nossa indústria da cerâmica vermelha, ou seja, isentar essa indústria e as micro e pequenas empresas de ICMS durante cinco anos; criar um fundo para financiamento nos investimentos, na qualidade, na produtividade e na co-geração durante cinco anos, com dois anos para a implantação e três anos de carência. Permite também a absorção desses custos pela amortização do ICMS do sexto ao décimo ano.

As características gerais desse projeto é que ele teria a duração de 10 anos, uma delimitação geográfica específica para os 16 Municípios do Planalto Norte que têm a tradição e a vocação natural na produção de cerâmica vermelha, além da tendência que existe do aproveitamento de outras bases energéticas para a geração de energia que possibilite o aproveitamento do gás natural que está sendo desenvolvido.

Quanto às restrições, nós temos o foco especificamente nas micro e pequenas empresas; nós temos a observação de que precisamos homogeneizar a matéria-prima; temos que homogeneizar a mistura dessa obra-prima; temos que modernizar os fornos para utilizar a forma de queima da cerâmica vermelha; aquisição de equipamento para o uso do gás natural e aquisição de equipamento de co-geração.

Para concluir, gostaríamos de dizer que, em, primeiro lugar, precisamos da paritização(?) tributária da cerâmica vermelha, solicitando que o Paraná passe a exportar o seu produto com baixa base tributária e impeça o desenvolvimento da nossa atividade. Segundo, para aprovação de modalidades de expansão da cerâmica vermelha. Terceiro lugar, para apoio ao desenvolvimento do ramal de gás natural ao Planalto Norte.

O Sr. Deputado Luiz Herbst - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Luiz Herbst.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - O senhor José Nelson Notari, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Mafra e representante da FACISC, vem à Assembleia inaugurar a Tribuna Livre, falando sobre a situação da indústria cerâmica vermelha.

Senhor José Nelson Notari, nós já tivemos a oportunidade de colocar nesta Casa este assunto. É muito importante essa coloca-

ção para reforçar e defender o porquê deste projeto que a Assembléia tem que aprovar e que o Estado tem que fazer para que a nossa indústria catarinense venha competir com a indústria paranaense.

Como o senhor mesmo falou, no Paraná, em nível de produtor, o ICMS é de 2%, e em Santa Catarina - para fora do Estado - é de 12%. Geralmente, dentro do Estado de Santa Catarina é de 17%, uma diferença de 147%, fazendo com que o comércio, a indústria e principalmente as construtoras do Planalto Norte venham a comprar a cerâmica vermelha, ou seja, os tijolos e as telhas dos Municípios do Paraná, de Rio Negro, de Pien, da Lapa e outros.

Senhor Notari, nós gostaríamos de agradecer a sua presença nesta Casa. Que muitos cidadãos catarinenses utilizem este instrumento na Assembléia Legislativa em defesa da sua região e do nosso Estado.

O SR. JOSÉ NELSON NOTARI - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu gostaria de agradecer a oportunidade concedida por esta Casa, agradecendo também ao Deputado Luiz Herbst pelo convite, dizendo da nossa alegria de estar aqui nesta oportunidade, no início histórico de ocupação desta tribuna. Como catarinense, sentimo-nos orgulhosos neste momento, desejando todo sucesso a esta Casa.

O SR. Deputado Lício Silveira - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Gostaria de parabenizar seu trabalho e seu esforço. Acho extremamente importante tudo o que aqui foi colocado. Tenho certeza de que esse setor industrial, que se concentra nas atividades de base florestal, terá todo o apoio desta Casa.

Parabenizo o seu trabalho e o esforço do Deputado Luiz Herbst, pois uma proposição de S.Exa. fez com que este espaço fosse inaugurado exatamente pelo senhor, que representa a região Norte, que muito engrandece Santa Catarina. Temos certeza de que o senhor terá desta Casa o apoio integral a este projeto.

O Sr. Deputado Udo Wagner - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Udo Wagner.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Da mesma forma, senhor Presidente da associação, este Deputado quer ser solidário com esta iniciativa da Associação Comercial e Industrial de Mafra, até como um projeto alternativo para a geração de novos empregos.

Nada mais justo do que a paridade tributária. Como nós vamos concorrer, se as alíquotas forem diferenciadas de um mercado para o outro? Então, eu acho que essa iniciativa é válida.

Nós temos acompanhado as dificuldades da economia do Norte, e achamos que esse esforço vai ser bastante compensador, e, sem dúvida, terá o apoio dos quarenta senhores Parlamentares desta Assembléia Legislativa, visando o fortalecimento da região, que passou por alguns ciclos de progresso e que ultimamente tem até estagnado o seu desenvolvimento.

Essa iniciativa é louvável, e parabenezo-o em nome dos demais Colegas também.

O SR. JOSÉ NELSON NOTARI - Muito obrigado.

Senhor Presidente, o meu agradecimento e o desejo de sucesso aos senhores Deputados e a esta Casa.

Boa-tarde!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Esta Presidência quer agradecer ao senhor José Nelson Notari, pela utilização do espaço da Tribuna Popular, que foi aprovado nos termos da resolução aprovada na Assembléia Legislativa e que está à disposição de todos aqueles que desejarem fazer uso.

Senhores Deputados, embora não se encontre relacionado com o expediente, está nas mãos da Presidência a Mensagem nº 3.822, do senhor Governador, datada 27 de agosto, comunicando que sancionou o projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a prorrogar o prazo de vencimento do crédito de emergência".

O projeto, de autoria desta Assembléia Legislativa, transformou-se na Lei nº 10.911, de 27 de agosto de 1998, cujo art. 1º diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar os prazos de vencimento do crédito de emergência concedido no ano de 1996, com base na Lei nº 10.080, de 15 de abril de 1996, e no Decreto nº 1.149, de 11 de setembro de 1996, através do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC/SC -, para o ano de 1999 a primeira parcela e para o ano de 2000 a segunda parcela."

Essa é a lei que foi sancionada pelo Governador do Estado.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Idelvino Furlanetto, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente, senhores Deputados e todos os visitantes, agricultores, que estão aqui para cobrar uma posição do Governo sobre a prorrogação do crédito de emergência e a anistia, professores e servidores estaduais, que estão cobrando aqui o 13º salário.

(Palmas das galerias)

Eu volto à tribuna no dia de hoje para falar, assim como todos os Deputados que estão visitando o interior de Santa Catarina sabem, da dificuldade vivida pela agricultura familiar em Santa Catarina. Mas no Rio Grande do Sul e no Paraná já é diferente!

O tratamento para a agricultura familiar em Santa Catarina é um tratamento discriminatório. E aí está uma faixa: "Você acha certo liberar 1,1 bilhão para o Prodec Têxtil e Prodec Agroindustrial?"

Os agricultores buscaram um financiamento de vinte milhões, e não foi conseguida ainda a anistia desses valores. E nós achamos correto isso? Nós achamos correto um projeto do Governo, que tramitou e foi aprovado nesta Casa, conceder perdão das multas, taxas e também do ICMS? Vocês acham certo a renegociação para cem meses?

O agricultor não conseguiu nada ainda na nova safra. Estão com a terra preparada, só que o BESC e o Banco do Brasil não emprestam mais dinheiro, porque ele está inadimplente com o financiamento de emergência. Nós achamos certo isso?

(Palmas na galeria)

Senhores Deputados, vamos nos colocar um pouquinho nas calças daqueles agricultores lá na roça, pela situação que eles vivem. Agora, tem o dinheiro do PRONAF, tem o PRONAF especial, que é um financiamento rápido de buscar, mas está impedido, porque tem trinta e nove mil e setecentos agricultores inadimplentes, que não têm dinheiro para pagar.

Nós achamos certo dar para uns perdão, anistia, isenções e aos agricultores nada? Os agricultores produzem 80% dos alimentos que são colocados na mesa dos brasileiros.

Nós achamos certo que Santa Catarina, que é o 5º Estado maior produtor de alimentos, ter o maior endividamento da história? Nós achamos certo isso? Um bilhão e trezentos milhões é a dívida da agricultura em Santa Catarina.

Foi sancionada e regulamentada pelo próprio Governador a lei que cria serviço de inspeção estadual para as pequenas agroindústrias. Nós entendemos e o Governador também entendeu a importância da lei.

Agora, o agricultor, que pode se habilitar e buscar o crédito agroindustrial para montar sua pequena agroindústria, vai conseguir agregar mais valores, porque o agricultor planta, produz, industrializa, ele cria os animais, produz o leite na propriedade, ele mesmo industrializa, ele mesmo pode comercializar.

Essa lei que cria serviço de inspeção é uma lei de autoria deste Deputado juntamente com o Deputado Eni Voltolini, com Deputado Gelson Sorgato e o Deputado Afonso Spaniol, é uma lei que já está regulamentada. Agora tem o crédito, e os agricultores estão impedidos de buscar o crédito, porque eles estão inadimplentes. Nós achamos certo isso? Nós achamos certo o agricultor vir para Florianópolis, pedir uma audiência hoje e só poder ser atendido no dia 08?

Gostaria de comunicar aos senhores agricultores, às mulheres agricultoras e aos jovens agricultores que também estão nesta Casa que a lei de autoria de mais de vinte e dois Deputados, da prorrogação do financiamento de emergência, foi sancionada pelo Governador no dia 27 de agosto. Só que tem uma coisa que está faltando, ou seja, tem que ter um documento no BESC e no Banco do Brasil, dizendo que agora foi prorrogado para um ano, mas o Banco não tem esse documento.

É claro, dia 27 faz apenas uma semana. Mas nesses casos tem que ter agilidade, tem que ser ágil no encaminhamento.

Os agricultores estão aqui, até vieram para cá hoje justamente para cobrar a sanção da lei.

A lei está sancionada, mas não está encaminhada no BESC, em São Miguel do Oeste, Concórdia, Campos Novos, em todos os Municípios onde os agricultores foram buscar o crédito de emergência.

(Palmas das galerias)

Para finalizar, eu quero deixar esta preocupação como Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia, para que todos nós, Deputados, tenhamos um esforço procurando dialogar com o Governador para fazer esse encaminhamento.

Estamos vivendo o momento das eleições. Os agricultores vão votar lá, no dia 4, só que para plantar ele tem que plantar amanhã, ele está com a terra pronta, ele está com a terra preparada, ele já tem o cadastro no banco, mas o dinheiro não sai.

Então, nós precisamos, juntamente com os Deputados membros da Comissão de Agricultura da Assembléia, fazer esse esforço, esta semana, a partir de hoje, amanhã, quinta-feira, para que a gente possa, então, no mínimo, apresentar uma luz para os agricultores; que eles voltem à sua propriedade e que possam buscar mais dinheiro para plantar; que essa prorrogação seja consolidada, oficializada para o Banco do Brasil e o BESC.

Então, eu gostaria de deixar essa mensagem e essa preocupação para os demais colegas Parlamentares. Aqui está o

Líder do Governo, Deputado Romildo Titon, que também teve o seu esforço neste encaminhamento em relação a aprovar a prorrogação.

Nós deixamos bem claro, naquele dia, Deputado Romildo Titon, que esta lei não podia tornar-se uma ilusão mas, sim, um fato concreto, para que o agricultor possa, então, prorrogar por mais um ano e possa, então, buscar, lá no banco, mais dinheiro para plantar.

Essa é a grande preocupação. Os agricultores estão pedindo socorro neste momento. Então, que ele possa buscar mais crédito e plantar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, o primeiro horário está destinado ao PFL.

Consulto os senhores Deputados do PFL para saber quem fará uso da palavra em nome do Partido.

(Pausa)

Não havendo manifestações dos senhores Deputados do PFL, passamos ao horário destinado ao PMDB.

Com a palavra o senhor Deputado Romildo Titon, por até 17 minutos.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Senhor Presidente e senhores Deputados, ocupo o espaço do meu Partido, neste momento, para referir-me a dois assuntos.

O primeiro é com referência ao sancionamento da lei, feito pelo Governador, quanto à prorrogação do crédito de emergência.

Nós dizíamos, naquela oportunidade, que tínhamos que ter um certo cuidado de não levar uma ilusão ao nosso agricultor, ou seja, de que aquele projeto significava puramente, já, a prorrogação.

O dinheiro que veio para o crédito de emergência, o repasse do Governo Federal e, por isso, apenas o sancionamento da lei por parte do Governo do Estado não quer dizer que estão definitivamente prorrogados esses débitos dos nossos agricultores. Depende do Governo do Estado, do Governo Federal, que foi o grande repassador desses recursos.

Outro assunto que desejaria, aqui, neste instante, relatar: vejo aqui diversas faixas em que pedem os funcionários públicos o pagamento do 13º.

(Palmas das galerias)

Portanto, senhoras e senhores professores e funcionários públicos, nós sabemos que vivemos um momento de dificuldade, em que o Poder Público passa por um momento de dificuldade financeira e que tem o nosso Governador, a todos os instantes, procurado encontrar uma solução definitiva para quitar o restante do 13º. E nós sabemos perfeitamente que essa solução passa, sem dúvida nenhuma, pela venda de parte das ações da CASAN e da CELESC. E a todo instante, em todos os momentos, a Oposição nesta Casa tem feito de tudo para inviabilizar o Governo Paulo Afonso.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel)(Faz soar a campainha) - Por gentileza, eu peço às galerias para que dêem condições ao Deputado Romildo Titon de cumprir a sua tarefa.

É muito gostoso e muito bom a presença de tanta gente nas galerias, mas nós queremos viver este regime democrático com o Deputado podendo externar a sua opinião.

(Manifestação das galerias)

Eu falo para os dois lados, para tantos quantos estão aqui prestigiando esta Casa.

Continua com a palavra o senhor Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Portanto, senhor Presidente, senhores Deputados e senhores da assistência, hoje novamente adentra em votação nesta Casa um projeto, pela terceira vez, de autoria do Deputado Lício Silveira para impedir a venda das ações, dizendo e tentando enganar a sociedade catarinense que são contra a privatização. Mas nós sabemos, e queremos que a sociedade também saiba, que esse mesmo Partido e outros que compõem esta Casa estão a todo momento no Congresso Nacional autorizando as privatizações. Estão, em todos os instantes, vendendo e privatizando tudo aquilo que é da sociedade brasileira, mas aqui querem mudar o discurso, não querem deixar vender as ações, como foram vendidas em outras oportunidades por governos que aqui passaram, para apenas terem o gosto de dizer e criticar o Governo que não paga o 13º.

Quando em outros Estados pode-se vender ações das suas empresas públicas, quando em outros Estados já puderam fazer essas operações, inclusive com a participação de Partidos que aqui impedem, por que Santa Catarina não pode?

Esses mesmos Partidos que já venderam ações em outras épocas querem impedir, agora, o nosso Governo de vender as ações, o que não tira o direito administrativo do Estado de Santa Catarina.

É preciso, senhores Deputados, firmarmos um discurso, mas um só discurso, não um lá fora e outro aqui dentro. É preciso, se estão do lado dos funcionários públicos, deixar o Governo vender as ações.

(Manifestação das galerias)

O Supremo Tribunal, mais uma vez, já deu a liminar ao Governo do Estado. E pelo que eu entendo, não sou advogado e nem um jurista, mas decisão do Supremo não se discute, cumpre-se.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Nobre Deputado, quero saudar V.Exa., Líder do Governo nesta Casa; quero saudar o senhor Presidente, os nossos agricultores, que justamente vieram aqui defender aquilo que é fundamental.

Se os agricultores estão buscando o crédito de emergência, eles produziram para isso e têm todo o nosso respeito e o nosso carinho para continuar produzindo. E por isso contem conosco para fazer essa prorrogação.

Queremos aqui fazer uma homenagem ao servidor público de Santa Catarina, que não agüentando mais essa pressão veio cobrar desta Casa uma posição clara.

Aqui, neste Parlamento, há bastantes discursos inflamados, eufóricos, demagógicos, criando leis que só valem por seis meses, Deputado Romildo Titon.

Até 31 de dezembro não se pode vender as empresas e não se pode vender as letras. Mas em 31 de dezembro essa lei não vale mais. Já pode privatizar tudo. É isso que a Oposição está fazendo nesta Casa.

É por isso que esse é o instante de uma reflexão profunda, de uma decisão com responsabilidade. Os Parlamentares que se dizem defensores de Santa Catarina e defensores do servidor público que se coloquem a favor do 13º salário, porque o Governo precisa trabalhar.

Aqui, o que mais a Oposição cobra é o pagamento do 13º; que o Governo não tem

responsabilidade. Mas na hora em que veio o projeto para ajudar Santa Catarina, para ajudar o servidor, o que eles fizeram? Bloquearam e votaram contra. É uma falta de responsabilidade.

Por isso, aqueles que têm coragem, que defendem Santa Catarina, que defendem o povo, querem ver o bem do nosso Estado, porque ver o bem do nosso Estado é aprovar os projetos que viabilizem Santa Catarina e o 13º salário.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Eu acho que aqui foi muito bem lembrado pelo nosso Deputado Manoel Mota um fato que deve ser esclarecido melhor à sociedade catarinense, porque tem Parlamentares que aqui lutam, brigam, apresentam projetos, impedindo a venda das ações, dizendo que são contra, mas na verdade os projetos que aqui tramitaram só proibem a venda das ações até 31 de dezembro deste ano. E por quê?

Senhores presentes, porque se eles ganharem o Governo, vão mudar o discurso e vão querer vender as ações. Esta é a verdade que precisa ser esclarecida.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Nobre Deputado, agricultores de Santa Catarina, servidores de Santa Catarina, realmente, se tivéssemos nos cofres do Governo deste Estado os mais de 400 milhões das Letras, os 200 milhões da Invesc II e se tivéssemos o dinheiro da CELESC e da CASAN, o nosso Governador em audiência com mais Parlamentares desta Casa assumiu o compromisso, se a Assembléia Legislativa autorizasse a venda das ações, ele assumiria a conta dos agricultores de Santa Catarina. E a Assembléia não autorizou.

(Manifestações das galerias)

Os recursos, Deputado Romildo Titon, serviriam para pagar o 13º e honrar os compromissos restantes do Governo de Santa Catarina.

Por isso, quero deixar aqui um abraço forte a todos que estão lutando e reivindicando por seus direitos.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Romildo Titon, no ano passado foi tentado aqui nesta Assembléia Legislativa, aqui neste Parlamento, o impedimento do Governador, foi tentado o impedimento político do Governador e do Vice-Governador, mas graças a Deus conseguimos evitar e preservamos o estado de direito e a democracia no nosso Estado.

No entanto, senhor Presidente e senhores Deputados, a Oposição inconformada, no nosso Estado de Santa Catarina, decretou o impedimento financeiro do nosso povo, da nossa gente, do servidor público, do agricultor, impedindo, senhor Presidente e senhores Deputados, que recursos que deveriam vir para o nosso Estado de Santa Catarina aqui não chegassem, impedindo que pudéssemos honrar os nossos compromissos.

Aos caros e dignos agricultores, que hoje estão aqui nos prestigiando e fazendo as suas reivindicações, precisamos informar, levar ao seu conhecimento o diálogo que foi travado com os Deputados de Oposição, sindicalistas e o senhor Governador, onde foi indagado ao Governador Paulo Afonso por que ele não fazia que nem o Brito no Rio Grande, assumindo as dívidas do empréstimo de emergência do

nosso agricultor. E o Governador Paulo Afonso disse o seguinte: deixem-me trabalhar, deixem-me vender as ações excedentes que não significam o comprometimento das empresas estatais do nosso Estado, que eu pago a dívida de emergência, porque o agricultor merece, e pago também o 13º, porque o servidor público precisa.

Deputado Romildo Titon, esta ação discriminatória, amarga, condenável, foi efetuada, feita por dois Senadores do nosso Estado, que trabalham contra a sua gente, visando única e exclusivamente o objetivo eleitoral, pois não se preocupam com a dificuldade do agricultor, do servidor, do pai, da mãe de família, que precisam prover o sustento da sua família.

Nós precisamos, Deputado Romildo Titon, ser responsáveis, nós precisamos de fato dizer e denunciar a toda Santa Catarina que este procedimento é prejudicial não só ao Governador Paulo Afonso, não só a este Parlamento, mas principalmente quem mais perde com essa atitude discriminatória é o povo do nosso Estado, que deixa de receber, senhores Deputados, benefícios, verbas, melhorias na sua qualidade de vida.

Por isso mesmo, Deputado Romildo Titon, a hora da disputa, a hora da divergência, a hora do embate é por ocasião das eleições, nas quais se apresentam propostas, programas. No entanto, depois nós precisamos é, todos, no espírito de unidade, trabalhar pelo nosso Estado de Santa Catarina, porque o nosso Estado de Santa Catarina, de fato, precisa do trabalho e da atenção de todos nós para que possamos viver um pouco melhor.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Obrigado, Deputado Herneus de Nadal.

Para finalizar, eu gostaria de dizer aos servidores aqui presentes que o Governo e o PMDB têm somado todos os esforços no sentido de poder cumprir com as suas obrigações. O Estado atravessa dificuldades financeiras, e isso não é novidade neste País. Todos os Poderes Públicos estão passando por essas dificuldades. Só que, em outros Estados e em outros Municípios que passam por essas dificuldades, a oposição talvez não seja tão intransigente como é aqui na Assembléia Legislativa.

Para podermos salvaguardar a sociedade brasileira e a sociedade catarinense neste momento de dificuldades, nós temos que deixar as divergências políticas e procurar encontrar uma solução para que seja pago o 13º aos servidores públicos que ainda não receberam.

Portanto, talvez hoje seja a oportunidade dos Parlamentares derrubarem este projeto de lei que impede a venda de parte das ações da Casan, e certamente haverão de ser cumpridos todos os compromissos com os funcionários e com a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos dez minutos são destinados ao PT.

Este Parlamento recebe com muita honra os professores, diretores, servidores, agricultores, mas pede que compreendam que nós temos que seguir as normas. E pelas normas da Casa, a platéia pode assistir mas não interferir na posição dos senhores Deputados.

Com a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, gostaria, enquanto Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, de deixar extremamente clara a

posição do Partido dos Trabalhadores ao projeto neoliberal que vem sendo construído neste País e nos Estados brasileiros, num processo de desmonte do patrimônio público, num processo de desmonte das instituições públicas.

(Palmas das galerias)

Toda política de privatização é argumentada no sentido de que é para pagar dívidas. E todos os países do mundo que privatizaram continuaram aumentando suas dívidas.

Quando começou o Plano Real...

(Tumulto nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) (Faz soar a campanha) - Solicito a compreensão dos senhores, para não inviabilizarmos a sessão.

Continua com a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu, na condição de Deputado Estadual, ouvi atentamente aqui, de forma democrática, assim como tantos outros sindicalistas e agricultores ouviram, a posição dos Deputados Romildo Titon, Manoel Mota, Herneus de Nadal. Portanto, queria aqui manifestar democraticamente a minha posição, mesmo que contrária às demais, e gostaria de ser ouvido.

(Palmas das galerias)

Senhor Presidente e senhores Deputados, R\$56 bilhões era a dívida pública interna nacional, e hoje chega a R\$320 bilhões.

A Telebrás foi privatizada em R\$22 bilhões e vai ser consumida em cinco meses...

(Tumulto nas galerias)

... é que nem a empregada doméstica que você tem em casa: no primeiro mês, para você pagar essa empregada doméstica, vende a televisão; no segundo mês, o aparelho de som; no terceiro mês, o guarda-roupas e no quarto mês, a cama. É isto que está acontecendo no Estado de Santa Catarina e no País! Estão vendendo o patrimônio público, e os funcionários públicos irão receber o que com essa isenção fiscal, essa sonegação fiscal, com a política de autofagia que esses Estados brasileiros estão fazendo? Daqui a dois anos, funcionário público não tem salário, não tem política agrícola, não tem 13º! Não vai ter salário para o funcionário público! E nós somos a favor, sim. O PT votou a favor do 13º salário, do salário digno, do crédito de emergência...

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) (Faz soar a campanha) - Solicitamos aos senhores aqui presentes que permaneçam em silêncio, senão teremos que suspender a sessão, e isso não interessa a ninguém.

(Manifestações das galerias)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhores Deputados, a nossa Bancada convocou uma audiência em agosto para discutir o crédito de emergência, e esta Casa deu uma demonstração de maturidade política ao dar instrumento ao Governo de prorrogar o crédito de emergência.

Já é lei, já tem o instrumento legal, e nós queremos discutir esse instrumento legal. E se existir vontade política, há possibilidade de resolver o crédito de emergência, Fernando Henrique Cardoso poderá prorrogar por mais um ano a cobrança do Governo Federal.

O que se está fazendo aqui é chantage política com os agricultores aqui presentes, porque os Parlamentares têm que ter um pouco mais de responsabilidade ética, moral e política. Estamos em período eleitoral, mas nunca irão nos intimidar, porque os agricultores que estão aqui precisam da vontade política deste nosso Governo para prorrogar, porque se ele apóia Fernando Henrique Cardoso como Presidente, por que

não prorroga? No Rio Grande do Sul foi prorrogado!

Hoje o Governador é tão covarde que não consegue conversar com seu próprio Presidente. É um covarde e coloca aqui professores e funcionários públicos para fazerem chantagem!

(Manifestações das galerias)

Está fazendo isso porque estamos a um mês das eleições. É por isso? O funcionário público está cometendo o seu próprio suicídio ao apoiar o neoliberalismo, porque vai pagar mais caro a água, a energia elétrica.

(Manifestações das galerias)

O Partido dos Trabalhadores votou a favor do 13º salário. Mais do que isto, o Partido dos Trabalhadores entrou na Justiça para cobrar o 13º salário, porque acha uma injustiça, uma irresponsabilidade deste Governo não pagar o 13º salário.

É por isso que nós, coerentes com a proposta de defesa das políticas públicas, votamos por uma política de saúde, por uma política da educação. Temos aprovado aqui o sistema estadual de educação, temos aprovado várias leis que vêm construir uma nova política pública.

(Manifestações nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campanha) - Convido os senhores Líderes de Bancada para dirigirem-se ao gabinete da Presidência, para uma reunião. Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Estão reabertos os trabalhos desta sessão ordinária.

Passaremos à Ordem do Dia, com as matérias em condições de serem votadas.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 063/98, de autoria do Deputado Pedro Uczai, que dispõe sobre as formas de apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino superior, previsto no art. 171 da Constituição do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 198/98, de autoria do Deputado Pedro Uczai, que altera dispositivo da Lei nº 8.295, de 08 de junho de 1991 (atendimento ao idoso e ao deficiente).

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE****ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE**

Reunião da Comissão de Saúde, realizada no dia 07 de abril de 1998, para tratar sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores da Saúde.

Às nove horas do dia sete de abril do ano de hum mil, novecentos e noventa e oito, reuniram-se os Senhores Deputados: VOLNEI MORASTONI - Presidente, IVO KONELL, LÍCIO MAURO DA SILVEIRA, UDO WAGNER e WILSON WAN-DALL como membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço a presença de todos, e convido o Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Carlos Schoeller, para fazer parte da Mesa, para darmos início aos trabalhos, tendo o assunto como tema o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores da Saúde.

(Falha na gravação.)

... com o Ministro, que nós esperamos, pelo passado dele, pelo passado de luta, não pelo passado da Saúde, porque se formos contar o passado pela área da Saúde, ficaremos um pouco temerosos com o novo Ministro, mas esperamos que, pelo fato dele ser um bom administrador, ele efetivamente consiga alavancar mais recursos. De outra maneira, nós teremos problemas.

Então, relativo a tudo que explanei aqui, o PCCS, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, da maneira como ele está estruturado, praticamente inviabiliza a folha do setor Saúde. Nós não teremos nem orçamento para implantar o PCCS.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente, por gentileza. Quantos funcionários têm na cláusula?

O SR. SECRETÁRIO (Carlos Schoeller) - Cerca de quatorze mil funcionários...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - No Estado, doze mil e setecentos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Isso no Estado. Eu quero saber do Governo Federal, à disposição do Estado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - Em torno de mil e quinhentos a mil e seiscentos, no Estado.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Então, tem quatorze mil e duzentos funcionários.

Quantos desses se aposentaram? O Deputado Volnei Morastoni falou em 1.440.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - No Estado, mil e quinhentos e trinta.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Mil e quinhentos e trinta.

Desses que o senhor falou, os trezentos que disseram que têm dupla função, duplo emprego, estão dentro do mil e quinhentos ou estão fora?

O SR. SECRETÁRIO (Carlos Schoeller) - Não, estão fora.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - Estão fora!

O SR. SECRETÁRIO (Carlos Schoeller) - Isso vai acontecer em maio, agora.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - Isso fora a exoneração. Isto é só aposentadoria.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - E a necessidade básica dos funcionários, na atualidade, nesse quadro todo que o senhor tem aí? Esse é o panorama que eu gostaria...

O SR. SECRETÁRIO (Carlos Schoeller) - Deputado, a necessidade básica de funcionários...

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Depois nós falamos num programa de desenvolvimento de recursos humanos e no PCCS.

O SR. SECRETÁRIO (Carlos Schoeller) - A necessidade básica de funcionários é uma coisa extremamente difícil de ser alocada, por três motivos.

Primeiro, porque em estudos comparativos de números nós temos diferentes necessidades em diferentes locais do Estado. Eu vou dar dois exemplos: o Hospital Regional de Chapecó e, o outro, o nosso Hospital Regional aqui, de São José. Eles têm números extremamente parecidos no que diz respeito a leitos, cirurgias, internações, etc. Em Chapecó eles têm 542 funcionários, e aqui, no Regional de São José, nós temos 1.200 funcionários.

Há alguns fatores que diferenciam: os aqui do Hospital Regional de São José trabalham seis horas, em Chapecó eles trabalham oito. Mas, mesmo colocando 25% a mais, há cerca de setecentos funcionários.

Sobre essa equação nós estamos já há dois anos lutando dentro da Secretaria. Chamamos até a assessoria da Universidade para nos ajudar. Há várias diferenças, como, por exemplo, a gravidade dos pacientes da UTI, que é uma coisa que diferencia fundamentalmente.

Se o senhor tem um paciente numa UTI de altíssima complexidade, como é o caso do Hospital Celso Ramos, o senhor obrigatoriamente precisa de quase um funcionário por leito. Se a UTI é de média complexidade, o senhor precisa de um funcionário para cada dois ou três leitos.

Então, essas são necessidades que eu poderia dizer que são locais, são de hospital para hospital, de local para local. O Hospital Regional de Joinville, que tem funcionários estaduais, tem números bastante semelhantes ao Celso Ramos, mas tem seiscentos funcionários, enquanto que o Celso Ramos tem quase mil.

Então, é como eu lhe disse: se hoje o senhor me perguntar o que vamos precisar para ativar todos os leitos do Celso Ramos, hoje - porque nós temos um andar onde está sendo terminada a reforma -, e mais o transplante de medula, que é de alta complexidade, que precisa praticamente de um funcionário por leito, só para aquele andar de cinquenta leitos, vamos precisar de cento e dez funcionários.

Já para ativar uma enfermaria, digamos, de psiquiatria, onde um funcionário cuida de dez, doze leitos, o senhor precisa de uns dez funcionários. Na atual complexidade precisamos, com certeza, repor pelo menos a metade desses que se aposentaram, principalmente na área afim, e precisamos encontrar alguma solução para esses funcionários que vão perder o duplo vínculo, porque esses são todos área afim.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Secretário, e na terceirização, os senhores terceirizam os serviços ou os serviços e a mão-de-obra especializada também?

O SR. SECRETÁRIO (Carlos Schoeller) - Não. Mão-de-obra especializada não é terceirizada. Nós, por dificuldade de pessoal, terceirizamos alguns serviços, principalmente no tocante a serviços que não têm nada a ver com a filosofia da Secretaria. Eu cito a vigilância, que não é uma atribuição da Secretaria, e nunca deve ser uma atribuição da Secretaria.

Estamos começando, agora, estudos para fazer uma terceirização no setor de nutrição, porque nós chegamos à conclusão de que o setor de nutrição funcionará muito melhor terceirizado, com menos funcionários, até porque esses funcionários do setor de nutrição podem ser, todos, reaproveitados na estrutura. Isso, inclusive, vai economizar, para nós, problemas burocráticos, porque hoje os itens de alimentação dentro de um hospital são uns dos mais difíceis de administrar, pois são centenas de itens, exigem licitação e colocam-nos muitas vezes reféns de situações onde não deveríamos estar reféns.

Eu cito o exemplo aqui de que nós tivemos outro dia que licitar itens básicos como o tomate. Só que o tomate não é o mesmo preço em janeiro do que ele é em julho. Mas eu tenho que licitar por um preço único o ano inteiro. Então, este é um setor em que, muito provavelmente, o estudo já está em fase final de elaboração.

Outro que já temos uma experiência no Celso Ramos é o setor de limpeza, que é um outro setor que a terceirização mostrou bom resultado, tanto do ponto de vista prático quanto do ponto de vista funcional.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Secretário, quanto à política de desenvolvimento de recursos humanos, qual é a que a Secretaria mantém? Treinamento, em síntese?

O SR. SECRETÁRIO (Carlos Schoeller) - Eu quero até elogiar de público a nossa Gerência de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Nós tivemos durante o ano passado, este ano e o ano retrasado uma das melhores políticas de desenvolvimento de vários tempos.

Por exemplo, citei aqui a nossa parceria quádrupla entre universidades, três Secretarias de Estado e o Governo Federal, no Repensul, que foi praticamente para o Estado inteiro a transformação. Até então pessoas eram leigas no setor Saúde, digamos assim, eram atendentes sem graduação. Hoje, nós, no Estado inteiro, temos turmas se formando todos os semestres, tanto nos cursos de auxiliares quanto atendentes de enfermagem.

Eu gostaria que a Clarice, que é a nossa Gerente de Desenvolvimento de Recursos Humanos, desse um panorama geral do desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni)- Aproveitando, para ficar bem clara a dinâmica dessa nossa reunião, eu acho que o Secretário e a sua equipe podem concluir, digamos, essa primeira etapa de apresentação do que tenham a nos esclarecer. Em seguida, vamos abrir rapidamente a palavra também para os representantes dos servidores, e logo em seguida os senhores Deputados poderão usar da palavra para as suas arguições. Após, vamos abrir aos demais participantes dessa reunião.

A SRA. CLARICE - Bom-dia a todos. Meu nome é Clarice, sou Diretora de Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Saúde.

Eu gostaria de pedir, por gentileza, que o Deputado pudesse esclarecer um pouco melhor o seu questionamento, para que eu pudesse dar um panorama do investimento do Governo do Estado na área de desenvolvimento e recursos humanos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Mas eu só posso falar depois!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Não, Deputado! Vamos concluir, agora, essa etapa! O senhor já fez a arguição, vamos ter que concluir isso, senão, iremos atravessar todo mundo e não chegaremos a lugar nenhum. Nós temos que botar uma regra aqui, na reunião, para podermos chegar ao final.

A Secretaria está neste momento respondendo as arguições que foram feitas. A palavra está com a Secretaria. Em seguida, os senhores representantes dos servidores vão ter cinco minutos, cada um, para poderem, digamos, fazer a sua manifestação, e aí, em seguida, os senhores Deputados vão poder perguntar, fazer as suas manifestações, abrindo o debate ao público. Tem que ser assim, senão, não tem condições.

A SRA. CLARICE - A Secretaria tem investido em três grandes áreas: na área de educação continuada; na área de formação de pessoal de nível médio e na área de pós-graduação para profissionais de nível superior.

Na área de pós-graduação a Secretaria tem atualmente dois cursos de pós-graduação: Pós-graduação em Vigilância Sanitária e Pós-graduação em Administração e Gestão Hospitalar.

Na área de formação de pessoal de nível de 2º grau, a Secretaria tem investido em pessoal Técnico em Citologia, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem, Técnico de Vigilância Sanitária em Saúde Ambiental e Técnico de Laboratório. São três áreas de formação, com cursos reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação.

Na área de educação continuada os investimentos também não têm sido pequenos - na área de informática, na área de atendimento ao público, na área de desenvolvimento ao público, na área de desenvolvimento de uma melhoria do clima organizacional.

Nós temos feito esse investimento também nos Municípios, porque o SUS preconiza esse tipo de investimento do Estado nos trabalhadores do sistema, que inclui também ação dentro dos Municípios. De forma genérica, é isso.

Nesses três anos dentro da Secretaria todos os cursos técnicos e cursos de pós-graduação foram os primeiros a serem implantados dentro do Estado. É uma área grande de atuação. Nós temos tido realmente uma ampliação na área de desenvolvimento de recursos humanos, porque nós sabemos que nenhuma instituição, nenhuma organização, logrará êxito ou chegará a qualquer lugar se não tiver o seu pessoal, os seus recursos humanos qualificados e motivados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Vou passar a palavra ao senhor Jocélio Voltolini, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde da Grande Florianópolis.

Eu gostaria de registrar a presença do Prefeito Municipal de Chapecó, o senhor José Fritsche, e do Dr. Nicolau Teixeira Filho, da Associação Catarinense de Medicina.

O SR. JOCÉLIO VOLTOLINI (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde da Grande Florianópolis) - Bom-dia a todos. Inicialmente, como sendo o Dia Mundial da Saúde, nós gostaríamos de nos referir a um outro assunto: à PEC-169.

Durante o ano passado, com a realização da V Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde, em Brasília, de 1 a três de dezembro de 97, foi visto que a PEC estava na mesa para ser votada no final do ano passado. Ia ser votada a PEC-169, só que ia ser votada pelo trator do Governo Federal, ou seja, derrubando a PEC-169.

Eu tenho aqui um comunicado assinado pelo Deputado Federal Darcísio Perond, do PMDB do Rio Grande do Sul, e pelo Deputado Eduardo Jorge, do PT de São Paulo, um dos Autores dessa proposta de emenda constitucional, dizendo o seguinte:

(Passa a ler)

"Em relação a PEC-169/93, queremos informar que não progrediram as negociações com o Governo em uma votação na próxima semana. Não tem qualquer chance de vitória.

Por isso, a nossa avaliação é de que não é prudente uma votação no dia 03/12/97, como prevíamos, e que devemos continuar o nosso esforço por uma negociação e tentar uma decisão em ocasião mais favorável em que haja alguma chance de vitória no próximo ano.

Assim, estamos entrando em contato com o Presidente Michel Temer, pedindo adiamento nesta data."

Quem assinou também - que foi quem pediu esse comunicado - foi a Deputada Jandira Fegalli, do PC do B do Rio de Janeiro.

Eis aqui os documentos.

Desta forma, foi pedida a retirada da PEC-169 da mesa de votação no final do ano passado, porque o Governo Federal, em relação aos Deputados (inaudível) de Brasília, estava com o trator, como tem feito até hoje, pronto para derrubar essa proposta que determinaria, então, os valores ordenados para a saúde, nos percentuais de 10% do Orçamento da União, 10% dos Municípios, dos Estados, 30% à Seguridade Social.

Então, esse é o meu relato com relação à PEC-169: o Governo não quer a sua aprovação. Só vai haver alguma aprovação se houver algum posicionamento político. E aí nós temos que cobrar da Bancada de Santa Catarina, quando na segunda-feira da semana passada colocaram-se favoráveis, com discursos favoráveis, à aprovação da PEC-169, como fica o posicionamento deles em relação a isso. Se são favoráveis ao Governo e ao seu trator, de derrubar, ou se querem realmente uma solução para os recursos financeiros da área da saúde.

Voltando ao assunto em pauta - Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Saúde, o excelentíssimo senhor Secretário da Saúde, no Ofício nº 1.023/97, relatando a situação do Plano de Cargos e Salários, colocou-nos o seguinte:

(Passa a ler)

"Em princípio, é necessário enfatizar que a intenção de implantar um Plano de Carreira, Cargos e Salários no âmbito da Secretaria partiu de uma proposta efetuada pelo Sindicato dos Servidores na Área da Saúde."

Eu gostaria de ter, e ficaria extremamente satisfeito, a paternidade da criança, mas esse filho não é meu. O Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores da Saúde não é filho meu.

Retorno a outubro de 1994. Paulo Afonso Evangelista Vieira, então candidato ao Governo do Estado de Santa Catarina, nos dizia o seguinte:

(Passa a ler)

"Prezado trabalhador na Saúde, tenho dito por toda Santa Catarina que a solução para os problemas da saúde no Estado dependem exclusivamente da vontade política do Governo.

Entendo que a melhoria do sistema passa, obrigatoriamente, pela formação de recursos humanos e pela implantação de um Plano de Cargos e Salários, com a adoção de uma política salarial justa, questão prioritária para valorizar o servidor".

Assina Paulo Afonso Evangelista Vieira, então candidato a Governador do Estado, pedindo os votos dos senhores servidores da saúde.

Numa edição especial do Diário Catarinense, sobre a posse, na última página, há uma entrevista com o senhor Paulo Afonso Evangelista Vieira, onde ele dizia o seguinte:

(Passa a ler)

"Honrarei em sua plenitude os compromissos assumidos na campanha eleitoral e constante do meu Plano de Governo, debatidos exaustivamente com a sociedade catarinense."

E aí coloca as três áreas prioritárias de ação. Ou seja, até hoje não cumpriu. Aliás, eu acho que seria interessante que o Código de Ética aprovado para os Parlamentares também fosse extensivo ao Executivo, cobrando as promessas.

Então, a paternidade não é minha. Paulo Afonso já dizia isso em promessas de campanha.

Sobre as Conferências Municipais de Saúde, preparando para a X Conferência Nacional de Saúde, de todas as que nós participamos foi discutido o Plano de Cargos e Salários para servidores da área de Saúde. A Conferência Estadual de Saúde, no ano de 1996, deliberou a implantação do Plano de Cargos e Salários para os servidores da Saúde, que foi referendado pela X Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, em setembro de 1996.

Colocou-se ainda na plenária da X Conferência Nacional de Saúde um prazo de 180 dias para as esferas de Governo, estadual, municipal e federal, constituírem suas comissões para a elaboração desses Planos de Cargos e Salários, porque hoje não nos é plausível, não nos é entendível como é que nós entramos num hospital, como, por exemplo, o Hospital Florianópolis, e encontramos lá dentro servidores estaduais, servidores federais, servidores municipais, servidores contratados pela CLT, pela Secretaria da Saúde e servidores contratados via firmas prestadoras de serviço.

São cinco regimes jurídicos dentro de um mesmo hospital. Como é que isso vai funcionar? Como é que isso funciona? Não se tem regras claras. E aí não se pode dizer saúde com qualidade. Infelizmente, sem uma política definida de recursos humanos não se tem saúde com qualidade.

Então, na questão de recursos para a Saúde, eu coloco uma grande interrogação, porque está no jornal Diário Catarinense de ontem que o senhor Governador, quando da despedida do Deputado e Secretário João Matos da Secretaria da Educação, assinou também uma portaria muito bonita, como foi feita em Santa Catarina, constituindo uma comissão para a elaboração de Plano de Cargos e Salários, que, na verdade, não vale nada, para elaborar um Plano de Cargos e Salários para o Magistério.

João Matos, na sua despedida, dizia que é fundamental e tem que ser vista uma forma de proporcionar algum reajuste para os professores. Ou isso é uma grande mentira, um engodo para a campanha eleitoral, ou vamos parar com isso!

O Secretário da Saúde, aqui presente, quando do término da última greve, colocava o seguinte: "Elaboração, análise e conclusão do PCCS em setenta dias, com imediato encaminhamento à Assembleia Legislativa".

Os trabalhos duraram um ano e pouco depois disso. Numa reunião em que estavam presentes o companheiro Caetano, os companheiros de Joinville, de Lages, o Secretário da Saúde, a Dra. Ana, o Gerente Administrativo-Financeiro, Lino, partiu mais uma proposta da Secretaria da Saúde:

(Passa a ler)

"O projeto do Plano de Carreira, Cargos e Salários, apresentado por uma comissão composta por representantes dessa Secretaria e desse Sindicato, ainda precisará de uma avaliação com rigor técnico, tendo em vista uma repercussão financeira de 36,36%. As finanças públicas, na atual conjuntura do Estado, dificultam um comprometimento mais elevado do Orçamento.

Ante as ponderações acima apresentadas, a Secretaria fará, num prazo aproximado de sessenta dias, avaliações pertinentes ao projeto do Plano de Cargos e Salários e não medirá esforços para buscar alternativas para remunerar melhor os nossos profissionais."

Foi assinado pela Dra. Ana e pelo senhor Alvício Lino Thiessen, Coordenador Administrativo-Financeiro, presentes na reunião. Devido a viagem do Secretário a Brasília, quem assinou o documento foram eles.

Bem diferente isso do que foi apresentado aqui pelo Secretário no início da reunião.

Esses sessenta dias passaram para cento e sessenta, estão chegando a duzentos e sessenta dias e nada, ou há um erro de digitação, um problema na tecla do computador com relação ao número sessenta! Porque na proposta da greve eram sessenta dias, depois, aqui, eram mais sessenta dias para apresentar um reestudo. E nem um reestudo para dizer: olha, gente, não dá. Dá para implantar o Plano, mas com a mesma tabela de hoje, sem alterar em nada. Porém, nem isso foi dado como resposta.

É um descaso completo para com os servidores da Secretaria de Estado da Saúde. Eu canso, às vezes, de brigar, de bater na porta. Essa plenária aqui, a pedido, para o Secretário comparecer a esta Casa para prestar esses esclarecimentos foi justamente em virtude da falta de diálogo para com a Secretaria de Estado da Saúde, porque desde o ano passado foram pedidas reuniões e mais reuniões.

Para quem leu o informativo do Sindicato de fevereiro de 1998, onde colocamos que o Secretário da Saúde não quer papo, isso não é brincadeira! Isto não é coisa para denegirmos a imagem de ninguém, mas foi a realidade! Reunião marcada e desmarcada, marcada e desmarcada, marcada e desmarcada!

Eu não tenho paciência de criança para ficar batendo na porta e encontrá-la sempre fechada, ou a porta aberta e sem ninguém dentro da sala para atender!

Por isso, estamos aqui, hoje, discutindo a questão do Plano de Cargos e Salários dos servidores da Saúde. Essa questão nós consideramos fundamental, para que possamos dizer para o servidor: olha, você vai se dedicar ao trabalho, você vai se dedicar ao atendimento à população, porque você recebe para isso.

Agora, não venham com um salário miserável, pago em atraso todos os meses, desde janeiro de 1996, quando o Governo quis bloquear parte dos salários dos servidores para cumprir os 65%. Mas foi derrubada essa medida no Supremo, mas ele atrasou dizendo que era para cumprir a medida do Supremo.

Em fevereiro do mesmo ano atrasou o salário, dizendo que era para cumprir uma outra medida do Supremo com relação ao teto salarial do Estado. Em janeiro foi por causa da medida, em fevereiro por causa do cumprimento de liminar, e a partir de março daquele ano, consecutivamente, até hoje, embora liminares, como a com relação ao 13º, tenham sido concedidas.

Eu estou cansado de enrolação por parte do Governo do Estado. Eu gostaria de uma posição definitiva da Secretaria. Tem algum posicionamento em relação à definição de salários dos servidores da Saúde? Tem alguma chance de voltar a se discutir os princípios do SUS

em relação a recursos humanos e resgatar o que foi perdido? Ou não tem? Porque se não tem, vamos esclarecer para os servidores, vamos dizer para eles que não tem nada!

Agora, cansa-nos a enrolação!

Muito obrigado, senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço ao Jocélio Voltolini, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde da Grande Florianópolis.

Gostaria também de registrar a presença do Dr. Carlos Alberto Lacombe, Diretor-Geral do Hospital Celso Ramos.

Com a palavra ao senhor José Caetano Rodrigues, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Santa Catarina.

Solicito que o José Caetano seja breve, por no máximo cinco minutos, para agilizarmos as manifestações, pois, naturalmente, a par de todas as manifestações que houverem, com toda a liberdade que uma reunião como essa proporciona, ao final nós precisamos tirar conclusões, encaminhamentos objetivos, práticos, para que não fiquemos apenas nas manifestações, nos discursos, nos desabafos.

Nós entendemos que é fundamental para o Estado uma política de recursos humanos. Nós já dissemos que é um dos pilares fundamentais do SUS.

Também entendemos toda a crise, a situação pela qual o setor Saúde e o Estado passam, todas as idas e vindas dos Secretários municipais e dos servidores, através dos sindicatos, da federação, após aquela greve de praticamente 80 dias há dois anos, que no final, sem nenhuma conquista salarial, teve como encaminhamento o compromisso de se proporcionar esse Plano de Carreira, Cargos e Salários.

Assim, foi, então, constituída essa comissão mista de trabalho. Foi elaborado um plano, que tem uma repercussão sobre a folha específica da Saúde em 36,36%. Mas até agora a situação está indefinida.

Nós precisamos ao final, realmente, tirar um encaminhamento prático, objetivo.

O SR. JOSÉ CAETANO RODRIGUES - Eu quero cumprimentar a mesa e também os presentes.

Não vou me alongar, até porque o Jocélio com muita propriedade colocou o quadro em que a situação negocial se encontra com a Secretaria da Saúde. Nós, enquanto servidores da Saúde, nos sentimos mais uma vez enganados por compromissos assumidos e não honrados conosco.

Nós queremos, Deputado, objetivamente, questionar o Secretário da Saúde sobre a possibilidade de se encaminhar essa questão, a proposta do Plano de Carreira, Cargos e Salários à Assembleia Legislativa, que é o fórum competente para discutir e decidir sobre essa matéria, até porque se não for assim, nós vamos continuar desacreditando na administração como um todo, que já vem sendo desgastada por tudo aquilo que já se conhece, por tudo aquilo que já foi aqui colocado.

Nós gostaríamos que as questões relativas aos servidores da Saúde fossem tratadas com um pouco mais de respeito, com um pouco mais de consideração. Na medida em que existem problemas, estes deveriam ser discutidos, negociados e equacionados junto à representação sindical desses servidores, o que, infelizmente, apesar da nossa insistência, quase sempre não acontece.

Em nenhum momento a Secretaria de Estado da Saúde, mesmo assinando documentos determinando prazo, mesmo com... Por exemplo, em dezembro do ano passado, quando se discutia a possibilidade do atraso de pagamento do 13º salário, em inúmeras conversas que tivemos com a Secretaria da Saúde, nos responderam que o prazo era o dia 20 de dezembro.

Em nenhum momento nos foi dito que havia uma real possibilidade de atraso, ou de negociar isso, enfim, uma forma de compensação por esse prejuízo a mais, alguma coisa nesse sentido. Em nenhum momento houve essa disposição, essa vontade expressa do Poder Público com relação aos prejuízos causados aos servidores da Saúde. Sempre houve, na prática, uma ignorância do assunto, deixando para depois, sem nenhuma resposta concreta aos dirigentes sindicais e, por consequência, aos servidores, por essas entidades representadas.

Nesse sentido o que se coloca, objetivamente, sem querer repetir o que o Jocélio já colocou em relação às promessas, em relação aos compromissos não honrados, etc., o que nós questionamos ao Secretário é a possibilidade de encaminhar imediatamente...

(Interrupção na gravação devido à mudança de lado na fita.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, então, ao senhor José Caetano Rodrigues, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde em Santa Catarina.

Com a palavra o Dr. João Batista Berto, Secretário Geral do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina.

O DR. JOÃO BATISTA BERTO (Secretário Geral do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina) - Bom-dia para todos.

O Sindicato dos Médicos de Santa Catarina mostra-se extremamente cético com esse encaminhamento do Plano de Carreira, Cargos e Salários.

O Governo está com quatro meses de atraso no pagamento do 13º salário, desde o início de sua gestão paga com atraso o salário, sequer passa para o Ipesc o que saca do salário dos servidores, impossibilitando que o Ipesc pague aos médicos, às clínicas, aos laboratórios pelos serviços prestados aos servidores do Estado. Então, não vemos como este Governo pode de repente se mostrar favorável a um Plano de Carreira, Cargos e Salários para o pessoal da Saúde.

O Governo pode argumentar que nós vivemos uma crise financeira neste País, uma crise até de Estado, com o que até concordamos; agora, o Governo deve reconhecer também que ele é co-partícipe dessa situação. A situação financeira que nós vivemos hoje é decorrente do plano que o Governo Federal tem implementado neste País, e o Governo do Estado de Santa Catarina tem apoiado isso com um descaramento total, haja vista as últimas votações que tivemos na reforma da Previdência e na reforma administrativa.

O Governo do Estado participa com a função clara de afundar este País, que está numa crise hoje com todo esse desemprego que temos. E o desemprego traz menos arrecadação para o Estado, traz mais sonegação, enfim, traz um monte de situações que faz com que vivamos um momento de precariedade no Estado.

O Sindicato não vê com boa possibilidade este Governo estar falando com honestidade que pretende implantar um Plano de Carreira, Cargos e Salários para os servidores da Saúde. Então, senhor Presidente, por encaminhamento, temos que ter o compromisso do Secretário da Saúde, aqui presente, de que irá falar com o senhor Governador, tendo a decisão de que é importante e que pretende implantar o Plano de Carreira, Cargos e Salários; que ele venha numa próxima reunião e diga com clareza e de público que o Governador de Santa Catarina, no seu último ano de gestão, vai implantar um Plano de Carreira, Cargos e Salários para os servidores do Estado, que tenha esse compromisso de fato.

Se o Secretário ainda não tem isso e não conversou com o Governador a respeito, eu acho que nós não temos muito o que discutir, o que encaminhar, porque as coisas que foram colocadas até aqui, desde a greve dos servidores da Saúde, foram apenas de brincadeira, foram para postergar, para embarrigar, e eu acho que isso é um desrespeito para com os funcionários da Saúde e também para com a população de Santa Catarina.

Digo isso porque um funcionário público, especialmente o da Saúde, ganhando o que ganha, trabalhando nas condições que trabalha, não tem condições de prestar um bom serviço à população.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado ao Dr. Berto, que aqui representa o Sindicato dos Médicos de Santa Catarina.

Concluída essa etapa, passarei a palavra aos senhores Deputados, inicialmente ao Deputado Udo Wagner, depois devolvo a palavra ao Deputado Lício Silveira, que na etapa anterior já fez alguns questionamentos.

Quero, inclusive, publicamente me escusar de ter sido um pouco indelicado naquele momento do encaminhamento, mas havia necessidade de mantermos uma certa dinâmica na reunião; era preciso inicialmente o Secretário expor a sua fala, depois os representantes dos servidores e, agora, então, vamos proporcionar aos senhores Deputados oportunidade para os questionamentos, para as manifestações necessárias, o que é muito importante. Depois, abriremos a todos os presentes.

Aproveito para registrar a presença do Deputado Eni Voltolini.

Com a palavra o Deputado Udo Wagner.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Senhor Presidente, há oito anos encontro-me nesta Casa e há oito anos participo da Comissão de Saúde, justamente para ter subsídios para interferências e para conhecimento de causa.

Tudo o que foi relatado é fruto da verdade, de acordos, inclusive resultantes de greve. Esse Plano, era um compromisso do Governo do Estado apresentá-lo à categoria. Eu quero testemunhar que realmente é essa a verdade dos fatos.

Prestei atenção no relatório do senhor Secretário, que foi muito eloquente na sua explanação, e gostaria apenas de lembrar que quando tratamos aqui de um assunto, temos que ter sempre o enfoque no Estado como um todo. Quando o Secretário menciona exemplos de falta de servidores, de falta de recursos, nomina, até pela proximidade, os hospitais da Grande Florianópolis. Até entendemos isso, é um fato incontestável; nada temos contra a Grande Florianópolis, à qualidade, à melhoria, mas nós temos a atribuição de ter a amplitude do Estado.

Esses problemas que existem em Florianópolis talvez sejam até agravados no interior do Estado, em Chapecó, Joinville, Lages, Criciúma,

enfim. Eu gostaria de alertar que nós temos que ter a visão atualizada dos problemas da Saúde, e usa-se sempre somente como exemplo a Grande Florianópolis, que admiramos, achamos que tem que ser assim; agora, não se esquecendo do interior, onde talvez a situação esteja mais grave do que propriamente aqui na Capital.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado, Deputado Udo Wagner.

Com a palavra o Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Nós temos pouco a acrescentar nesse aspecto, haja vista que essa reunião está calcada basicamente na política de recursos humanos, mais especificamente no PCCS. E sobre essa política, pelo que eu ouvi o senhor Secretário explicar, o Governo no momento não tem condições de implementar o Plano.

Eu gostaria de saber do senhor Secretário, primeiramente - pois essa repercussão de 36,6% logicamente é na folha da Saúde -, a repercussão na folha do Estado.

O SR. SECRETÁRIO DA FAZENDA (Marco Aurélio Dutra) - Na folha do Estado é em torno de 3%. O problema é que nós vamos ter que crescer, Deputado, trabalhando com estas variáveis que o senhor está vendo, esses aposentados, que não saem da folha. O senhor sabe disso, sabe que eles continuam na folha.

E para rearmos exclusivamente os funcionários que faltam, falando de maneira geral no Estado, em Lages, Joinville, nas regionais de saúde, que foi outra grande perda que nós tivemos, iremos precisar contratar um efetivo, que inclusive irá aumentar mais essa repercussão financeira, porque o aposentado, na verdade, não sai da folha, fica na Fazenda. Ele fica como aposentado, mas percebendo pela Secretaria da Fazenda.

Então, quanto à repercussão, nós ainda não terminamos o cálculo, porque ainda há pedidos, praticamente diários, de aposentadorias. Esses cálculos, eu acho que pelo menos encerraremos até o mês de março, que é quando vamos começar efetivamente a contratar para a ativação dos serviços que mencionei há pouco.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Secretário, pelo que escutei aqui, principalmente do Jocélio (depois se manifestou o José Caetano e o Dr. João Batista Berto), a Secretária fez esse PCCS, logicamente um compromisso após a greve de sessenta dias, que parece que está pronto, não está?

O SR. SECRETÁRIO DA FAZENDA (Marco Aurélio Dutra) - É, o Plano está pronto. O problema é que as tabelas, de uma maneira geral, estão...

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Tudo bem. Não é aí onde quero chegar, quero chegar a uma outra colocação.

O Plano está pronto, a Secretária não o implementou porque sabe das dificuldades, que há muito tempo vêm ocorrendo. Por que, então, pelo que o Jocélio falou, não sai outra proposta que viesse numa primeira etapa, numa sequência do processo todo, para atingir o ápice do plano?

O SR. SECRETÁRIO DA FAZENDA (Marco Aurélio Dutra) - Este é o objetivo, mas existe uma série de percalços. Por exemplo: a conquista da hora sobreaviso. Foi uma conquista da área médica há pouco tempo (acho que talvez o Berto desconheça isso), mas ela é praticamente suprimida no Plano de Cargos e Salários. Essa é uma discussão que nós temos levado a cabo, tanto com o Presidente do Sindicato dos Médicos quanto com o Presidente da ACM, e são discussões um pouco extensas.

Há a nossa boa vontade, o problema é que o Plano de Cargos e Salários estruturado da maneira que está (o Governo também está trabalhando para o Plano de Cargos e Salários Geral), assim como está, como eu já falei, nós não temos como implementar. Eu vou dizer que se vai pagar, que vou mandar para cá, que vou conseguir e nós vamos continuar atrasando. Não tem outra alternativa. Ou então se rediscute o Plano totalmente.

Esse aqui não tem chance no momento, com a atual condição financeira. Talvez agora com a rolagem da dívida, como o senhor sabe, com a implementação de outras ações, consiga-se melhorar. Agora, com a atual realidade, com o impacto de 36% na folha da Saúde, com o orçamento que eu administro lá, não temos condições de implementar esse Plano aqui. E também não contemplamos a área médica de uma maneira geral.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - É a minha primeira gestão aqui, o meu primeiro mandato. Há pouco escutei do Jocélio e também soube pelos jornais de notícia que é ruim para os servidores de uma forma geral, quando um Secretário, por exemplo, sem crítica nenhuma, com o comportamento do Secretário João Mattos, ao sair do Governo faz uma colocação de lançamento de uma portaria criando uma comissão para estudar um Plano de Cargos e Salários.

Ora, ele sabe perfeitamente que isso aí não vai ser executado. Então, esse tipo de política não deve existir. O assunto, e eu respeito o senhor pelos seus posicionamentos, é extremamente sério! Fazer promessas vãs através do Governo do Estado não soma nada.

Então, eu acho que o senhor, pela habilidade que têm, até pela proximidade que tem com o Governador, pela influência que tem com o Governador, poderia fazer um esforço e ver uma saída para a implementação desse Plano. Numa primeira etapa, até em conjunto com os sindicatos, com a federação e outros órgãos que o senhor achar conveniente, para achar uma saída adequada, porque o Plano coloca as coisas no lugar, coloca quem é quem.

Nós sabemos do aperto do funcionário público, sabemos mesmo! Está todo mundo archoado. Agora, o pior é estar trabalhando sem saber o que vai acontecer no futuro, e o Plano dá um direcionamento àquilo que as pessoas aspiram.

Eu acho que o senhor teria amplas condições de colocar o Plano em implementação por etapas, dentro de um cronograma que efetivamente atinja os seus objetivos.

Então, esse é o esforço que eu pediria ao senhor e esse seria o meu posicionamento quanto ao encaminhamento, porque, pelo que o Dr. João Batista Berto falou, é difícil! São quatro meses de atraso do 13º, os laboratórios que prestam serviço ao Ipesc e ao Governo do Estado estão também em atraso, bem como outras questões, que todos nós estamos cansado de saber. É difícil, portanto, acreditamos numa coisa como essa que o Secretário João Matos coloca. Eu acho isso um acinte às pessoas que trabalham na Educação!

Conhecendo o senhor e a sua proximidade com o Governo do Estado, eu pediria, por gentileza, que implementasse esse Plano de uma forma gradativa. É essa a minha sugestão, para que pelo menos esse Plano seja colocado em prática, porque faz os devidos acertos. Pelo menos nos cargos a política fica um pouco mais adequada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, Deputado Lício Silveira.

Quero registrar também a presença do Deputado Ivo Konell, membro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa.

Está inscrito o Prefeito de Chapecó, senhor José Fritsche, a quem passo a palavra.

(O Prefeito de Chapecó manifesta-se fora do microfone.)

Mas, com a própria sugestão do Prefeito, já que estamos na fase dos senhores Deputados usarem a palavra, eu passo a palavra ao Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Obrigado, Prefeito, e ao mesmo tempo eu aproveito para lhe cumprimentar.

Cumprimento também os demais Deputados que aqui se encontram, o nosso Presidente, Deputado Volnei Morastoni, o senhor Secretário, o senhor Caetano, o senhor Jocélio, o Dr. Berto, os assessores dos Parlamentares e os representantes do Sistema Estadual de Saúde.

Eu gostaria de poder contribuir mais do que sinto que posso. Na verdade, o Plano de Cargos e Salários sempre foi um anseio da categoria dos servidores públicos, e às vezes nós temos entendido errado isso. Eu digo isso como Secretário-Adjunto da Agricultura que fui e que percorreu, como uma missão estabelecida dentro da Secretaria de Agricultura, exatamente todos os recantos do Estado para ouvir subsídios e compor um Plano de Cargos e Salários.

Eu sinto que a maioria das pessoas hoje, Secretário, deseja, muito mais do que majoração salarial, ter a perspectiva da ascensão funcional assegurada e de uma carreira dentro do serviço público. E nós estamos confundindo às vezes as coisas, imaginando que o servidor deseja tão-somente majoração salarial.

Estamos errando também quando analisamos pontualmente os serviços. Nós tratamos em separado os Planos de Cargos e Salários da Agricultura, da Saúde, como se isso pudesse ser feito dessa forma, como se a fonte de recursos não fosse exatamente a mesma. Mas, como as demais categorias não se mobilizam, quem se mobiliza primeiro provoca a questão, que é o que está acontecendo aqui.

Há uma mobilização muito clara dos servidores da área da saúde, que não estão esperando que os outros façam. Eles estão fazendo porque, igualmente como os demais, sentem o problema, mas de alguma forma interna, por alguma maneira que têm internamente, criaram esta condição de propor em nome de toda uma categoria de servidores.

Infelizmente, também nós estamos ao final de um período de Governo, e o Plano de Cargos e Salários, que tem servido para muitas vezes proporcionar palanque de campanha, que tem servido nos primeiros anos como lenitivo para as pessoas imaginarem que ao longo daqueles quatro anos poderão tê-lo finalmente instalado, parece-me que chega ao ocaso dessa administração mais uma vez como uma frustração.

Eu acho que é esse o desafio maior que está sendo colocado aqui, junto com a frustração que as pessoas estão a trazer para todos

nós, porque, volto a dizer, a sensação que tenho é que os servidores do Poder Executivo precisam ter um tratamento equânime aos da Secretaria da Administração, da área de recursos humanos, para que possam, igualmente como qualquer outro servidor de empresas, ter a sensação de que fazem parte de um estrutura, ter ascensão funcional e ter salários justos.

Às vezes, dentro da própria estrutura de serviço público ocupa-se funções assemelhadas com salários diferenciados, o que se caracteriza como uma injustiça salarial.

Esta Casa tem feito isto, Caetano e Jocélio. Vocês têm vindo a esta Casa várias vezes, e não nos furtamos da tentativa de intermediar. Lembro-me bem que no ano retrasado e no ano passado, na condição de Membro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, não por uma, mas várias vezes somamos-nos particularmente para abrir espaços com o então Secretário da Saúde Carlos Schoeller, e num momento difícil como o do impeachment, que ainda dificultava mais esse trabalho de aproximação.

Então, o que se pode dizer? Que a Casa está aberta para discussão? Ela sempre esteve. Que ela pretende fazer parte da solução? Sempre pretendeu. O ruim é nós não conseguirmos enxergar bem como isso pode ser feito. E aí, Secretário, eu quero dar ao senhor apenas uma sugestão: eu tenho sentido que quando o Secretário de fato se aprofunda na questão, quando deseja de fato fazer valer a voz dos servidores que lhe prestam serviço, há uma chance maior de conquista de um instrumento como o Plano de Cargos e Salários.

Eu não gostaria que o senhor usasse de forma vaga, difamatória nem pejorativa, quero dizer isso também, ou se valesse das dificuldades que são presentes, que todos sabem, como o aspecto financeiro, para apenas transformar essa importante questão num assunto a ser remetido para um momento seguinte, para o momento da pós negociação da dívida, da pós renegociação da dívida, da pós melhoria da arrecadação.

Eu lhe peço, como Parlamentar, já que não posso lhe impor (e nem é minha intenção fazê-lo, nunca foi), que adote a questão do Plano de Cargos e Salários como algo seu, como desejo seu, para que os servidores possam sentir pelas suas palavras, e principalmente pela sua atitude, que o senhor deseja de fato prestigiar o corpo funcional que lhe presta serviço, do qual o senhor depende.

Acredito que atitudes assim poderão diminuir a distância e o espaço de tempo entre essa busca que os servidores têm hoje de conquistar o Plano e a sua efetiva implementação. Não há outra coisa a ser feita nesse momento. Os servidores precisam sentir de fato do seu Secretário, de quem lhes representa junto ao Poder Executivo, a vontade férrea, determinada de conquistar isso, porque senão vamos apenas prolongar o processo mais do que devemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado, Deputado Eni Voltolini.

O apelo fica registrado ao senhor Secretário, que depois ainda vai usar da palavra para responder em bloco todos os questionamentos que até aqui já foram colocados.

Passo, então, a palavra ao Prefeito de Chapecó, José Fritsche.

O SR. JOSÉ FRITSCHÉ (Prefeito de Chapecó) - Em primeiro lugar, a minha saudação ao Presidente da Comissão, aos senhores Deputados, ao Secretário da Saúde e aos representantes dos sindicatos, companheiros de lutas de muitos anos.

Eu gostaria que pudéssemos fazer a discussão da situação que se vive em termos de Saúde em Santa Catarina, da situação dos servidores de forma geral, situações que não podem estar dissociadas da situação de omissão ou de ação conjunta que Santa Catarina teve em relação às políticas nacionais.

Hoje nós estamos vivendo uma das crises mais graves da história recente nos Municípios por conta de algumas medidas bancadas, sustentadas na Câmara Federal e no Senado da República, como a prorrogação do FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), que no começo era o Fundo Social de Emergência e que hoje tira de 15 a 20% dos recursos das mais diversas fontes para financiar o capital financeiro, a especulação financeira, os bancos falidos, etc. E isso com o apoio da ampla maioria das Bancadas dos Partidos do nosso Estado com assento na Câmara Federal, assim como da maioria dos Estados brasileiros.

Por conta da Lei Kandir, que exonera o ICMS das exportações, só para exemplo, no ano passado em Chapecó tivemos uma perda real de um 1.300 milhão de reais. Isso é a nossa folha de pagamento mensal! O Ministro Kandir passou uma bela conversa em todos os Secretários da Fazenda, e todos os Governadores de um dia para o outro estavam em Brasília convencendo os Deputados que era bom votar a favor daquela lei porque iria beneficiar o desenvolvimento dos Municípios. E o Estado está recebendo uma mixaria!

Isso sem contar a PEC de um Deputado, inclusive do PT, que há tantos anos vem batalhando para o compromisso da União em relação à questão da contribuição à Saúde, porque pratica-

mente a situação é que a União não entra com nada na Saúde, a não ser com o gerenciamento, porque dinheiro mesmo da União não tem. Os Municípios e os Estados é que têm que se virar.

Assim, essa situação para nós fica muito difícil quando a obrigação cada vez maior do Município é fazer ação de saúde pública, porque quem é que procura o serviço público municipal? Quem não tem dinheiro, quem não tem plano de saúde!

Inclusive, esses planos de saúde na verdade são consórcios da morte, porque só no Brasil ocorre o que está acontecendo em termos de plano de saúde, que é uma verdadeira ciranda financeira montada em cima da precariedade do serviço público de saúde. Quanto pior o serviço de saúde, mais planos de saúde as pessoas vão tentar aderir, de uma forma ou outra. Então, vão pagando um consórcio para a vida inteira, até morrer.

O que eu estou levantando aqui é que nós precisamos responsabilizar (e eu acho que num ano eleitoral isso é próprio, e tem que fazer mesmo) e denunciar essa situação de omissão dos mais diversos Partidos e candidatos sobre a desobrigação que está havendo em relação a várias políticas, inclusive à política de saúde. E isso, nós, nos Municípios, é que estamos sofrendo as consequências.

O Deputado falou que às vezes as coisas acontecem mais aqui, dando a impressão de mais um exemplo próximo de Florianópolis. Mas a situação no interior está ficando insustentável, e vou dar o exemplo do Hospital Regional de Chapecó. Faz dois anos que o Secretário-Adjunto Viana está fazendo um movimento para de fato constituir um consórcio de Municípios, para que os Municípios pudessem assumir o hospital. Mas ele escondeu um dado elementar, que agora apareceu: o hospital tem uma dívida de 6.032 milhões de reais!

Ninguém sabia, Secretário. Na época em que nós estávamos brigando lá, dissemos que não iríamos aderir porque estávamos assumindo uma bomba, mas ninguém sabia qual era. Agora apareceu que o hospital deve seis milhões de reais! E por conta de ações de médicos, de contratações de terceiros e de dívidas trabalhistas, há mais de 700 mil reais! Há quase um milhão de reais só nessa conta!

Agora, se tivéssemos lá uma situação em que o Estado fizesse um concurso público para manter a estrutura funcional do hospital em termos de médicos e enfermeiros, de profissionais da saúde, nós estaríamos numa outra situação, estaríamos fazendo uma outra discussão.

Além do mais, Secretário, o Prefeito de Chapecó não sabe quem são os médicos contratados para aquele hospital, não tem a lista dos médicos, não sabe quanto recebem, que tipo de serviço prestam. O Prefeito de Chapecó não saber! Então, como é que nós vamos resolver isso?!

Agora os Municípios pequenos assumiram o consórcio, que tem essa dívida enorme, e o Estado apenas repassa um recurso mensal. Inclusive, parece que o consórcio fez um acerto para anistiar uma parte daquele repasse que o Governo do Estado iria fazer. Essa é a informação que eu tenho, não sei se é verdadeira.

(Orador não identificado fala fora do microfone.)

Mas a coisa corre por lá.

Essa situação em que o Estado apenas repassa o dinheiro não funciona, vai ter sempre esse problema!

Para nós, se quiséssemos assumir um consórcio, seria esse consórcio para administrar. Agora, não para assumirmos a desobrigação total da Secretaria de Estado da Saúde em relação ao Hospital Regional de Chapecó, que é um grande hospital e tem uma grande responsabilidade. E o pior de tudo é que ainda estão fazendo um jogo sujo lá, tentando jogar o resto da população da região contra a população de Chapecó, dizendo que o hospital é regional, que não é só de Chapecó, enfim, uma série de complicações que dá dó de ver.

Isso nos leva a crer que não tem tese que sustente que um hospital seja auto-sustentável financeiramente. Eu não vi isso na Alemanha, na Itália ou em lugar algum do mundo, a não ser num hospital privado. E o hospital privado, seja um Unimed da vida ou o que quer que seja, tem o preço que está colocado. Agora, para fazer saúde pública, para atender ao SUS, pensar que ele vai ser viável...

(Interrupção na gravação devido à mudança de fita.)

... o preço é o que está colocado.

Agora, para fazer saúde pública, para atender ao SUS, pensar que ele vai ser viável economicamente, é não pensar que nós estamos no Brasil, é pensar que nós estamos na Europa, onde a média salarial das pessoas que ganham menos é setecentos dólares, mil e duzentos marcos, etc., mas o nosso salário mínimo ainda continua miseravelmente um pouco mais de cem reais. Esse debate tem que estar dentro dessa questão!

E se o Estado não tem uma política de serviço público, de contratação, não pode fazer a conta do dinheiro, por que se fosse fazer a

conta do dinheiro em Chapecó, não estaríamos implantando, como fizemos no sábado, a sétima policlínica. Eu acredito que o gasto que o Município e o Estado fazem em saúde vem em benefício geral da população. É lucro em outras pontas; é lucro, é dinheiro garantido em outras áreas; é o trabalhador em condições de estar trabalhando plenamente; é não ter tanta gente encostada em tantos lugares, ganhando dispensa de tudo que é coisa!

Fazer saúde pública é um grande investimento. Para nós custa caro, mas continuamos apostando nisso!

É preciso pagar servidores? Tudo bem! O salário do servidor também é uma questão central. E quando se consegue pagar razoavelmente bem, tem-se condições de cobrar. São quatro horas? Trabalha-se quatro horas! O serviço público não é bico! Hoje, se faz um pouco assim. O Estado paga mal, o servidor está desmotivado, e aquilo vira um bico. E o povo é quem acaba levando a conta de tudo isso!

Eu estou colocando um panorama geral do que nós estamos vivendo nos Municípios em relação a essas políticas todas.

Acho que hoje deveria ser, mas infelizmente não é, um grande dia de levante nacional em relação à questão da denúncia da Saúde. Mas vem o marketing nacional do Ministro que assumiu, movimentando o Exército atrás de um mosquito que não se sabe onde está, fazendo disso como se fosse uma grande ação da saúde, quando a causa principal não é o dengue mas, sim, as condições de miséria, saneamento, alimentação e subnutrição que vive uma grande parte da população brasileira.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado, Prefeito de Chapecó.

Aproveito a oportunidade para comunicar ao Prefeito que a Comissão de Saúde desta Casa, no seu calendário de atividades já aprovado, fará uma audiência pública sobre o Hospital Regional de Chapecó, até pela experiência do consórcio intermunicipal que está sendo efetivado naquela região do Estado, faltando ainda ser definida a data e o local.

Convido o Deputado Ivo Konell, membro desta Comissão, para que participe da mesa dos trabalhos.

Gostaria de comunicar que o Deputado Eni Voltolini necessitou sair para participar de uma reunião da Comissão de Justiça.

Aproveito também para registrar a presença do Deputado Idelvino Furlanetto, bem como de vários representantes do Fórum Popular de Saúde, Dr. Flávio Magajevick (?), que foi Secretário Municipal da Saúde, Josi, e outros companheiros.

Agora, deixo livre a palavra a todos os presentes. Em seguida, passo a palavra ao Secretário, para que possa fazer as suas considerações sobre as manifestações, para, então, podermos ir para os encaminhamentos finais desta reunião.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Fiquei preocupado quando o Secretário falou sobre a venda de ações da Casan. Talvez pudesse dar uma melhorada nesse quadro, sobre a negociação da dívida, e assim por diante.

Quero esclarecer ao Secretário que fiz um encaminhamento. Mas se esse encaminhamento for calcado nessas hipóteses que V.Exa. falou, isso não vai dar certo.

Com a negociação, o Estado deixou de desembolsar, para o pagamento da dívida, para os senhores terem conhecimento, em torno de treze a quatorze milhões por mês! Mas, mesmo assim, pelas notícias que circulam, o Estado não tem caixa. Economizou naquele desembolso mas não tem caixa. São treze milhões!

O Secretário Wedekin colocou à venda 49,9% das ações da Casan a um preço mínimo de setenta e cinco milhões, mas disso também não vai vir nada para o Estado, a não ser para o pagamento do 13º salário, e isso se essa operação for efetivada. Consequentemente, com recursos dessa fonte, eu acho que o senhor Secretário também nem poderá pensar.

Com relação à Invesc, eu gostaria de dizer ao senhor Secretário que também não deverá explicar nada dessa fonte, porque a Invesc está endividada com relação ao pagamento dos juros de 20,5 milhões que venceram no ano passado e não tem condições de pagar. E o Estado fez uma proposta para os debenturistas para liquidar a Invesc, não extinguir a Invesc, mas liquidá-la.

Assim, são mais cento e sessenta e dois milhões que o Governo poderia dispor, só que não é o caso. O Governo não vai dispor, pois esse dinheiro é simplesmente para liquidar a Invesc.

Portanto, senhor Secretário, eu só estou dando uma complementação. Se o senhor for justificar as suas ações com relação à negociação da dívida, às ações da Casan e à Invesc, por certo não terá amparo do Governo do Estado. O senhor teria que achar um outro caminho.

O Sr. José Caetano Rodrigues - Peço a palavra, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, por um minuto, o senhor José Caetano Rodrigues.

O SR. JOSÉ CAETANO RODRIGUES - Eu gostaria apenas de aproveitar um gancho nas palavras do Prefeito de Chapecó, que lembrou que o problema é tanto no interior do Estado, senão mais sério, quanto na Capital.

Na verdade, inúmeros hospitais do interior do Estado, patrimônio público do Estado, foram cedidos para a exploração de fundações da iniciativa privada, como os hospitais de Curitiba e de Araranguá, que têm um convênio celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde para o repasse mensal de uma certa quantidade de recursos para esses hospitais.

As administrações locais contam com esse dinheiro para o pagamento do salário, da folha de pagamento.

Nós temos o exemplo claro de Curitiba, que também sequer até hoje recebeu o 13º salário, por conta, segundo a direção local do hospital, da falta de repasse desses recursos regularmente por parte do Governo do Estado.

É importante, então, que se registre aqui que essa situação se transforma num problema extremamente grave quando o Estado, e também a Secretaria de Estado da Saúde, não cumprem regularmente esses compromissos consignados nesses convênios, e que por vezes repassa também essa responsabilidade à Secretaria da Fazenda. Nós cansamos de manter contato aqui, lá e acolá, e, na verdade, na prática, esse não é o culpado, aquele também não tem responsabilidade, e assim por diante.

De fato, esses recursos não são repassados aos hospitais, e, por consequência, os empregados dessas instituições - no caso a Fundação Hospitalar de Curitiba e a Fucri, de Criciúma - não recebem os seus salários.

É importante que isso seja registrado e que seja observada também essa questão.

Por fim, senhor Presidente, reitero aqui a nossa sugestão para que o Secretário da Saúde possa, neste instante, assumir o compromisso conosco, mais uma vez, no sentido de remeter esse projeto do Plano de Carreira, Cargos e Salários para a Assembleia Legislativa, mesmo que esse projeto seja uma alternativa, uma proposta própria do Governo do Estado, diferente dessa elaborada através da comissão paritária, com a nossa participação.

Mesmo com essas alterações ou com a proposição do Governo do Estado, que este projeto venha para a Assembleia legislativa, a fim de que possa ser encaminhado através desta Casa e, quem sabe, tenha imediata implantação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Farei algumas considerações, alguns encaminhamentos, para, após, passar a palavra ao senhor Secretário.

Em primeiro lugar, aproveito a proposição do senhor José Caetano Rodrigues, no sentido de que os convênios da Secretaria com os hospitais, cujas administrações estão terceirizadas no Estado, tenham os seus repasses regularizados, porque implica em pagamento dos funcionários.

Em segundo lugar, especificamente sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários, podemos constatar aqui, através de todas as manifestações, que houve um compromisso no final da última greve dos servidores da Saúde, quando se constituiu uma comissão mista de trabalho, com servidores e técnicos da Secretaria da Saúde. Hoje, já existe um Plano elaborado.

Então, que tipo de encaminhamento nós poderíamos ter? Um deles seria de que este plano, da forma como está, pudesse ser encaminhado à Assembleia Legislativa para que no âmbito da Comissão de Saúde se constituísse um espaço de interlocução, de negociações, ou que o próprio Governo pudesse (e aqui nós precisaríamos até estabelecer, digamos, um compromisso de prazo) enviar para esta Casa este ou outro plano a partir desse que foi elaborado pela comissão mista, e que já está nas mãos do Governo. Se não for este da forma exatamente como está, que seja um plano de Saúde que possa, então, aportar nesta Casa e tramitar nas devidas Comissões.

Ainda contemplando a proposta do Deputado Lício Silveira, o plano para cá encaminhado poderia ter também, digamos, uma proposta de implantação progressiva, gradativa. Não precisaria implantar tudo de uma só vez. São essas as alternativas.

Que se reconstitua um grupo de trabalho para que se retome essa proposta de plano que hoje está encalhada no Governo, para que se possa, então, reelaborá-lo com considerações possíveis, uma vez que a repercussão sobre a folha de pagamento da Saúde hoje importa em 36,36%, o que tornaria inviável o plano da forma como está. Uma alternativa seria recompor uma comissão mista de trabalho de servidores da Saúde, de técnicos da Secretaria da Saúde, para se reelaborar esse plano.

Eu acho que o tempo vai passar, o Governo vai terminar e vai acabar não chegando na Casa um plano para ser discutido.

Neste momento, sinto que o apelo que foi feito aqui pelos servidores, pelos senhores Deputados, é no sentido de que da parte do Governo do Estado, da Secretaria Estadual de Saúde, precisa realmente haver uma definição, se tem o desejo, a vontade política de trabalhar este plano, de proporcionar este plano.

Na minha opinião, naturalmente, o encaminhamento mais sensato, se houvesse essa vontade por parte da Secretaria de Estado da Saúde, seria enviar o PCCS da forma como está ou com as modificações que o Governo julgar necessárias, e que aqui se abrisse o espaço de conversação, de negociação no âmbito das Comissões Temáticas da Casa.

Com a palavra, novamente, o senhor Secretário.

O SR. SECRETÁRIO DA SAÚDE (Carlos Schoeller) - Eu vou comentar por partes.

Em primeiro lugar, Dr. Batista Berto, eu só gostaria de dizer que houve uma confusão em relação ao Governo do Estado ter aprovado reformas administrativas em convivência com o Governo Federal. Não se tem nada a ver com isso. Quem encaminhou isso foram os Deputados Federais, que fazem parte de vários Partidos, inclusive alguns da Oposição e outros da Situação. Essas coisas tratou-se em nível federal.

Também quero confessar aqui, senhor Prefeito, que eu estou bastante desapontado com algumas coisas relativas ao âmbito federal, porque se o senhor for ver todas as emendas parlamentares - e aí eu não culpo ninguém, "a", "b" ou "c", e eu não sou candidato, quero deixar isso bem claro -, perceberá que não há emendas para a Saúde. Tem para o Porto de Imbituba, tem para cá, para lá. Isso é uma coisa que me chateou profundamente este ano, decepcionou-me profundamente. Até parece que nós não temos problemas no setor da Saúde.

Desejo elogiar o senhor numa outra coisa: efetivamente nós estamos assistindo uma prefeiturização da Saúde. O Estado contribui, sim. Nós contribuimos não pela proximidade, mas pelo volume de serviços oferecidos, pois todo o alto custo está na região de Florianópolis. E eu cito só um exemplo: hoje, com a quimioterapia, para o câncer, gasta-se quase um milhão de reais por mês; com toda a ressonância magnética, que praticamente toda ela, assim como vários outros aspectos, está centrada aqui.

Aqui é a minha maior preocupação, porque 80% dos servidores estão aqui, e aqui há dezoito grandes unidades hospitalares que têm que ser gerenciadas. Elas são auto-sustentáveis desde que se pague água, luz e pessoal. Nós só não conseguimos dar autonomia administrativa a essas unidades até hoje porque quando em 1993/1994 devia ter sido reivindicado um percentual de reajuste, porque as nossas unidades são todas de ensino, ninguém se lembrou, naquela época, que poderia fazer isso.

Então, hoje, só o Hospital Universitário tem esse percentual de ensino. O hospital dirigido pelo Dr. Lacombe poderia perfeitamente, com pessoal, luz, água e grandes investimentos mantidos pelo Estado, se auto-sustentar. Só que isso não aconteceu ainda, mas vai acontecer até o fim do ano, porque o percentual, que é o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento em Ensino e Pesquisa de Nível Superior, nunca foi concedido, pois alguém não se lembrou que isso existia.

Nós lembramos disso há dois anos, solicitamos, temos eles aprovados pelo MEC e não há teto financeiro.

Em relação às dívidas, aos hospitais terceirizados, Dr. Caetano, temos que esclarecer muito bem as coisas. Essas dívidas foram feitas por fundações ou consórcios que administraram e administram hospitais são oriundas de décadas ou de anos atrás. Não foram invenção minha.

Eu estou, sim, mudando o sistema de administração. Nós estamos com uma equipe que trabalha dia e noite mudando o sistema de administração desses hospitais terceirizados. E todos eles estão devidamente aprovados aqui pela Casa, pela Assembleia Legislativa, inclusive a cedência do hospital à Fucri e alguns outros.

Acontece que nós do dia para noite mexemos em alguns abelheiros. Aliás, essa dívida é de pouco mais de seis milhões; cerca de quatro milhões representam dívida junto à Celesc, à Casan...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Celesc, Casan e Telesc dá dois!

O SR. SECRETÁRIO DA SAÚDE (Carlos Schoeller) - Não, dá quase quatro. Eu tenho a dívida lá. Tem ações trabalhistas que felizmente foram ganhas agora. Então, elas não vão ser ajuizadas, a não ser as ações dos médicos. Há dívidas com fornecedores, e há outras. Isso foram com caixas pretas, porque o que acontecia é que se mandava para a Secretaria uma prestação de contas que tecnicamente estava correta.

Lembro também que há bem pouco tempo a região de Chapecó recebia sessenta mil por mês para o Hospital Regional. Hoje nós conseguimos - tudo bem que com atraso, estamos dois meses atrasados com Chapecó - aumentar esse repasse já para cento e cinquenta, e a ne-

cessidade real são cerca de duzentos. Isto, nós vamos conseguir fazer ainda até o final deste ano.

Agora, eram caixas pretas. Isto eu estou dizendo de público porque já estou em debates com sindicatos, com todo mundo. Nós temos em Curitiba, hoje, uma dívida que beira os cinco milhões de reais. É uma dívida que foi jogada de repente para o Estado e que nunca havia sido auditada. Tivemos o caso, aqui do lado, do hospital de Araquari em que houve desvio efetivo. Eu não estou questionando de onde vem a dívida, como ela foi feita, eu estou colocando para vocês a realidade.

Essas são realidades com que se trabalhou no Estado durante muito tempo e que nós agora estamos tentando mudar. Da mesma maneira, temos que mudar a realidade de estruturas regionais de saúde. Nós não podemos mais trabalhar com regional executiva. Hoje, o Município já assumiu os serviços de saúde. Não tem mais motivo para uma regional ter uma estrutura e duplicidade de serviço, que é o que acontece em Chapecó, em Lages, em Criciúma. A regional mantém laboratórios paralelamente à Prefeitura, à iniciativa privada, etc. Esses são alguns esclarecimentos.

O Consórcio Intermunicipal de Saúde é uma alternativa viável. Nós não vamos mais (e eu tenho dito isso para o Deputado Volnei Morastoni, que faz parte da Comissão de Saúde, pois conversamos por telefone frequentemente sobre isso) ser hipócritas, não vamos mais tentar cobrir o sol com a peneira, ou algum adágio, algum trocadilho que o valha. Ninguém consegue mais comprar uma consulta médica com dois reais e cinquenta e quatro centavos! Não existe isto! Vá engraxar o sapato! Ele custará três, quatro reais para ser engraxado!

Ou nós mudamos a nossa relação... E temos a Associação dos Hospitais do Estado de Santa Catarina com 232 hospitais! O relato do Presidente Gerson Grigollo, de Joaçaba, foi veemente na semana passada, para mim. Ele disse: "Carlos, eu estou cansado de esconder leitos do SUS, porque não dá! Um paciente que se interna pelo SUS custa-me, no mínimo, só a hotelaria, vinte e nove reais por dia! E eu recebo dezenove, vinte!"

Então, não tem mais! Ou nós mudamos essa estrutura do setor saúde ou nós vamos rediscutir a tabela do setor saúde, vamos rediscutir a nossa relação com o Município e com o Governo Federal, porque o Governo Federal está prefeiturizando!

A história do PAB. Prefeito, como é que o senhor vai conseguir com oitenta e dois centavos por mês por habitante fazer cinquenta e quatro procedimentos, incluindo consulta médica e odontológica? Têm coisas que são irracionais e que nós temos que aprofundar a discussão.

Relativo especificamente à área de recursos humanos - é lógico que é uma das áreas mais importantes que nós temos -, há problemas no setor médicos, há problemas na área médica, há problemas no setor saúde, Deputado Lício Silveira, que são peculiares. Por exemplo, a tecnologia no setor saúde não é mão-de-obra substitutiva, diferente de todos os outros locais.

Quando o senhor compra um robô para uma indústria de automóveis ou de computadores, substitui-se sabidamente a mão-de-obra de tantas pessoas. Mas quando se compra um tomógrafo para um hospital ele não substitui o Raio-X, e é necessário acrescentar mais pessoal. Quando se compra um ultrassom é a mesma coisa, quando se compra uma ressonância é a mesma coisa. Então, a tecnologia não é substitutiva.

Em segundo lugar, nós, infelizmente ou felizmente, não inventamos robôs que substituam aquilo que o ser humano pode dar, que é o carinho do dia-a-dia, a afeição, a mão nas costas do paciente. Isto, nós não conseguimos substituir. Tanto que os melhores programas de diagnóstico médico, hoje, que são programas que já estão na sexta geração, não conseguem acertar o diagnóstico em mais do que 75%. É o último. Por quê? Porque falta sempre a convivência humana!

Em relação ao PCCS, eu fui honesto, franco com vocês. Nós não temos dinheiro agora. As fontes, o Deputado colocou muito bem. Eu me proponho, sim, Deputada, a estudar isso com uma comissão, que nós poderemos nomear aqui. Agora, faço questão de que a área médica esteja junto, porque senão haverá algumas coisas em que teremos problemas graves com médicos, que também estão ganhando bastante mal.

Por exemplo, a hora sobreaviso, que foi uma conquista da área médica, está praticamente suprimida aqui (eu não sei se o Dr. Berto conhecia isso). E há outros problemas aqui que nós vamos ter que discutir.

Nomeia-se uma comissão... O encaminhamento pode ser feito agora; ou são as duas proposições, por isso que eu estou abrindo... A segunda, eu coloco no grupo técnico da Secretaria, para fazermos e encaminharmos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Então, precisamos realmente efetivar esse encaminhamento final.

Há uma posição dos representantes dos servidores da Saúde no sentido de que...

O Sr. Jocélio Voltolini - Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Pois não, Jocélio, pode encaminhar!

O SR. JOCÉLIO VOLTOLINI - Ao nosso ver, compor uma nova comissão, dando um prazo de sessenta dias, extrapola. Eu acho que o Governo, sim, em cima do que foi elaborado por essa comissão - o Henrique, que secretariou a comissão de elaboração desse plano, está aqui e viu o quanto foi batilhado, assim como o companheiro Jânio, que participou também da comissão -, deveria enviar para cá. Que não está redondo, não está. Tem sérios aspectos para serem discutidos.

O nosso posicionamento era trazer para a Comissão de Saúde para discutirmos, chamando as categorias envolvidas da área da Saúde, porque fora disso é arredondar para novamente guardar na gaveta, pois enquanto estiver fora daqui não temos garantia nenhuma de que será encaminhado. Podemos arredondar como for esse plano, mas ele não será encaminhado se não houver um posicionamento concreto do Governo.

Eu gostaria somente de dizer ao companheiro Berto que o Secretário aparentemente está querendo nos colocar contra a categoria médica. Numa reunião, ele nos disse o seguinte (tentarei lembrar as palavras textuais) -, corriam-me se não foi isso: "Como é que eu vou fazer os médicos trabalhar?"

Foi este o questionamento do senhor Secretário da Saúde a mim no início da elaboração do plano, porque dizia que muitos médicos não cumpriam a sua carga horária.

E não é verdade a questão da hora sobreaviso. Nós tentamos, sim, colocar os pingos nos "is". Hoje, eu não concordo em termos no Hospital Infantil dois médicos cirurgiões plásticos de sobreaviso, cada um, quinze dias, sendo que nunca é feito cirurgia plástica em horário de sobreaviso.

Esses são disparates que têm que ser observados. Têm que ser colocados os pingos nos "is", sim, para coibir abusos, porque senão hoje nós não estaríamos com 35% dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde fazendo hora-plantão, trabalhando cinquenta e cinco horas por semana, enquanto se brigava por trinta horas semanais. Faz-se isto, trabalha-se quarenta e cinco, cinquenta horas por semana justamente devido ao irrisório salário hoje pago.

É muito diferente, sim, Secretário, da área privada, como o senhor colocou no início da sua falação (eu esqueci de colocar isso), porque ao se pegar o salário de um auxiliar de enfermagem no Hospital de Caridade irá se verificar que ele recebe muito mais do que um servidor, hoje, da Secretaria de Estado da Saúde.

Então, o nosso encaminhamento é para discutir aqui, e não fazer um outro e ficar numa gaveta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Eu quero deixar claro também aos representantes dos servidores que o fórum só pode ser aqui na Assembléia se em primeiro lugar houver uma vontade, uma determinação do Governo, porque esse plano, num primeiro momento, tem que ser trabalho em nível de Governo do Estado, e no momento em que o Governo do Estado decidir encaminhar para cá, sem dúvida, irá se abrir.

Rapidamente, eu passo a palavra ao Dr. Berto, do Sindicato dos Médicos.

(Interrupção na gravação devido à mudança de lado da fita.)

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - ...Certo? Se tem que fazer algum ajuste com as categorias não precisa de sessenta dias, não! O plano está pronto! Eu acho que no máximo em quinze dias se faz isso!

Eu estou entendendo ajustes como uma forma adequada de trazer à Assembléia para a sua implementação. Isso é que eu entendo. Nós queremos implementar o plano. Agora, se vai ser 1%, 2% ou 3%, isso é que nós temos que tocar(?).

Só não gostaria, senhor Presidente, que fosse discutido aqui sem vir oficialmente para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Pois não!

Conversando com o Secretário, já posso apresentar a proposta no sentido de que num espaço de trinta dias, até o final de abril, início de maio, o Governo encaminhe para a Casa o plano.

Este plano, da forma como está hoje, será trabalhado pelos técnicos da Secretaria, que farão as adequações que o Governo achar conveniente. Uma vez encaminhado para esta Casa, então, sofrerá a tramitação pelas Comissões Técnicas, e a partir das Comissões, especialmente desta Comissão de Saúde, abriremos um espaço para os debates, um espaço de conversações, de negociações, de interlocução a respeito desse plano com todos os setores, com os profissionais de nível superior, de nível médio.

Tendo o plano na mão já, concretamente, iremos realizar outras audiências públicas como esta, para discutirmos em cima de uma proposta concreta, objetiva.

Seria esse o principal encaminhamento desta reunião.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Senhor Presidente, a partir do Sindicato dos Médicos, gostaríamos de requerer que o Sindicato tenha um representante nessa comissão, porque até hoje não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agora é a própria Secretaria que vai trabalhar, adequar o plano.

(Várias pessoas falam fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Certo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Esse plano foi elaborado por uma comissão mista. A Secretaria vai adequá-lo ao ponto de vista da proposta do Governo, e uma vez chegado nesta Casa, iremos, então, proporcionar os debates.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Tudo bem! Só que pedimos que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ai, então, todas as partes, inclusive os médicos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - ...se o Secretário chamar os representantes das categorias para discutir algum ponto que esteja pendente, que não esqueça de chamar o Sindicato dos Médicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Fica a sugestão, então, de que nesse período em que a Secretaria estará naturalmente adequando o plano, que ouça, que consulte, se puder, os representantes dos servidores, como, no caso, o Sindicato dos Médicos, a Associação Catarinense de Medicina, os servidores de nível superior, os representantes da Federação dos Trabalhadores em Saúde e os demais sindicatos dos servidores de saúde no Estado.

Então, encerramos a audiência pública, agradecendo a presença de todos, do Secretário de Estado da Saúde, dos técnicos da Secretaria da Saúde, do Prefeito de Chapecó, do Fórum Popular de Saúde, da Pastoral de Saúde, dos diretores de hospitais e dos Deputados Estaduais.

Convidamos todos os presentes para que amanhã, neste mesmo local, a partir das 8h30min, compareçam na reunião onde será debatida a situação da dengue em Santa Catarina.

Muito obrigado pela presença de todos!

(Palmas)

Está encerrada a presente audiência pública.

Sala de Reuniões, em 07/04/98.

Deputado VOLNEI MORASTONI - Presidente

Deputado IVO KONELL - Membro

Deputado LICIO MAURO DA SILVEIRA - Membro

Deputado UDO WAGNER - Membro

Deputado WILSON WAN-DALL - Membro

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Audiência Pública da Comissão de Saúde e Meio Ambiente para tratar sobre o aterro sanitário/industrial de Blumenau, realizada no dia 11/05/98, naquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Bom-dia!

Damos por aberta a audiência pública da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa para tratar do aterro sanitário e industrial de Blumenau.

Inicialmente, vamos compor a mesa dos trabalhos.

Chamo primeiramente os Deputados Estaduais que fazem parte da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e da Bancada Suprapartidária Norte/Nordeste, de quem foi a responsabilidade da realização desta audiência pública.

Deputado Eni Voltolini, Coordenador da Bancada Suprapartidária Norte/Nordeste, que reúne Deputados da região de Itajaí, de Balneário Camboriú, de Joinville e de Jaraguá do Sul, que tem acompanhado esta questão;

Os Deputados da Comissão de Saúde e Meio Ambiente: Ivo Konell, Wilson Wan-Dall, Gilmar Knaesel e outros que estão chegando;

Antônio Carlos Zimmermann, Prefeito Municipal de Guarimir e Presidente da Fecam - Federação Catarinense dos Municípios;

Décio Nery de Lima, Prefeito Municipal de Blumenau;

Mário Sasse, Prefeito Municipal de Massaranduba;

Orlando Nogarolli, Prefeito Municipal de Barra Velha e Presidente da Amvali;

Alcir Müller, Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau;

Luiz Fernando Krieger Merico, Presidente da Faema de Blumenau;

Hans Prayon, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau;

Lauro Luiz Vianna, Diretor Administrativo da Momento Engenharia;

Vereador Acibaldo Germann, representante do Presidente da Câmara de Vereadores de Guarimir;

Alfredo Vavassori, Vice-Prefeito do Município de Massaranduba;

Jairo Luiz Riboldi, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Massaranduba;

Mário Zindars, Presidente da Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba.

Estamos aguardando os representantes do Ibama, da Fatma, da Seduma, do Ministério Público Estadual e Federal, órgãos que foram convidados pela importância da presença nesta audiência pública.

Esta audiência pública foi chamada pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa a partir do momento em que os Deputados da Comissão e os Deputados da Bancada Suprapartidária Norte/Nordeste, há um mês, realizaram uma visita nas obras do aterro sanitário e industrial de Blumenau.

Chegaram à Comissão de Saúde e Meio Ambiente, através dos Deputados da região e também de representantes da comunidade de Vila Itoupava e Massaranduba, informações de questionamentos e de descontentamentos a respeito deste empreendimento pela sua localização, em função principalmente das nascentes d'água que existem no local e também pelos eventuais riscos de acidentes futuros que poderiam comprometer os mananciais d'água da região, uma vez que próximo dali a Casan colhe água para abastecer os Municípios de Massaranduba e também porque as águas dali são utilizadas, servem para a irrigação do arroz.

Neste sentido, nós consideramos que o empreendimento, por si só, é de grande importância, até porque o próprio Termo de Ajustamento de Conduta, que foi assinado entre diversas entidades ambientalistas, Ibama, Fatma, Faema, além do Ministério Público Federal e Estadual, comprova que o atual aterro sanitário de Blumenau, Parada 1, já está com o seu esgotamento físico determinado, com vários problemas de extravasamento de chorume, de gases. O próprio Poder Público de Blumenau já estaria tomando iniciativas no sentido de construir um novo aterro sanitário, pois haveria necessidade de um destino adequado, correto para o lixo industrial, uma vez que o lixo comum, doméstico é de responsabilidade do Poder Público e o lixo industrial, os efluentes líquidos ou os resíduos sólidos, de responsabilidade dos que o produzem, dos empresários.

Sabemos que esta é uma realidade cruel em todo o Estado. Nenhum Município tem um aterro sanitário para receber os depósitos de lixo industrial. Blumenau estaria tomando essa iniciativa pioneira e também exemplar para todo o Estado de Santa Catarina e para o Brasil.

Cada vez mais se exige tratamento adequado a todas as formas de lixo, tanto para preservação do meio ambiente para nós como para gerações presentes e futuras.

Por outro lado, a comunidade tem toda razão em levantar questionamentos, interrogações, porque ela tem que se preocupar com isso.

Nós temos que parabenizar as comunidades de Blumenau, de Vila Itoupava, de Massaranduba e de Guarimir, que têm se mobilizado em torno dessa questão.

No nosso entendimento, em um determinado momento desse processo, poderia ter ocorrido uma audiência pública chamada pela Fatma para que se discutisse todo esse processo.

Ocorreram várias outras reuniões em Blumenau, em Vila Itoupava, em Massaranduba e Guarimir, mas não uma reunião oficial, ampla que pudesse ter o caráter de audiência pública.

Foi constatada essa realidade quando a nossa Comissão tomou a iniciativa de realizar essa audiência pública, onde podemos oportunizar a presença desde a empresa que vai apresentar o projeto até a comunidade, que é a razão maior. Por isso, ela foi realizada aqui em Blumenau, para ter a participação mais ampla da comunidade da região.

Não teria sentido uma audiência pública como esta não ter a participação da comunidade, que pode aqui receber oficialmente a apresentação do projeto, questionar o projeto e a empresa e buscar as informações que precisa.

Em um segundo momento, esses órgãos todos que assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta também poderão se manifestar em função das razões de que esse termo foi assinado. A comunidade pode também interrogar esses órgãos, buscar as informações e os esclarecimentos necessários. E aí os Parlamentares, os Prefeitos e os Vereadores podem se manifestar em um terceiro momento.

Por isso, para procurar dar uma ordem a esta reunião, para que possamos ter começo, meio e fim e um bom termo em suas conclusões, em seus encaminhamentos, elaboramos um regulamento, que vamos rapidamente apresentar, mas, até pela exiguidade do tempo, vamos resumir-lo da seguinte forma: estamos propondo três momentos para esta reunião.

O primeiro momento é de 30 minutos, onde a empresa Momento Engenharia e a empresa Aterro, que está conjuntamente neste projeto, vão apresentar o projeto técnico sobre o empreendimento do aterro sanitário e industrial de Blumenau.

A seguir, temos 30 minutos para os representantes das comunidades, que terão que se inscrever, dando o seu nome e a comunidade que estão representando, para que façam os seus questionamentos em relação ao projeto. São 30 minutos, e com isso já gastaremos uma hora nessa primeira etapa.

No segundo momento, temos 30 minutos para os órgãos que assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta em dezembro de 1997, desde Ibama, Fatma, Ministério Público Estadual e Federal, Faema e também a própria Associação Comercial e Industrial de Blumenau, representada aqui pelo senhor Hans Prayon, que está aqui em nome dos empresários, que são os interessados, inclusive a razão principal da construção desse empreendimento.

Em seguida, abriremos 30 minutos para que a comunidade possa, por sua vez, interrogar esse conjunto de entidades versus empreendimento.

Em um terceiro momento - e até aí já teremos mais uma hora de reunião, quase chegando no final da manhã, por isso teremos que ser bastante objetivos - os Prefeitos Municipais, os Deputados Estaduais e os Vereadores terão oportunidade de se manifestar, para que possamos, em seguida, concluir com os encaminhamentos, que vão ser resultantes dessa reunião.

No final, vamos elaborar um relatório. Por isso, é importante que todos os inscritos utilizem os microfones, que estão colocados à disposição.

Mais uma vez solicito que se identifiquem, dando nome, entidade e Município que representam. Isso é para facilitar, porque a reunião está sendo taquigrafada e gravada, para que possamos ter a confecção do relatório final fidedigno com esta audiência pública.

Vamos pensar ao relatório final todos os documentos que porventura chegarem à mesa durante esta audiência e também as fitas.

Então, esse conjunto, de qualquer forma, independente das conclusões, dos acordos e dos entendimentos, são documentos oficiais que poderão servir.

Depois, nós vamos entregar a todos os participantes, para que esse conjunto de documentos sirva como um documento oficial para as tratativas que houver daqui para frente, tanto para o acompanhamento das obras como para quaisquer outras tratativas a respeito desse empreendimento, para que aquilo que aqui foi falado, as propostas que foram apresentadas e os compromissos assumidos, sejam efetivamente garantidos, e nós teremos como balizamento disso o relatório. Por isso, é importante a identificação dos participantes.

Eu quero anunciar também a presença do Deputado Udo Wagner, Membro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, e do Vereador Armino Sésar Tassi, Presidente da Câmara de Vereadores de Massaranduba.

Gostaria de agradecer a Câmara de Vereadores de Blumenau, que nos apoiou desde os primeiros contatos que mantivemos para a realização deste evento, apoio de infra-estrutura.

No decorrer da audiência pública, iremos anunciando a presença dos Vereadores.

Portanto, para ganharmos tempo, vamos iniciar propriamente a audiência pública atendendo a esse regulamento que foi distribuído. Se alguém tiver, a princípio, alguma proposta em contrário, que se manifeste agora, caso contrário, daremos continuidade.

No regulamento propomos, caso alguém levante um questionamento, tem três minutos para expor, e quem vai responder teria dois minutos. Em seguida, teria tempo para réplicas e para trélicas. Mas vamos ver, conforme o andamento, a necessidade de adaptarmos determinadas respostas, que poderão ser respondidas em bloco, até para ajustarmos todas as necessidades de manifestações.

Quero aproveitar para anunciar a presença dos Vereadores de Blumenau e de Massaranduba: Antônio João Nunes, Eduardo Carvalho Sintonio, Erno Bublitz, Nagel Marinho, Célio Scholemberg, João Luciano Pisa, Jens Mantau, Ágelo Lanser, Bras Roncaglio, Horst Reck e Almir Trevisani.

Vamos dar início à primeira parte, onde a empresa Momento Engenharia e Construção Civil Ltda. e a Aterro Empreiteira de Mão-de-Obra Ltda., responsáveis pelo projeto e pelas obras do aterro sanitário e industrial de Blumenau, terão 30 minutos para apresentação do projeto e do andamento das obras.

Enquanto o senhor Lauro se prepara, solicito ao Deputado Eni Voltolini, Coordenador da Bancada Suprapartidária Norte/Nordeste, que me ajude na coordenação dos trabalhos, especialmente no controle do tempo, pois nós teremos que ser bastante rígidos para que possamos chegar ao final com o objetivo cumprido.

Com a palavra o engenheiro Lauro Vianna.

O SR. LAURO VIANNA - Excelentíssimo Senhor Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Deputado Eni Voltolini, Coordenador da Bancada Suprapartidária Norte/Nordeste;

Excelentíssimos senhores Deputados Ivo Konell, Wilson Wandall e Gilmar Knaesel, Membros da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa;

Excelentíssimo senhor Antônio Carlos Zimmermann, Prefeito Municipal de Guaramirim;

Excelentíssimo senhor Décio Nery de Lima, Prefeito Municipal de Blumenau;

Excelentíssimo senhor Mário Sasse, Prefeito de Massaranduba;

Excelentíssimo senhor Orlando Nogarolli, Prefeito Municipal de Barra Velha e Presidente da Amvali;

Excelentíssimo senhor Vereador Alcir Müller, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau;

Excelentíssimo senhor Luiz Fernando Krieger Merico, Presidente da Faema de Blumenau;

Excelentíssimo senhor Hans Prayon, Presidente da Acib - Associação Comercial e Industrial de Blumenau;

Excelentíssimo senhor Acibaldo Germann, representando o Presidente da Câmara Municipal de Guaramirim e Presidente da Aciag;

Excelentíssimo senhor Alfredo Vavassori, Vice-Prefeito do Município de Massaranduba;

Excelentíssimo senhor Jairo Luiz Riboldi, Presidente da Aciam - Associação Comercial e Industrial e Agrícola de Massaranduba;

Excelentíssimo senhor Mário Zindars, Presidente da Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba;

Excelentíssimo senhor Deputado Udo Wagner, Membro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Minhas senhoras, meus senhores, comunidades da Vila Itoupava e Massaranduba, Vereadores, autoridades presentes, cidadãos e cidadãs que aqui ao comparecer demonstram o seu interesse na preservação do meio ambiente da nossa região, de Blumenau, de Massaranduba e outros Municípios do entorno.

Quero dizer que é uma honra para a Momento Engenharia e para mim apresentar o projeto para o aterro industrial e sanitário de Blumenau, cuja finalidade, como bem disse o Presidente da Mesa, é resolver o gravíssimo problema da disposição dos resíduos industriais da cidade de Blumenau, que também poderá atender os Municípios da região, inclusive Massaranduba, Jaraguá do Sul e outros que estão dentro do raio de ação deste aterro.

A necessidade da construção de um novo aterro para Blumenau foi detectada há três anos, e se iniciou um processo de elaboração de um projeto que desse solução a esse problema, projeto esse que foi, então, colocado para todos os órgãos pertinentes ao meio ambiente do ponto de vista técnico e também do ponto de vista jurídico.

É um desafio muito grande, porque até hoje nenhum Município do Estado de Santa Catarina deu solução ecologicamente correta para esse problema. E a administração popular de Blumenau determinou a solução do problema com emergência para a indústria e está elaborando a solução ecologicamente correta para o problema dos resíduos domiciliares.

A Momento Engenharia, com vinte e cinco anos de existência, com dez anos de Blumenau, aceita este desafio e inicia neste período negociações com a Acib para implantação deste aterro que implicará, como está implicando, em grandes investimentos por parte da indústria de Blumenau, que é pioneira na utilização deste aterro.

Iniciou-se a escolha do terreno que tivesse as condições geológicas, topográficas e logísticas. Além de ter todas essas condições, que fosse passível de compra, que o proprietário tivesse o interesse em vender. Foram analisadas quatorze áreas, e com maior exatidão foram efetuadas sondagens em quatro áreas, chegando-se à área escolhida como a melhor opção.

A nossa região, que é riquíssima em água e coberta na sua maior parte por vegetação de Mata Atlântica, exigia a escolha de uma área que já estivesse com a Mata Atlântica suprimida, que tivesse todas as condições ideológicas de solo em função de impermeabilidade etc. e que tivesse uma posição logística para atender a indústria da região.

Nós elaboramos esse projeto que alguns dos senhores terão a oportunidade de conhecer agora e outros de rever pela segunda, terceira ou quarta vez. É a décima quinta vez que eu tenho a oportunidade e a honra de apresentá-lo para os senhores e senhoras.

Esse projeto foi apresentado para a comunidade de Blumenau, através da Câmara de Vereadores; foi apresentado ao Executivo da cidade de Blumenau; foi apresentado à comunidade de Massaranduba, na Câmara de Vereadores, que teve a gentileza de nos receber; à Vila Itoupava; foi apresentado, inclusive, no exterior, foi tema de estudo por trazer uma solução ecologicamente correta para disposição de resíduos industriais.

Eu chamaria o Engenheiro Álvaro Gugelmin, que tem participado desde o início, para fazer uma breve apresentação aos senhores, neste telão, do que constitui o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Gostaria de dizer que temos vinte e dois minutos, portanto, precisamos objetivar bastante para garantir o cumprimento do prazo.

Aproveito a oportunidade para convidar à mesa os representantes que acabaram de chegar, o senhor André Boclin, Chefe da Divisão Técnica do Ibama, e o senhor Francisco Batista Costa, Diretor de Controle de Poluição da Fatma.

Gostaria ainda de anunciar a presença no Plenário do Dr. Bianchi, advogado da Prefeitura de Massaranduba, do engenheiro Arlon Tonolli, assessor técnico da Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental da Vila Itoupava e Massaranduba, bem como do senhor Paulo Alzerino Bernardes, Prefeito Municipal de São João do Itaperiú, e da senhora Maria Nerina Bernardes, Vereadora de São João do Itaperiú.

O SR. ÁLVARO GUGELMIN - Bom-dia autoridades, senhoras e senhores, vou passar muito rapidamente o projeto, embora seja uma projeto de um ano de estudos. Mas, como bem disse o Lauro, várias pessoas que estão aqui já o viram mais de uma vez. Então, vou passar muito rapidamente e depois, no espaço para as dúvidas, podemos retomá-lo.

(Inicia-se a transparência)

O objetivo desse empreendimento é proporcionar um desenvolvimento sustentado numa atividade onde se possa atender completamente a região.

Nós sabemos dos vários problemas que existem no Brasil, com mais de 75% dos resíduos lançados a céu aberto, trazendo graves problemas à região.

Em Santa Catarina 3.000 toneladas são lançadas e apenas quatro aterros sanitários são habilitados para isso.

(Mudança de slide)

Vamos mostrar algumas imagens de lixo que em cartazes estão colocados como lixo da Vila Itoupava, que são lixões da região. São várias imagens de lixões que nada tem a ver com o que vamos executar na Vila Itoupava, de Blumenau.

O que é o nosso projeto do aterro sanitário e industrial? Nas etapas do projeto, essa área foi caracterizada e houve uma concepção do projeto. Existem várias especificações desse projeto, vários dispositivos de controle operacional, um programa de monitoramento e, ao final, vou apresentar as empresas responsáveis.

(Mudança de slide)

Essa é uma foto antiga, de três anos atrás, do aterro. Como os senhores podem ver, não existia vegetação de porte arbóreo, só existia grama. Ele está localizado na rodovia BR-069, entre a Vila Itoupava e Massaranduba, distante oito quilômetros entre elas.

Os estudos realizados foram: levantamentos topográficos, caracterização geológica e geotécnica, caracterização climática, caracterização da cobertura vegetal, caracterização hídrica e caracterização antrópica.

(Mudança de slide)

Na caracterização geológica e geotécnica, já foram transformados em poços de monitoramentos os poços de sondagem que podem perceber qualquer problema que houver nas águas.

(Mudança de slide)

As caracterizações climáticas foram desenvolvidas para determinar quais os volumes de chuva que incidem sobre a área. Essa chuva vai gerar, mais tarde, o percolado.

A cobertura vegetal também foi caracterizada, bem como a hídrica, e o meio antrópico também foi desenvolvido.

(Mudança de slide)

Nessa caracterização hídrica, voltando, esse croqui mostra a Vila Itoupava e Massaranduba com o aterro exatamente no meio das duas. O Rio 7 de Janeiro e o Ribeirão Massaranduba ao fundo. É um afluente do rio Massaranduba que vai receber influentes tratados.

(Mudança de slide)

Essa é a equipe do Senai fazendo a análise da água. E essa análise será complementada logo adiante, tendo um padrão que será mantido "ad eternum". Esse é o nosso compromisso com a região, ou seja, as águas têm que ser mantidas exatamente nas condições em que se encontram hoje.

(Mudança de slide)

Vou falar agora sobre as especificações do projeto.

Esse projeto tem vários sistemas: de drenagem superficial, de proteção das nascentes, de impermeabilização da base, de drenagem dos percolados, de tratamento de percolado e de captação de gases.

O sistema de drenagem artificial basicamente isola todas as águas de chuva que ocorrem sobre a bacia. Essas águas têm que ser isoladas e desviadas para que não passem por dentro da massa de resíduos.

(Mudança de slide)

O sistema de proteção das nascentes já foi executado na área. Aqui, é uma das nascentes já protegidas, tendo o seu dreno retirando a água completamente limpa.

(Mudança de slide)

Sistema de impermeabilização de base. Esta aqui é uma foto de um aterro em São Paulo, aterro de São João, onde mostra a aplicação da geomembrana no talude e no fundo. Após a aplicação da geomembrana, é feita uma nova camada de argila e depois a instalação dos drenos e percolados. E nos taludes as geomembranas ficam exatamente dessa forma que aparece no slide.

(Mudança de slide)

Essa é mais uma cena da aplicação da geomembrana, que é um fator extra, vamos dizer assim. A própria geologia da região permitia que não houvesse geomembrana, mas é uma segurança adicional, garantindo que não haja nenhum tipo de contaminação da água subterrânea.

(Mudança de slide)

Sistema de drenagem de líquidos de percolados. Os percolados foram projetados para que sejam drenados rapidamente. Há dois tanques de grandes estruturas que podem agüentar grandes chuvas registradas aqui, na região.

(Mudança de slide)

Esta é uma imagem da área do aterro, onde mostra dois tanques (em branco). Como percebem, existe uma grande área do entorno.

(Mudança de slide)

Essa linha que está aqui em cima é a linha de drenagem das nascentes. As nascentes estão nesses dois pontos que mostro. E os senhores podem ver que além desses dois pontos existe toda uma malha de drenagem que garante que qualquer alteração nas áreas subterrâneas seja captada pela drenagem de fundo.

(Mudança de slide)

Essa seria uma demonstração da área de abrangência do entorno toda impermeabilizada. Aqui, aparecem os drenos de percolado chegando num primeiro nível, como foi mostrado antes. O segundo nível, é este que aponto.

(Mudança de slide)

Aqui é a primeira bacia que estamos trabalhando. Este é o módulo que está sendo operado hoje, que é o módulo da cota 45.

(Mudança de slide)

Este é o módulo da cota 60 e este é o módulo da cota 80, já com aterro completamente concluído.

Sobre o sistema de tratamento de percolados, a Adriana vai explicar, pois ela é a engenheira responsável pelo tratamento dos efluentes.

A SRA. ENGENHEIRA ADRIANA - Vou explicar sucintamente como foi projetado o sistema de tratamento dos percolados.

O sistema foi baseado num sistema mundialmente conhecido, que é usado para tratamento de resíduos classe II na Europa e nos Estados Unidos.

Em função da água disponível foi optado por sistema de lodo ativado. Nós temos as duas bacias iniciais de tratamento que, na verdade, são tanques de equalização que têm a capacidade de, na primeira fase do projeto, estocagem de 33 dias de percolado.

Antes de chegarmos a esses tanques, temos os desarenadores, proteção do sistema de bombeamento, e o sistema de medição de vazão naquela parte.

O sistema de tratamento propriamente dito, consiste em um tanque de distribuição onde pode distribuir os percolados para três tanques de aeração, conforme as fases de tratamento. Numa primeira fase vai ser operado apenas o tanque de aeração I.

Nesse tanque o material orgânico é degradado, passando a seguir por um decantador onde é decantado o lodo ativado, na verdade, o material orgânico. Esse material retorna ao tanque de aeração para manter a concentração e eficiência do sistema.

O efluente tratado é lançado para o corpo receptor. Esse sistema de tratamento é um sistema versátil, porque pode operar as diversas taxas e pode reciclar o efluente tratado para dentro do tanque de equalização, promovendo, então, uma diluição do efluente e uma alteração da (inaudível).

Em nível de tratamento, basicamente é isso. Depois eu posso responder algumas perguntas que eventualmente forem formuladas.

O SR. ENGENHEIRO ÁLVARO GUGELMIN - Vamos falar agora sobre a captação de gases.

Essa captação foi projetada para coletar todos os dados, desde a primeira camada até a última. Esses traços azuis são as drenagens de gases em toda a extensão do aterro.

(Mudança de slide)

Vamos passar agora para o programa de monitoramento.

O monitoramento visa exatamente preservar e garantir que as águas superficiais e subterrâneas sejam preservadas.

E qual é a intenção disso? É toda uma rede de pontos de poços de amostragem, onde se possa ter garantia total de que não se tem nenhuma contaminação.

Aqui tem o aterro. O efluente, que a Adriana acabou de falar, sai por esse setor de nº 11. Esse é um dos pontos de saída que segue para o sul, incorpora-se ao Rio Massaranduba e segue no sentido do mesmo rio. A tão famosa captação da Casan está neste ponto.

Então, os senhores podem ver que há várias situações de captação de montante e, por aí, podem ter um perfil exato do que está acontecendo, inclusive com monitoramento mensal e algumas análises críticas semestralmente.

(Mudança de slide)

Aqui são as situações do deságüe no Rio Massaranduba, um dos postos de monitoramento. Aqui o segundo e o terceiro postos e aqui a captação de água da Casan.

(Mudança de slide)

Vamos passar adiante, porque aqui são os registros de dados técnicos, as condições de se preservar a amostra para que elas estejam funcionando, etc.

(Mudança de slide)

Dentro dos parâmetros de análise temos vários pontos como DBO, OD, DQO e outros.

(Mudança de slide)

Neste ponto de cronograma analítico mostra como serão feitas as análises, em cada setor e em que frequência.

Eu vou passar a palavra agora para Lauro Vianna, porque o nosso tempo é curto, mas se houver alguma dúvida, depois poderemos retornar ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Temos dez minutos nesta etapa.

Com a palavra o senhor Lauro Vianna.

O SR. LAURO VIANNA - Resumidamente, o projeto está aí exposto nas suas principais características técnicas.

Eu gostaria de ocupar os minutos restantes para fazer algumas colocações a respeito desse projeto e da nossa atuação.

Este projeto é absolutamente transparente, absolutamente honesto. Nenhum ponto positivo ou negativo foi suprimido. As nascentes que lá existiam foram indicadas e apontadas em todas as nossas colocações para a comunidade e para os órgãos ambientais. Nós demos uma solução técnica que protegeu e está protegendo essas nascentes, com a certeza de que serão protegidas no futuro.

Este projeto prevê o monitoramento de toda água do entorno, e a comunidade, de acordo com o exigido no Termo de Ajustamento de Conduta, vai ter a qualidade da sua água publicada nos jornais mensalmente. Isso faz parte das nossas obrigações.

Isso hoje não existe. Então, eu digo para os senhores e afirmo com toda a tranquilidade que a partir da implantação desse projeto realmente vai ser monitorada a qualidade do meio ambiente na região.

Essa publicação em jornais da qualidade da água dá a todos os cidadãos o direito de verificar a qualidade do projeto que ora está sendo implantado.

A Momento está assumindo a responsabilidade perante à comunidade, perante os órgãos, perante às pessoas, perante os cidadãos. E esse projeto, ao contrário de poluir, vai proteger o meio ambiente.

Gostaria de destacar aqui a atuação da indústria de Blumenau, que foi pioneira no tratamento das águas que vão para os rios e investiu pesadamente nisso. Nessa hora difícil para a indústria têxtil, estará aplicando nesse projeto R\$3.000.000,00, porque a Momento Engenharia apenas está executando esse projeto, porque tem clientes. E esses clientes estão preocupados com a qualidade do meio ambiente na nossa região. Em nenhum outro lugar esses resíduos são tratados da forma que serão tratados aqui. Esses resíduos serão tratados de forma a não poluir o meio ambiente.

Eu faço uma pergunta para os senhores e para as senhoras: se esse projeto não for implantado, o que vai acontecer com esse resíduo? Vai continuar indo para dentro dos rios? Ele irá para onde?

E aqui gostaria de fazer uma colocação aos senhores Deputados: que a indústria de Blumenau estará fazendo um grande sacrifício de hoje pagar uma taxa praticamente simbólica de R\$ 6,00 por tonelada e que - isso significa grandes valores - passará a pagar para dispor os seus resíduos R\$ 75,00 por tonelada. E terá que competir com os seus competidores em outras regiões do Estado, onde nada é feito, onde todos esses efluentes vão para dentro do rio.

De forma que eu quero aqui me solidarizar com a indústria de Blumenau, que toma essa atitude de investir na preservação do meio ambiente.

Nós devemos exaltar essas indústrias por investirem em prol do meio ambiente, coisa que ninguém fez até agora nessa região.

Hoje vai tudo para os rios em todos os Municípios, salvo duas indústrias que estão fazendo empreendimentos semelhantes a esse, uma em Jaraguá do Sul e outra em Joinville.

Portanto, onde está a destruição colocada pela indústria? Ao contrário, ela está protegendo, ela está investindo, e ela vai competir com gente que não faz coisa nenhuma nesse sentido.

Então, senhores Deputados, fica aqui o nosso pedido que isso seja colocado nas outras regiões do Estado também.

Por fim, nós queremos dizer o seguinte: o nosso projeto é transparente, a obra é transparente e é sempre bom mencionar que a obra está em execução, que a obra está dentro do cronograma normal, que a obra vai ser entregue e vai funcionar para proteger o meio ambiente da região de Blumenau, de Massaranduba, de Jaraguá do Sul e de toda essa região que tanto necessita de um empreendimento.

Essa obra possibilita ainda, Deputado Volnei Morastoni, a instalação de novas indústrias na região. Várias indústrias que viriam para esta região não vieram até hoje porque não existe um aterro que receba os seus resíduos. As indústrias precisam exportar.

Hoje há necessidade do selo verde para exportar para a Europa, Dr. Hans Prayon. Há necessidade dos certificados de qualidade, o ISO-14.000 e o ISO-16.000, que exigem a disposição final dos resíduos de forma compatível, de forma inteligente e de forma responsável.

Esse aterro significará mais empregos na região. Todo pessoal do aterro está sendo contratado na região. Significa também impostos, significa sucesso e significa progresso.

Nós agradecemos a todos a atenção de nos ouvir e nós estaremos à disposição de todos não só agora, Deputado, mas também para frente, para qualquer questionamento que seja necessário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos aos senhores Lauro Vianna e Álvaro Gugelmin, de Momento Engenharia e Construção Civil e Aterro Empreiteira de Mão-de-Obra, responsáveis pelo projeto técnico e pelas obras do aterro sanitário e industrial de Blumenau.

Num segundo momento, então, nessa primeira parte, vamos conceder a palavra aos representantes da comunidade.

Os Municípios de Blumenau, de Massaranduba e de Guaramirim estão devidamente inscritos e identificados. Terão trinta minutos, igual tempo que as empresas tiveram aqui para a apresentação do projeto, para que possam fazer a sua manifestação e os questionamentos a respeito do projeto.

Nós gostaríamos de deixar claro que neste momento a manifestação seria a respeito da questão técnica do projeto. E num segundo momento, no bloco seguinte, haverá oportunidade dos questionamentos a respeito de toda essa questão do licenciamento ambiental, das questões ambientais propriamente ditas.

Então, enquanto a comunidade vai se organizando, através dos seus representantes, para fazer uso da palavra, eu quero registrar a presença do Vereador Arnaldo Zimmermann, de Blumenau, do Vereador Afonso Vavassori, de São João do Itaperiú, e também do senhor Sinésio Ecsel, Presidente do Sindicato das Indústrias de Arroz de Santa Catarina.

Passamos a palavra para os representantes da comunidade.

Parece-me que a proposta é que o senhor Mário Zindars, Presidente da Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba, fará uso da palavra em primeiro lugar.

Com a palavra, então, o senhor Mário Zindars.

O SR. MÁRIO ZINDARS - Deputado Volnei Morastoni, saudando V.Exa., saúdo todos os Deputados; saudando o senhor Presidente da Câmara, Alcir Müller, consequentemente saúdo todos os Vereadores; saudando o Prefeito Décio Nery de Lima, saúdo todos os Prefeitos aqui presentes.

Gostaria ainda de saudar o senhor Lauro, da Momento, e comunidade em geral.

A Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba em seguida irá apresentar um documento que será lido por um de seus membros.

Posteriormente iremos mostrar slides e, em seguida, teremos o nosso assessor técnico para dar as devidas informações e questionamentos a respeito.

Mas, antes disso, queremos aproveitar a oportunidade para entregar os documentos à Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, que passo a relacionar:

1 - Cópia do laudo técnico de agressão ambiental realizado pelo Engenheiro Civil Arlon Tonolli, no dia 26/09/96.

2 - Cópia dos autos do Inquérito Civil nº 004/97, realizado pelo Ministério Público de Blumenau, constituído de cinco volumes e 575 páginas, o qual resultou no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, assinado em 18/12/97.

3 - Cópia do relatório técnico elaborado pelo Engenheiro Civil Arlon Tonolli, enviado para a Prefeitura Municipal de Massaranduba em 12/01/98.

4 - Cópia do laudo técnico de agressões ambientais realizado pelo Engenheiro Civil Arlon Tonolli, constituído de 215 páginas e entregue à nossa Comissão de Defesa em 31/03/98.

5 - Cópia dos ofícios enviados ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, ao Conselho Municipal de Saúde de Blumenau, ao Comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar de Blumenau e ao Presidente da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente, respectivamente em 03/02/98, 31/03/98, 02/04/98, e 07/04/98.

6 - Cópia dos abaixo-assinados do protesto das comunidades de Vila Itoupava, Massaranduba e Itoupava Central, reunindo num total de aproximadamente três mil assinaturas.

7 - Cópia do documento aprovado pela nossa Comissão de Defesa, em 05/05/98, acompanhado do convênio e de toda legislação mencionada no conteúdo.

Eu pediria ao engenheiro Arlon que nos ajudasse a fazer a entrega do documento.

Eu ainda pediria a um membro da Comissão para que aqui viesse para ler o nosso documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Então, a Presidência da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa e desta audiência pública recebe os documentos que foram mencionados pelo senhor Mário Zindars, Presidente da Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba.

O senhor Antônio Martine vai ler o documento em nome da Comissão.

Eu solicito que o senhor se identifique, que dê o nome e a entidade que representa, para fins de elaboração do relatório final, da ata.

Com a palavra o senhor Antônio Martine.

O SR. ANTÔNIO MARTINE - Senhoras e senhores, autoridades elencadas pela Mesa, senhoras professoras, Diretores, Secretários das Prefeituras da região, alunos do Colégio Estadual General Rondon, do qual sou professor e orientador educacional.

Falo em nome da Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba, fundada em 26 de janeiro de 1998.

(Passa a ler)

"O atentado à Mata Atlântica, patrimônio nacional, representado pelo licenciamento irregular de um aterro sanitário e industrial na Vila Itoupava.

'A Mata Atlântica é patrimônio nacional' (art. 225, § 4º da Constituição Federal).

'A Mata Atlântica é o conjunto de ecossistemas mais ameaçado do País' (João Paulo Capobianco - SOS Mata Atlântica).

'O Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama - apreciará os estudos de impacto ambiental, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, nas áreas consideradas Patrimônio Nacional pela Constituição Federal;' (Lei Federal nº 7.804/89, art. 8º, inciso II).

1. A Descoberta da Obra

No dia 07/09/96 um grupo de moradores de Vila Itoupava dirigiu-se até a propriedade de nº 1.400 da Rua Paulo Litzenberger, local em que, segundo denúncias, a Prefeitura Municipal de Blumenau pretendia instalar um aterro sanitário. No local foram constatadas várias irregularidades, entre as quais o corte de vegetação em área de Mata Atlântica e destruição de faixas de preservação permanente ao redor de lagoas, córregos e nascentes. Foi encomendado um laudo de vistoria ao engenheiro Arlon Tonolli, cujo conteúdo constituído de 184 páginas e mais 24 fotos das agressões, constatarem a devastação do meio ambiente.

2. A Denúncia no Ministério Público

No dia 16/06/97 deu entrada no Centro de Promotorias da Coletividade de Blumenau um requerimento de representantes da população de Vila Itoupava, com manifestação contrária à instalação de uma usina para processamento de lixo no Distrito de Vila Itoupava. A manifestação se fazia acompanhar de um abaixo-assinado com 102 assinaturas exigindo a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA - e Relatório de Impacto do Meio Ambiente - RIMA - e audiência pública com a participação da comunidade.

3. A Conclusão do Inquérito Civil

Mediante uma portaria assinada em 14/11/97, a Promotora de Justiça Hercília Regina Lemke instaurou o Inquérito Civil nº 004/97, o qual, após reunir 562 páginas de informações e documentos, em 05 volumes, concluiu em fazer um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com data de 18/12/97, com eficácia de título executivo extrajudicial, reunindo os representantes do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Fundação do Meio Ambiente de Blumenau - Faema -, Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama -, Fundação do Meio Ambiente Estadual - Fatma -, e as empresas Momento Engenharia de Construção Civil Ltda. e Aterro Empreiteira de Mão-de-Obra Ltda.

Apesar de 102 moradores de Vila Itoupava terem solicitado, de maneira formal e constitucionalmente, a elaboração de EIA/RIMA e audiência pública, exigindo uma transparência ecológica no atuar da Administração Pública, ambas as obrigações não foram cumpridas. No Termo de Ajuste foi afirmado que alguns estudos foram devidamente analisados pela Fatma, mas isso não foi comprovado nos autos (alínea 'c'). Entretanto, o Termo de Ajuste reconheceu que houve efetivamente agressão ambiental, resolvendo adotar algumas medidas compensatórias (item 4). Sem sequer ser ouvida para opinar sobre a perigosa obra que se pretendia instalar na região, a comunidade de Vila Itoupava foi apenas contemplada com a aquisição, pelos predadores do meio ambiente, de um centro cultural numa área aproximada de 500m². Quem criou o fato jurídico, ou seja, os 102 moradores que denunciaram em abaixo-assinado as agressões ambientais cometidas, não assinou o Termo de Ajuste. Com relação à cidade de Massaranduba, que será atingida diretamente pelos efluentes (chorume) gerados pelo aterro sanitário, não houve nenhuma participação ou compensação lavrada no Termo de Ajuste.

4. A Reação da Comunidade

Em face de ter ficado nitidamente configurado o fato de que os diversos agentes econômicos envolvidos acabaram levando uma vantagem indevida, pois sempre tiveram - e continuam tendo - acesso direto aos agentes com poder de decisão, fazendo assim prevalecer seus pontos de vista em detrimento da devastação da Mata Atlântica e das agressões sucessivas ao meio ambiente da região atingida, as comunidades de Vila Itoupava, Massaranduba e Itoupava Central resolveram se organizar e reagir, fundando no dia 26 de janeiro de 1998 a Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba. Resolveram reprimir a tendência dos órgãos administrativos, quando ninguém mais participa do processo decisório, de apenas favorecer as indústrias que fiscalizam. E a partir de então foram enviados requerimentos a várias autoridades e órgãos que possuem obrigação constitucional e legal de defender a causa pública, entre os quais destacam-se: o Conselho Superior do Ministério Público Estadual, o Conselho Municipal de Saúde de Blumenau e o Presidente da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente. Também foram organizados abaixo-assinados em Vila Itoupava, Massaranduba e Itoupava Central, os quais já possuem mais de 3.000 assinaturas e que serão enviados a vários órgãos e autoridades que possuem responsabilidade em defender o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, tais como: o Governador do Estado de Santa Catarina, o Presidente da Assembléia Legislativa Estadual, a Frente Parlamentar Ambientalista para o Desenvolvimento Sustentável do Congresso Nacional, a ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária -, a Abema - Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente -, a Sobradima - Sociedade Brasileira de Direito de Meio Ambiente -, o Conama - Conselho Nacional de Meio Ambiente e a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

5. A Legislação Infringida

1. Constituições:

1.1. Constituição Federal

1.2. Constituição Estadual

1.3. Lei Orgânica do Município de Blumenau

2. Legislação Federal (sobre o Código Florestal)

3. Legislação Estadual

4. Legislação Municipal

6. As Irregularidades no CREA/SC

Em documento expedido em 25/03/98, a Assessoria Jurídica do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina - CREA/SC, afirma que pode ser considerado nulo de pleno direito o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta assinado pelas partes no dia 18/12/97, em face da empresa de engenharia Aterro Empreiteira de Mão-de-Obra Ltda. não possuir registro no CREA/SC, conforme obrigam a Lei Federal nº 5.194/66 e Lei Federal nº 6.839/80.

7. Os Crimes e a Nova Lei Ambiental

Com base na Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, no dia 14 de abril de 1998 a Polícia de Proteção Ambiental de Blumenau embargou uma área de 40.000m², na qual as empresas Momento Engenharia de Construção Civil Ltda. e Aterro Empreiteira de Mão-de-Obra Ltda. cortaram ilegalmente árvores da Mata Atlântica e destruíram áreas de preservação permanente ao canalizar um córrego e uma nascente existentes no local em que está sendo realizada a obra. A denúncia foi feita pela Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba ao Comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar no dia 02/04/98, depois que um morador da localidade descobriu que as empresas atuadas em flagrante intentavam em continuar a

devastação, agora em outro sítio, valendo-se de testa-de-ferro em nome de Ango Reckelberg, mediante o embuste de uma autorização irregular de terraplanagem expedida pela Prefeitura Municipal de Blumenau, sob o Protocolo nº 9801/000559.

8. As ilegalidades no licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental realizado pela Fatma e pela Faema não possui, de forma nenhuma, necessária idoneidade de um ato administrativo lícito e perfeito. Ao dispensarem o EIA/RIMA e as audiências públicas garantidas constitucionalmente, manifestaram a nítida tendência de favorecer as indústrias que fiscalizam.

Obras literárias dos mais eminentes doutrinadores do meio ambiente, especialistas na principiologia do direito ambiental, condenam unanimemente os licenciamentos realizados à margem da lei, considerando ser estas práticas lamentáveis um verdadeiro delito contra a Constituição.

A Fundação do Meio Ambiente de Blumenau - Faema, na atual gestão, negligenciou uma determinação de seu próprio presidente na gestão anterior, o professor Alceu Natal Longo, que exigiu EIA/RIMA, em parecer expedido no dia 06/11/1996.

A Fundação do Meio Ambiente Estadual - Fatma, por outro lado, demonstrou total irresponsabilidade nas suas atitudes, pois ao negar o licenciamento ambiental em outras regiões como Chapecó, Camboriú e Lages, em que os lixões e aterros sanitários estavam próximos de nascentes e cursos d'água, caracterizou a enorme ambiguidade no caso da obra em Vila Itoupava numa região de Mata Atlântica, patrimônio nacional (vide matérias nos jornais - A Notícia de 26/01/98, 29/01/98 e 11/02/98).

Para se ter uma idéia do quanto esse processo de Vila Itoupava não possui a necessária lisura e idoneidade, há três funcionários e diretores da Faema de Blumenau que prestaram serviços profissionais para as empresas Momento Engenharia e Aterro Empreiteira, ou seja, um geólogo, um biólogo e um engenheiro florestal. Salvo melhor juízo, praticaram vários atos contra disposição expressa em lei para satisfazer o interesse de empresas privadas.

Ao defender, advogar e pleitear junto a companheiros e superiores hierárquicos dentro da Prefeitura Municipal de Blumenau, o interesse particular das empresas que estão construindo a obra do aterro sanitário industrial em Vila Itoupava, demonstram uma enorme falta de transparência ecológica no atuar da administração pública. Nem mesmo sob o argumento de que se pretende a satisfação de necessidades outras, de igual relevo, porém mais imediatas, como é o caso da capacidade física esgotada, do Lixão da Parada 1 em Blumenau, pode-se permitir o abandono, ainda que temporário, da proteção do meio ambiente.

As indústrias que produzem resíduos são obrigadas a promover as medidas necessárias a prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente. Esse princípio está no Decreto Lei nº 1.413/75.

A mesma empresa que está realizando as obras de construção do aterro sanitário em Vila Itoupava (Momento Engenharia) já leva há anos os resíduos industriais para o aterro sanitário ilegal da Parada 1.

Houve até notificações (Notificação nº1102 de 08/02/96) por poluir e para lá levar resíduos sem possuir nenhum tratamento, causando degradação da qualidade ambiental. O mesmo raciocínio deve ser tirado com relação à atitude das empresas de Blumenau que estão patrocinando a construção desse aterro sanitário industrial numa área de Mata Atlântica na região de Vila Itoupava, assim, de qualquer maneira, a toque de caixa. São as mesmas que produzem os resíduos poluentes que já são levados há mais de cinco anos para o lixão da Parada 1 em Blumenau pela Momento Engenharia, sem ter nenhum tratamento, de forma condenável sob o ponto de vista das leis ambientais.

9. A existência em Blumenau de um local bem mais adequado para instalar um aterro sanitário industrial

Se não tivesse ocorrido um absurdo critério de mera conveniência e oportunidade da administração pública, reprimindo a participação da comunidade e de ninguém mais contribuir com o processo decisório, havendo um nítido favorecimento nas decisões aos diversos agentes econômicos, em prejuízo do meio ambiente, poderia ser sugerido um outro local bem menos impactante, como, por exemplo, uma segunda área vistoriada pela Fatma no mesmo dia em que realizou a visita no Distrito de Vila Itoupava, ou seja, na Rua Silvano Cândido da Silva Senior, lugar conhecido como Chácara das Torres, de propriedade de uma empresa muito conhecida na cidade de Blumenau, a Dicatesa. Se o fato do caso de Vila Itoupava, o qual em matéria de vícios e ilicitudes demonstrativos de agressões ao meio ambiente, em que 15 artigos da Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município de Blumenau, mais 17 leis e normas federais, 5 leis e regulamentos estaduais e 6 leis municipais, foram sumariamente desrespeitados e descumpridos, num total de pelo menos 43 diplomas legais e constitucionais, se isso não se constituir no mérito da questão, pode valer então como sugestão da Comissão de

Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba, o local acima mencionado, o qual possui distância de apenas 6km da Rua XV de Novembro, principal artéria de Blumenau. Possui ainda apenas 2km da BR-470, numa região muito mais favorecida de infra-estrutura e serviços básicos necessários para funcionamento e segurança de um aterro sanitário e industrial. O terreno é bem maior em área, quase três vezes maior do que o terreno licenciado irregularmente em Vila Itoupava (500.000m²) e a capacidade de depuração do rio Itajaí-Açu é milhares de vezes superior à capacidade de depuração do pequeno ribeirão Sete de Janeiro, o manancial hídrico que abastece a cidade de Massaranduba. O diretor de controle de poluição da Fatma, Francisco José Batista da Costa, vistoriou ambos os terrenos no dia 30/05/96, conforme documento que se encontra na página 91 dos autos do Inquérito Civil nº004/97. Ressalte-se, especialmente, que de acordo com a Lei nº6.803/80, a qual dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, essa área seria muito mais adequada, notadamente pela facilidade de acessos e condições de infra-estrutura, numa distância de apenas 2km da BR-470, principal corredor de acesso da futura Região Metropolitana de Blumenau, cuja duplicação já se encontra inclusive sendo objeto de estudos e de projetos no trecho entre Gaspar e Indaial.

Massaranduba, 08 de maio de 1998.

(aa) Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Massaranduba - Mário Zindars, Mário Sasse, Alfredo Vavassori, Alvaír Ricardo Pedrini, Horst Reck, Luiz Carlos Vieira, Armino Tassi, Albrecht Kranke, Paulo Ramos, Antônio Souza, Vitalino Voelz, Armando Ronchi, Alfeo Luiz Faes, Antônio Kasproicz, Jair Micheluzzi, Mário Schwanke e Ademir Sprung."

Muito obrigado pela atenção!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - O senhor Antônio Martine, representando a Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba, apresentou este relato histórico com dados técnicos e questionamentos a respeito do empreendimento.

O tempo ainda continua com a comunidade. Temos ainda seis minutos para manifestações.

Gostaria de registrar a presença da Vereadora Alzina Michelzli.

O Presidente da Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba, senhor Mário Zindars, está com a palavra.

O SR. MÁRIO ZINDARS - Senhor Presidente, vamos mostrar agora um documentário.

(É apresentado e comentado pelo Engenheiro Arnon Tonolli o documentário.)

O SR. ENGENHEIRO CIVIL ARNON TONOLLI - Este é um sítio onde está sendo realizada a obra do aterro sanitário de Vila Itoupava.

Percebe-se que a vegetação é bastante consistente, e por ser Mata Atlântica é protegida pela Constituição no art. 225 § 4º. Há necessidade de especial observância de todos os licenciamentos que se realizam em regiões de Mata Atlântica.

Além disso, há proteção da Mata Atlântica também no art. 184 da Constituição Estadual, no inciso I. Também o inciso V dá proteção às nascentes de águas superficiais. No inciso VI há a proteção das encostas passíveis de deslizamentos, já que o acesso ao local é bastante íngreme e vai necessitar de uma série de obras multipactantes - situação essa que foi, inclusive, reconhecida pela Fatma nas visitas feitas ao local.

Aí nós percebemos lagoas que existiam já na ocasião da visita em 7 de setembro de 1996.

Mais uma observação: as lagoas que já estavam sendo secadas.

A vegetação de área de preservação permanente à margem do córrego, segundo o eminente doutrinador do meio ambiente, Paulo Afonso Leme Machado, necessita de lei especial para haver a sua supressão.

Essas fotos se referem ao laudo realizado em 23 de setembro de 1996, numa visita no dia 7 de setembro de 1996 com membros da comunidade de Vila Itoupava.

(Pausa)

Parece que houve um problema técnico e por isso vamos continuar falando de improviso.

Na verdade, esse é o laudo que foi realizado, conforme disse-mos, no dia 23 de setembro de 1996. Após, então, foi aberto o inquérito civil, resultando no Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 18 de dezembro de 1997.

As obras, então, tiveram o seu início, e mais adiante, já no ano de 1998, por uma denúncia de um agricultor, morador nas proximidades, foi constatada uma agressão em outro sítio, e foi, então, realizado o segundo laudo.

Agora, estamos demonstrando o vídeo onde se percebe a área em que corre o ribeirão 7 de Janeiro, que abastece a cidade de Massaranduba, também percebemos a Rodovia Guilherme Jensen.

Aí, percebemos o local de captação das águas que abastecem Massaranduba e já percebemos a turbidez da água em função das obras de terraplenagem que estão sendo realizadas atualmente no local, no sítio em que está sendo construído o aterro sanitário industrial.

Um pouco mais acima, já se percebe com um pouco mais de clareza a turbidez da água.

Esse é o ribeirão 7 de Janeiro.

Esse já é o ribeirão secundário, que abastece o 7 de Janeiro.

Percebe-se que a turbidez da água já está bem mais evidente.

A vegetação da Mata Atlântica.

Mais um aspecto, onde cada vez mais há turbidez da água em função das obras de terraplenagem. Está mais evidente.

Aí, um local de água parada onde se percebe também bastante turbidez da água, água da nascente.

Mais adiante foi tomado depoimento de um agricultor que teve que secar uma lagoa nesse ponto.

Esta é a lagoa que teve que ser secada em função das obras que já estão sendo realizadas no sítio.

(Agricultor fala no filme, mas está inaudível.)

Este é um forno de lenha. O agricultor está fazendo suas colocações a respeito das tratativas que houve da Polícia Ambiental em relação a esse forno de carvão.

Mais um detalhe da saída. Agora estamos bem próximos das obras do aterro sanitário industrial, onde percebe-se a nascente que está sendo atingida. E um pouco mais acima a água que não é da nascente. Antes da nascente.

Já na propriedade, no sítio onde está sendo realizada a obra.

Percebe-se adiante a estrada de acesso às obras.

Já aqui, no acesso pela Rodovia SC-474, percebemos o acesso muito íngreme, que possui proteção pela Constituição Estadual - as encostas passíveis de deslizamentos.

Percebe-se que o acesso que deverá ser construído no local será extremamente impactante. A estrada é estreita.

Mais adiante, consegue-se ver deslizamentos.

Aí, mais uma visão do acesso à Rodovia Guilherme Jensen. O acesso é estreito, permitindo apenas a passagem de um veículo.

A encosta já deslizando em função da erosão. Aí percebe-se também a dificuldade do acesso.

Já mais adiante, percebe-se a exuberância da Mata Atlântica, protegida pela Constituição Federal.

Mais um aspecto da erosão.

Aí, um detalhe bastante significativo de uma cratera resultante da erosão. Ressalte-se que esse acesso possui inclinações de até 45°.

Percebe-se aí, nesse detalhe, a encosta muito íngreme, que também possui proteção pela Assembleia Legislativa, que deverá homologar obras a serem construídas em locais dessa natureza.

Aí, a entrada do aterro sanitário. Percebe-se um trator empurrando um caminhão, pela dificuldade de se chegar até o local das obras.

Esse é o encerramento do primeiro bloco.

Passo novamente a palavra ao Presidente da Comissão de Defesa Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Senhor Mário Zindars, gostaria de comunicar que já se passaram quatro minutos do tempo proposto para a Comissão, mas acho importante neste momento, para concluir essa etapa, que a comunidade, através de seus representantes aqui, pela Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba, pudesse apresentar claramente, então, os questionamentos técnicos.

Em seguida - a comissão dos trabalhos decidiu -, ao final desse bloco, daremos cinco minutos aos representantes da Momento Engenharia para que possa, após esse primeiro contraditório que houve, fazer uma manifestação sobre os questionamentos colocados, onde vimos que basicamente se centram em três pontos a questão da localização, implantação do aterro sanitário e industrial de Blumenau.

Já há alguns problemas verificados aí, como da turbidez das águas no próprio rio 7 de Janeiro, já advindos, digamos, da implantação desse empreendimento e também as questões que envolvem o licenciamento ambiental.

Então, a Comissão decidiu que vamos ao bloco seguinte depois dos cinco minutos para a Momento Engenharia, onde os órgãos ambientais como o Ibama, Fatma, Faema e o Ministério Público, além da Associação Comercial e Industrial de Blumenau, irão colocar a sua posição.

Por isso que nós programamos dessa forma para esse segundo momento, porque além deles manifestarem a sua posição, uma vez, inclusive, que assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta, também poderão responder questionamentos ou situações aqui levantadas pela comunidade.

Passo a palavra ao senhor Mário Zindars, representando a comunidade, para que possa fazer, rapidamente, a conclusão, uma vez que já ultrapassamos o tempo dessa etapa.

O SR. MÁRIO ZINDARS - Eu queria comunicar que nos colocamos à disposição para qualquer pergunta a respeito da nossa explanação no momento.

Gostaria de pedir à Mesa, já que está cedendo cinco minutos para a Momento Engenharia, também cinco minutos, caso necessário, para defesa desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com certeza, senhor Mário Zindars, para que possa responder.

O objetivo é que haja realmente esta igualdade de direitos, porque no nosso entender além da manifestação oficial que deve ter de todas as entidades, órgãos ambientais e do Poder Público, o tempo para que a comunidade possa realmente tratar do assunto é condição fundamental. Digamos assim, o objetivo desta audiência pública é dar cinco minutos para a Engenharia e também cinco minutos para a comunidade.

O SR. MÁRIO ZINDARS - O nosso questionamento entrará no segundo bloco, quando teremos diversas perguntas a fazer aos órgãos ambientalistas com relação à concessão dessa licença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Quero anunciar a presença e convidar para participar da Mesa o Deputado Sérgio Silva, que é Vice-Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa.

Concedo cinco minutos aos representantes da empresa Momento Engenharia e Construção Civil Ltda., senhor Lauro Luiz Vianna, e também da Aterro Empreiteira de Mão-de-Obra Ltda.

O SR. LAURO LUIZ VIANNA - Vou me pronunciar sobre três temas levantados no vídeo, na colocação feita pelo senhor Mário Zindars e pelo engenheiro Tonolli.

O primeiro diz respeito à Mata Atlântica. Toda essa região é Mata Atlântica. A forma como foi colocada ali dá a impressão que a Mata Atlântica está exclusivamente na localidade entre Massaranduba e Vila Itoupava.

Aqui nós estamos numa região de Mata Atlântica. Tudo isso que existe aqui é Mata Atlântica. Aquele local foi escolhido justamente porque lá não mais existia Mata Atlântica. Lá era um pasto, que está sendo terraplenado, e lá foi implantado o projeto. Esta é a primeira colocação.

Na segunda colocação, foram apresentadas aí várias fotos e um vídeo, cuja transparência nós questionamos. Aquele lagoa e aquele agricultor que lá aparecem não são nossos vizinhos. A lagoa que foi esvaziada não é nossa vizinha, está seguramente a mais de quatro quilômetros da área. Por qualquer motivo, alguém pode perfeitamente pedir para esvaziar uma lagoa para filmar.

Os senhores me desculpem, mas este problema da lagoa não tem nada a ver com a nossa obra, inclusive temos vizinhos que têm lagoa e estão criando seus peixes sem problemas.

Da mesma forma que a Momento coloca toda a transparência, gostaria que houvesse também a transparência nos argumentos contra a nossa colocação.

Em terceiro lugar, eu queria dizer que não houve nenhum questionamento ao projeto. Nós estamos instalando um projeto para dar uma solução ecologicamente correta ao resíduo industrial da região. E esse projeto está aqui para ser analisado. Nenhum ponto do projeto foi questionado ou foi analisado.

Então, eu admito que o tema ambiental é um tema emotivo, que emociona todos nós, e com razão, mas aquela colocação que lá estava, onde mostrava a definição da Mata Atlântica e a necessidade de proteção dessa região, poderia perfeitamente estar do lado de cá, porque o projeto existe e está sendo implantado exatamente para proteger o meio ambiente da região. E nós estamos aqui para responder qualquer questionamento ao projeto. Além disso, aquelas erosões e etc., não tem nada a ver com o projeto.

A estrada mostrada é uma rodovia municipal que foi implantada pelo Município, que vai ser melhorada, sim, e vai atender toda região, não só o projeto da Momento Engenharia e da Aterro.

Nós nos colocamos, senhor Presidente, à disposição para qualquer questionamento quanto ao projeto, o qual nós acreditamos e o qual nós temos a certeza que será a solução para os problemas ambientais da região e, inclusive, para a proteção dos Municípios vizinhos.

Muito obrigado, senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda resta um minuto, se houver necessidade pode concluir.

O SR. LAURO LUIZ VIANNA - Gostaria de me colocar à disposição. A minha área é eminentemente técnica. Discordo que tenha havido qualquer problema ali com a água, mesmo já tendo sido movimentado grande volume de material de terraplenagem.

Esse bota-fora foi exatamente embargado porque nós fizemos uma proteção de águas que está a cinquenta ou a cento e cinquenta metros de três lagoas vizinhas.

Como os senhores podem ver nas imagens que eles mostraram - eu conheço bem a região -, fica a quatro ou cinco quilômetros adiante do aterro, e no nosso vizinho, que fica a cento e cinquenta metros, não aconteceu nada, exatamente porque aquela tubulação foi implantada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Concedemos cinco minutos ao representante da comunidade da Vila Itoupava e Massaranduba, o engenheiro Arlon Tonolli.

O SR. ENGENHEIRO ARLON TONOLLI - Eu gostaria de dizer, em relação ao que foi colocado pelas empresas, que aquela lagoa, de fato, está adiante apenas um quilômetro de distância das obras que estão sendo realizadas no sítio...(inaudível) e se refere a uma lagoa que foi esvaziada em função das obras. Percebemos, e é importante que fique ressaltado, que foi destruída uma lagoa no sítio. E essa lagoa a que se refere o depoimento do agricultor, é uma lagoa que foi esvaziada em função da água barrenta, resultante das obras de terraplenagem que estão sendo executadas no sítio. Isso é facilmente comprovado, qualquer cidadão, qualquer pessoa aqui presente pode ir até o local que nós comprovaremos esses fatos. Na verdade, os fatos comprovam o que afirmamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Todas as manifestações aqui estão sendo gravadas e posteriormente a comprovação, "in loco", de qualquer fato poderá ser realizada.

A comunidade, se desejar, ainda tem três minutos e meio para usar da palavra. Caso contrário, vamos para o segundo bloco.

Pergunto ao senhor Mário, Presidente da comissão, se podemos seguir adiante.

O SR. MÁRIO ZINDARS - Sim, podemos ir para o segundo bloco.

Gostaria que esses minutos que sobraram agora fossem incluídos no segundo bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Na verdade, nós já estamos com o tempo mais do que estourado, mas a comunidade fica com um crédito de três minutos até o final desta audiência.

Então, no segundo bloco, vamos ouvir, no primeiro momento - e aí teremos trinta minutos, e seria necessário que os representantes destas instituições pudessem se programar -, o senhor Hans Prayon, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau, que, representando os empresários, fará uma manifestação sobre a importância e a necessidade desse empreendimento e as justificativas relacionadas com o empreendimento do ponto de vista empresarial.

Em seguida, teremos a manifestação do Ibama, da Fatma e da Faema, órgãos ambientais, de licenciamento ambiental, que representam o Poder Público a nível Federal, Estadual e Municipal.

Estamos aguardando a presença do Ministério Público Federal e Estadual, responsáveis pelo Termo de Ajustamento de Conduta que foi assinado em dezembro último a respeito deste assunto.

Portanto, passamos a palavra ao senhor Hans Prayon, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau.

O SR. HANS PRAYON - Ao cumprimentar o Presidente, nobre Deputado Estadual Volnei Morastoni, quero cumprimentar todos os presentes, os Prefeitos, os Deputados Estaduais, os Vereadores, os presidentes das comissões.

A Acib, Associação Comercial e Industrial de Blumenau, recebeu a três anos e meio atrás o aviso da Prefeitura de Blumenau que está se esgotando a capacidade de depósito de detritos industriais na tal chamada Parada 1, que foi, evidentemente, uma solução intermediária, uma solução provisória para que as indústrias e a cidade pudessem depositar o seu lixo industrial e também o lixo doméstico.

Imediatamente, o meu antecessor convocou uma assembleia, onde estive presente, e tentamos adequar a nossa ação ao pedido da Prefeitura Municipal de Blumenau.

Diz a lei que a municipalidade é responsável pelo lixo doméstico e que as indústrias são responsáveis pelos detritos industriais.

A primeira idéia foi fazermos, através de um consórcio de várias firmas, que constróem absolutamente dentro das leis ambientais e nas mais modernas técnicas, um aterro industrial. E quem assumiria a responsabilidade no consórcio? No consórcio você pode sair, entrar ou por a culpa no outro. Já presenciei vários consórcios que não funcionaram, porque simplesmente quando uma firma não quer mais participar ela sai e deixa a responsabilidade para as que ficam.

Então, uma das grandes surpresas agradáveis, uma solução que agradou a todos e que abracei desde que assumi a Acib no ano passado, foi que uma firma reconhecida, uma firma de alta capacidade tecnológica, uma firma que já trabalhe para Blumenau durante muitos anos, que conhece o nosso problema profundamente, assumisse a responsabilidade de fazer o aterro sanitário e o aterro industrial dentro das mais modernas técnicas que existem no mundo.

Blumenau vai mostrar ao Brasil, mostrar ao mundo, pode-se dizer, do que somos capazes. Posso falar isso, porque fiz parte do projeto da primeira indústria brasileira que assumiu e recebeu o ISO-14.000, certificado mais alto de ecologia industrial que existe no mundo.

Vejo aqui que tem gente que não gosta disso, que acha isso um atraso, mas se fosse um atraso não teríamos o Ibama, a Fatma, a Faema, o Ministério Público e a Procuradoria Estadual e Federal do nosso lado.

Eu gosto da Vila Itoupava, todos sabem, e virá gente de todo o Brasil para ver que obra somos capazes de fazer aqui. A firma Momento assumiu a total responsabilidade sobre qualquer problema que possa surgir. Então, vamos trabalhar em conjunto. Depois, como já disse o engenheiro Lauro, vamos ver, mensalmente, os dados que a Momento, a Fatma e a Faema vão publicar para ver se alguém está poluindo alguma coisa.

Nós investimos bastante nas nossas empresas próprias, o que nenhum dos concorrentes informais fez. Recebemos a gratificação, recebemos o certificado ISO-14.000. Não é só a Hering que pode receber, todas as outras firmas podem, todas as firmas têxteis de Blumenau são capazes de receber, porque têm o mesmo carinho para com a ecologia e para com o meio ambiente.

Então, vamos acreditar neste projeto que foi estudado por mais de um ano por todos os órgãos, pelos nossos técnicos que estão aqui presentes, pelo Ibama, pela Fatma, pela Faema, por todo mundo. Foi ouvido, foi dado parecer positivo e foram feitas quinze apresentações deste projeto para quem estivesse interessado. Nunca a firma Momento se esquivou de fazer uma audiência pública ou falar com as pessoas que tivessem qualquer dúvida sobre o projeto.

Nós vamos em frente com este projeto, que é digno de um respeito muito grande. Blumenau vai se orgulhar. A Vila Itoupava vai se orgulhar desta moderna técnica de aterro sanitário e industrial que as nossas indústrias, a nossa cidade e a nossa administração aprovou, está fazendo e nós, os empresários, vamos pagar, pagar caro.

Então, não vejo como se pode dizer que isso é um monumento negativo da indústria ou da administração.

Aqui se fala muito que Blumenau não faz nada, e quando estamos fazendo tem sempre alguém contra. Conversa de Mata Atlântica, de poluição de rios... Como está o rio hoje?

Então, agradeço a Comissão por ter feito esta audiência para apresentar a todos os interessados o que estamos fazendo, o que estamos peitando, o que fizemos em conjunto com a comunidade blumenauense, com a Prefeitura Municipal, com os Vereadores e com os Deputados Estaduais.

Dou meus parabéns à firma Momento, que realmente assumiu a responsabilidade ecológica, econômica e jurídica!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE Deputado Volnei Morastoni - Muito obrigado ao senhor Hans Prayon, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau.

Ainda temos vinte e três minutos nesta etapa.

Concedemos a palavra ao senhor André Boclin, Chefe da Divisão Técnica do Ibama.

O SR. ANDRÉ BOCLIN - Em primeiro lugar, cumprimento todos os presentes.

No segundo semestre de 1997, não me recordo agora de datas, o Ibama recebeu uma consulta da Fundação do Meio Ambiente sobre o licenciamento desta obra que está sendo discutida. A consulta formulada encaminhava cópia do projeto já licenciado naquela ocasião, já contava com a licença prévia. O Ibama se deparou com uma situação de extrema urgência em função dos riscos que o meio ambiente estava exposto e em função do esgotamento da atual área que recebe os detritos industriais. Além disso, alguns acidentes estavam acontecendo, com as chuvas e tal, no aterro industrial da Parada 1, e tínhamos que ser ágeis na condução do problema.

O projeto da empresa Momento não foi questionado pelo Ibama, o projeto não recebeu críticas por termos entendido que contemplava as ações de proteção. O projeto trazia soluções de engenharia que contemplavam as medidas protetoras do meio ambiente.

O Ibama se manifestou, sim, naquela ocasião, em relação ao processo de licenciamento que a legislação estabelece, a obrigatoriedade de exigir estudo de impacto ambiental. Isso foi conduzido mais adiante por uma discussão interinstitucional, Ibama, Fatma e Ministério Público Estadual e Federal, onde foi exigido, naquela ocasião, que tudo que pudesse compor com o estudo de impacto ambiental fosse exigido, além do projeto técnico que já trazia no seu escopo todas as informações do interesse da área ambiental. Todos os levantamentos necessários foram exigidos de forma complementar e a Fundação do Meio Ambiente pode analisar com mais tranquilidade. Mais tarde, entendendo que as exigências de um estudo de impacto ambiental estavam sendo contempladas, foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta, faltando, no entanto, a

realização de audiência pública, que foi considerada em função dos prazos que as audiências públicas têm que observar, não havia tempo para postergar o início da obra.

Então, foi celebrado esse Termo de Ajustamento de Conduta, com a participação da Procuradoria da República, do Ministério Público Estadual, da Fundação do Meio Ambiente, dos empreendedores, do Ibama e da Associação Comercial de Blumenau. Se não me falha a memória, foram estes os participantes.

Dessa forma, foram conduzidas pelo Ibama as tratativas em relação ao licenciamento da obra. É uma obra que, pelas suas características, pelas suas potencialidades de impactar o meio ambiente, cabe exclusivamente ao órgão ambiental estadual. Não é uma obra que compete ao Ibama licenciar.

Dessa forma, nós reforçamos o entendimento da Fatma, e foi conduzido, após a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, dentro do que a legislação estabelece, faltando somente a questão da audiência pública, que não foi realizada em função dos prazos, que eram exíguos, para o início da obra.

Eram esses os esclarecimentos que eu tinha que dar com relação à participação do Ibama no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço ao senhor André Boclin, representante do Ibama.

Eu passo a palavra ao senhor Luiz Fernando Krieger Merico, Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Blumenau.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO - O meu bom-dia a todos.

Gostaria de parabenizar a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa por essa excelente iniciativa de discutir publicamente um empreendimento tão importante não só para a cidade de Blumenau, mas para todo o Estado, haja vista que este seria o primeiro aterro sanitário industrial de Santa Catarina.

Todos nós sabemos que este é um Estado com muitas indústrias. Seria interessante que nós fizéssemos esse exercício mental de imaginar aonde estão indo esses resíduos industriais das outras indústrias catarinenses. Eu acho que o Estado de Santa Catarina, apesar de ser industrial, está muito atrasado com relação à gestão dos seus resíduos.

Eu acho que não há tempo a perder, temos que fazer todo esse processo de recuperação desse passivo ambiental que temos no Estado, não só em Blumenau, em implementar aterros sanitários. É claro que tudo isso dentro da legislação, como vem sendo feito aqui.

Eu gostaria de me ater basicamente a alguns questionamentos colocados pela Comissão de Defesa da Vila Itoupava.

Parece-me que um dos principais argumentos seria um certo atentado à Mata Atlântica. Não é correto colocar dessa maneira, visto que, conforme pode ser visualizado na própria transparência, a área possui uma vegetação que naturalmente é de Mata Atlântica, como todo Sul do Brasil. Essa vegetação se estende até o Nordeste do Brasil, vegetação que já foi retirada, a vegetação em estado sucessório, ou seja, um estado sucessional inicial passível de ser cortado, suprimido, de acordo com o Decreto nº 750 e toda sua legislação complementar.

Ora, nós fazemos isso cotidianamente. Blumenau faz isso, aprovando um loteamento. Loteamentos são aprovados em todos os Municípios do Brasil. São aprovados em Santa Catarina, no Sul do Brasil, em área de Mata Atlântica, porque existe a possibilidade, nesses estágios sucessoriais iniciais, de supressão da Mata Atlântica para a colocação de empreendimentos.

Então, autoriza-se a supressão dessa Mata Atlântica da mesma forma que se autoriza um loteamento ou a construção de uma casa. Esse é um processo de licenciamento comum previsto na legislação.

Eu gostaria de fazer outra referência com relação a uma insistência. E eu agora teria a oportunidade de colocar isso de maneira bem honesta, bem tranquila, muito chata, muito ofensiva, que é uma colocação relacionada ao licenciamento irregular.

Olha, é muito chato para quem está à frente de um órgão público tentando fazer um trabalho interessante ouvir esse tipo de colocação. Licenciamento irregular. Inclusive tem aqui um documento da Comissão de Defesa Ambiental da Vila Itoupava que foi enviado ao Conselho Municipal de Saúde de Blumenau... Mas eu ouvi centenas de vezes na rádio que os órgãos públicos assinaram um espúrio Termo de Ajustamento de Conduta. Espúrio quer dizer ilegal.

Eu teria chamado a Procuradoria da República, o Ministério Público, as empresas, os órgãos licenciadores de espúrios. E o licenciamento irregular, instalação completamente irregular em desacordo com os mais elementares princípios da legislação etc., são palavreados que certamente não cabem neste caso. Não há nenhuma irregularidade, a legislação ambiental que nós temos no Brasil, inclusive as normas ABNT para a constituição de aterros sanitários, foi respeitada.

Temos a legislação de Mata Atlântica, a legislação no que se refere aos padrões de tratamento de efluentes, há exigência no caso do projeto de instalação das mantas protetoras, ou seja, não há absolutamente nada irregular, e é muito chato ouvir isso, é uma insistência que daí eu reporto que talvez não seja inclusive idônea, mas talvez faça parte também do processo.

Outra questão é com relação ao Rima - Relatório de Impacto Ambiental -. Tem sido colocado muito freqüentemente que a obra não possuiria Rima. Ora, a obra não possuía Rima porque não houve essa exigência legal no início, não houve exigência no início do processo, e isso inclusive motivou o Termo de Ajustamento de Conduta.

...(inaudível), respondendo uma acusação feita há pouco com relação a essa gestão do Governo Popular, através da Fundação Municipal do Meio Ambiente, que teria contrariado o parecer anterior de exigência de Relatório de Impacto Ambiental.

Ora, por favor, as pessoas da Comissão sabem que houve um Termo de Ajustamento de Conduta e que, dentro deste termo, a postura do Governo Popular, através da Fundação Municipal de Meio Ambiente, foi de não assinar caso não fosse exigido o Rima.

Então, foi exigido o Rima, e isso, dentre outros elementos, possibilitou, também, a continuidade do processo de licenciamento, que colocou o processo todo dentro da legalidade, analisado pelo Ministério Público Federal, Estadual, pelos órgãos competentes e pelas empresas.

Então, acho que aí nós conseguimos vários avanços, que deveriam ter sido mais levados em consideração pelos questionamentos que estão sendo colocados.

Com relação ao embargo, a Polícia Ambiental realizou o embargo, a Faema inclusive estava junto numa visita. Simplesmente foi a Polícia Ambiental. Nós poderíamos também ter embargado, a Faema, só que a Polícia estava lá na hora e fez o embargo de uma área anexa. É uma área de bota-fora, não é a área do aterro industrial em si, é uma área que está sendo utilizada para a colocação do material que sai da área de terraplanagem, por isso chamada de área de bota-fora.

Nessa área, onde há uma autorização de terraplanagem da Prefeitura Municipal de Blumenau, está se colocando o bota-fora e se avançou em termos da licença que tinha sido dada em relação às áreas de preservação permanente. Estava errada a empresa, e sofreu o embargo daquela área anexa.

Esse caso, então, foi remetido ao Ministério Público, e com a intervenção do Ministério Público, Fundação Municipal do Meio Ambiente e Fatma, estão já propondo a recuperação da área que vai ser feita pela empresa e a proteção da área de preservação permanente, que está em jogo ali naquela questão.

Portanto, foi dada a solução que se dá em qualquer agressão - é o procedimento normal - ao meio ambiente, e nós temos dezenas delas por semana somente no Município de Blumenau e que nós temos que tomar esse tipo de procedimento.

Outra colocação: aterro ilegal da Parada 1. Ora, isso é brincadeira! Quem não conhece a história da Parada 1, que vem sendo utilizada há muito tempo com a co-disposição de resíduos domésticos e industriais, hospitalares inclusive, na qual há um esforço comunitário de resolver esse problema, dadas as graves consequências ambientais de utilização da Parada 1. O Governo Popular já decidiu, vamos fechar essa área, estamos licenciando uma nova área para um aterro do lixo doméstico, ao mesmo tempo em que existe essa solicitação, esse empreendimento com relação aos resíduos industriais.

Eu diria que o licenciamento de uma nova área para resíduos domésticos - e foi colocado há pouco que só existem quatro em Santa Catarina, o que é uma vergonha para o nosso Estado - e o licenciamento de uma área para resíduo industriais junto com os níveis de coleta seletiva e lixo reciclável de Blumenau, que hoje está acima dos níveis de Curitiba inclusive (estamos batendo mais ou menos com o nível de Porto Alegre, 5,5% do total de lixo produzido), colocar a Blumenau numa situação de extremo privilégio nacional em termos da gestão de seus resíduos. Isso é interessante, gera eficiência para o processo econômico, atrai empresas, mantém os investimentos presentes, gera emprego, ou seja, é positivo para o meio ambiente, é positivo para a sociedade, é positivo para o Estado de Santa Catarina.

Temos em Blumenau um exemplo a ser copiado por outras regiões do Estado, e espero que passe a influenciar. E eu diria mais: as empresas que não são de Blumenau vão sofrer uma certa coerção também do Poder Público para que, a partir da inauguração desse aterro sanitário industrial, passem também a destinar seus resíduos para esse aterro, de forma que tenhamos uma melhora não só em Blumenau mas também em todo o Vale do Itajaí. E isso é muito significativo para a atração de novos investimentos, dado que o mercado internacional hoje considera sobremaneira essas externalidades ambientais.

Eu gostaria também de me colocar à disposição para qualquer outro esclarecimento que venha a ser necessário, mas que seja colocado de uma maneira consistente.

Até agora eu não vi, em todos os debates que foram feitos, um argumento consistente com relação a qualquer problema executado no projeto ou no processo de licenciamento, os quais foram resolvidos através do Ajustamento de Conduta, que não é comum em Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço ao senhor Luiz Fernando Merico, Presidente da Faema.

Passo a palavra ao senhor Francisco Batista Costa, Diretor de Controle de Poluição Ambiental da Fatma.

O SR. FRANCISCO BATISTA COSTA - Bom-dia aos senhores Deputados, às autoridades, às senhoras e aos senhores aqui presentes.

Eu escutei com bastante atenção todas as considerações feitas pela comunidade, pela empresa Momento, pelos representantes do Ibama e da Faema, restando muito pouco a complementar.

O processo de licenciamento de aterros sanitários pela Fatma segue uma rotina que vem sendo praticada há muitos anos. Apesar do baixo índice de tratamento de resíduos sólidos existente no Estado, hoje os que estão licenciados são de uma maneira técnica e legalmente correta.

Hoje, fazendo a correção do que os colegas disseram, não são quatro mas, sim, seis aterros licenciados e mais dois industriais. Nós temos dois aterros de resíduos sólidos industriais localizados em Joinville e em Jaraguá do Sul, um inclusive em uma área de parque, parque privado mas um parque, aberto a visitação pública inclusive, e em nenhum desses dois casos foi solicitado o estudo de impacto ambiental, porque a Resolução nº 01 é bem clara, ela fala que cada órgão ambiental do Estado, através de uma comissão técnica, deve decidir da necessidade ou não da solicitação do estudo de impacto ambiental, e dá uma relação exemplificativa. E esse procedimento nós temos tomado ao longo dos 24 anos da Fundação do Meio Ambiente.

Hoje posso dizer que o aterro da Momento Engenharia contemplou o maior número de estudos específicos para uma obra desse tipo. Nenhum desses seis outros licenciados no Estado - e esperamos que daqui para frente possamos licenciar muito mais, porque a questão do resíduo sólido hoje no Estado é crítica, extremamente crítica, não só o resíduo doméstico mais o resíduo industrial...

Nós pretendemos, através de um esforço concentrado, não só do órgão estadual do meio ambiente, mas também do federal e dos Municipais, fazer com que cada vez mais, tanto a administração pública Municipal ou iniciativas privadas, como a empresa Momento, realizem obras desse porte, porque, com certeza, é um ponto positivo para o meio ambiente.

Então, este aterro da Momento contemplou estudos que nenhum outro contemplou. Levou-se praticamente um ano e alguns meses estudando. Não é uma pessoa, é uma equipe técnica da Fatma que há anos vem realizando esse trabalho.

Então, foi licenciado à luz da técnica e da legislação. Foram feitos sobrevôos inclusive na região de Blumenau e foram vistoriadas aproximadamente sete ou oito áreas, não duas como foi citada aqui pela comunidade. Foram sete, oito áreas visitadas pelos técnicos da Fatma. As normas brasileiras possuem uma série de parâmetros a ser obedecida para a implantação de aterros.

Evidentemente que nunca vai se encontrar uma área 100% adequada, ou você tem comunidade perto, ou você tem dificuldade de acesso ou você tem problema de vegetação, problemas de água ou problema de solo. Os técnicos analistas tendem a adequar o máximo possível a obra, o local, para que ela seja menos impactante possível. E dentre essas sete áreas analisadas, a área localizada em Itoupava era menos impactante, as demais tinham problemas sérios de vegetação. Tudo é Mata Atlântica. A área de Itoupava é de pasto, não precisaria corte de vegetação. Esse foi o ponto principal para a escolha da área. Aquele cordão em cima (para quem conhece a área) foi e vai ser preservado. O que foi cortado é vegetação insignificante. Jamais a Fatma autorizaria uma obra com corte de vegetação em estágio médio avançado.

Sobre a questão da água, sabíamos desde o início que no local existiam nascentes. Era um problema que nós, através do Ibama, que é o órgão oficial que trata da questão das nascentes como área de preservação permanente, e do trabalho de engenharia apresentado no projeto, concluímos que em nada iria comprometer aquela fonte de água.

Fizemos modificações drásticas num projeto para aprovar, um deles foi o lançamento do efluente tratado, que seria jogado no córrego 7 de janeiro, e foi feita a transposição para o Rio Massaranduba, que tem um volume de água bem menor, é um rio encachoeirado, é turbulento. Inclusive foi solicitado um estudo de autodepuração do rio, que foi apresentado. Até chegar ao ponto crítico no Município de Massaranduba, aquele efluente tratado não correria mais risco nenhum para aquela região.

Então, a princípio, o projeto contemplava o lançamento no 7 de janeiro, que mais na frente iria até a fonte de captação de água. Isso foi modificado também.

Outras modificações com relação à impermeabilização. Apesar da área possuir um solo adequado, naturalmente adequado, como um meio impermeabilizante para evitar que o chorume chegue até o lençol freático, foi uma exigência (nós nem chegamos a exigir, a empresa já tinha apresentado essa opção e nós aceitamos) a colocação de mantas de polietileno de alta densidade, garantia que se tem para que a bacia fique completamente estanque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - O senhor tem um minuto para concluir.

O SR. FRANCISCO BATISTA COSTA - Eu gostaria de falar muito mais sobre a questão, sobre o processo em si, do licenciamento do aterro. Quero dizer que culminou, toda essa análise técnica, com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, onde participaram o Ministério Público Estadual e Federal, a Fatma, o Ibama e a Prefeitura Municipal, onde a licença ambiental expedida está diretamente ligada a ele.

Então, você vê escrito na licença: a empresa deverá cumprir, na sua integralidade, o Termo de Ajustamento de Conduta, assinado no dia tal, de tal. Então, está muito bem amarrada a empresa. Terá que cumprir Termo de Ajustamento de Conduta assinado. Existe uma série de condicionantes para a implantação e operação do aterro e a licença está condicionada a esse atendimento ao termo, caso contrário, a licença automaticamente é suspensa e cancelada. Então, ela tem uma condição de validade, e essa condição de validade é que a empresa obedeça todos os itens estabelecidos naquele termo, além daqueles exigidos pela Fatma.

Eu estarei à disposição para qualquer questionamento por parte da comunidade, por parte da empresa e por parte dos senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado ao senhor Francisco Batista Costa, Diretor de Controle de Poluição Ambiental da Fatma.

No momento seguinte, teremos trinta minutos para os representantes da comunidade.

Passo a palavra ao senhor Mário Zindars, Presidente da Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba, que já havia solicitado a palavra inicialmente.

Gostaria apenas de lembrar que já estão inscritos nesse momento o senhor Lauro Bacca, da Associação Catarinense de Preservação da Natureza; o senhor Silvério Orzechowski, Assessor da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Massaranduba; Jairo Luiz Ribaldi, também Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Massaranduba; Antônio André Amorim, da União dos Proprietários Conservacionistas do Vale do Itajaí e o senhor Nilson Bender.

Então, temos trinta minutos e há necessidade de se fazer um ajuste do tempo, digamos, em torno de três minutos para cada representante.

O SR. MÁRIO ZINDARS - Eu tinha solicitado à Mesa, assim que foi esgotada a réplica ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Então vamos fazer o seguinte, senhor Mário: como a própria Comissão está com crédito junto à Mesa de três minutos, juntando os seus três minutos serão seis minutos, que já estabelece - após essa exposição dos órgãos do Poder Público relacionados à questão ambiental e da própria Associação Comercial e Industrial - um direito à réplica pela Associação dos Moradores de Vila Itoupava e Massaranduba.

O SR. MÁRIO ZINDARS - Então, para adiantar, para economizarmos tempo, como tenho perguntas a fazer, já faço todas elas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Sim.

O SR. MÁRIO ZINDARS - Eu sempre fico mais confuso quando chego e vejo explicações sobre aterro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Senhor Mário, por favor, gostaria rapidamente de solicitar uma atenção especial dos órgãos ambientais, do Ibama, especialmente da Fatma e da Faema, porque neste momento, ao final da manifestação da comunidade, poderá haver a necessidade da manifestação desses órgãos ambientais.

Fica a palavra, então, com o senhor Mário Zindars.

O SR. MÁRIO ZINDARS - Baseado na informação do representante do Ibama, o engenheiro Siqueira Campos, eu tenho uma dúvida.

Vendo um documento que fez parte do inquérito civil, o biólogo do Ibama, senhor Américo Ribeiro Tunes, entre diversos considerandos, diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Os laudos técnicos de vistoria elaborados pela Fatma são muito objetivos ao apontar as restrições ecológicas quanto à viabilidade de instalação do aterro no local proposto...;

A alegação da requerente de que não há outra alternativa locacional é descabida, posto que há, isto sim, outras alternativas tecnológicas

para o manejo de resíduos sólidos urbanos e industriais que sequer foram mencionadas;

As obras de engenharia propostas pela requerente são inadequadas ecologicamente e impraticáveis legalmente por contrariarem as disposições do Código Florestal;

A licença ambiental prévia concedida pela Fatma, além de estar em flagrante desacordo com a lei supracitada, sequer cumpriu o disposto pela Resolução nº 001/86 do CONAMMA, no seu art. 2º, item X, pelo qual é necessária a elaboração do estudo de impacto ambiental e respectivo Rima para o licenciamento de aterros sanitários...

Isto aqui não é o Mário Zindars que está dizendo e, sim, uma confirmação de um biólogo.

Adiante nós temos um parecer da Assessoria Jurídica do Ibama, que entre outras coisas diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Assim, imprescindível a elaboração preliminar do EIA/Rima(...). Isto posto, não resta outra alternativa ao Ibama que não seja posicionar-se contrariamente ao pretendido."

Eu escuto aqui dizer que não há necessidade do EIA/Rima, do Estudo do Impacto Ambiental. Isto aqui não sou eu que estou dizendo, isto aqui é um documento assinado pelo Assessor Jurídico do Ibama. E vou adiante:

(Continua lendo)

"Of. Nº 893/97 Florianópolis, 24/10/97

Prezado senhor,

Considerando a decisão do senhor Superintendente Estadual do Ibama/SC, calçada nas informações técnicas jurídicas apresentadas, informamos que o presente processo não reúne condições para prosseguimento, devendo portanto ser indeferido, e a Licença Ambiental Prévia - LAP - nº 087/96 deve ser cancelada.

Atenciosamente,

(a) Engenheiro André de Siqueira Boclin"

Fico em dúvida, engenheiro, não sei se entendi bem, pois a sua colocação foi um pouquinho diferente hoje. Isto faz com que surja a dúvida. Mas para ganhar meu tempo, quero aqui aproveitar fazendo mais perguntas, que posteriormente poderão ser respondidas.

Eu gostaria de saber por que os nossos órgãos ambientalistas usam de dois pesos e duas medidas. Por que os nossos agricultores têm que respeitar as leis ambientais sujeitos a penalidades, à cadeia, enquanto que os outros órgãos não precisam. E digo isso aqui documentado.

Um cidadão, por ter dezesseis metros de lenha para o sustento da sua família, para que não passasse fome, para que pudesse cozinhar, esquentar a mamadeira do seu filho, foi notificado com quinhentos e poucos reais. Esse cidadão, que não tem fogão a gás porque não pode comprá-lo, entrou com recursos e teve que pagar a notificação. Isso é o que revolta a comunidade. Queremos respeito para o nosso homem simples, humilde.

Praticamente foi tirado o pão da mesa desse cidadão, porque é só ele que trabalha e tem dois filhos menores, um sogro doente e um cunhado excepcional para sustentar. Tudo isso está aqui, na defesa do cidadão, e mesmo assim ele teve que pagar a sua notificação.

Pasmem, senhores! Onde está o respeito para com a nossa comunidade?! É isso que a comunidade da Vila Itoupava está reclamando. Queremos que o nosso agricultor tenha condições de trabalhar. E se ele precisa respeitar as leis ambientais, queremos que todos a respeitem. Eu jamais poderia me calar, porque quero deitar no meu travesseiro com a consciência tranquila.

Não estou condenando os órgãos porque eles estão cumprindo as leis. O nosso agricultor tem que respeitar as leis, concordo plenamente, agora, se ele tem que respeitar, que todos a respeitem também. Essa é a nossa revolta.

Muito se fala aqui no EIA/Rima e de que não precisa ser feito estudo do impacto ambiental. Eu pergunto aqui à Fatma: por que, quando da ligação de interpraia do Balneário de Camboriú... vou ler aqui a comunicação...

"A Fundação do Meio Ambiente, Fatma, comunica que realizará audiência pública para discussão do relatório de impacto ambiental - Rima - da rodovia interpraia no dia 26-3-98, às 17h, na sede da Colônia de Pescadores Z-7, situada na rua José Francisco Vitor, 40, Bairro da Barra, no Município de Balneário Camboriú."

Por que lá tem que ser feito estudo do impacto ambiental? Por que agora num aterro sanitário não há necessidade? O que está havendo, meus senhores?! Nós queremos respeito, a comunidade deveria ter sido perguntada. É isso que nós queremos.

Eu fico em dúvida. Eu não sei, na situação em que estamos vivendo... As nossas empresas estão capengas, e será que isto chega à nossa Associação Comercial? Será que já houve uma preocupação com o custo do transporte desse aterro para aquela região, se aqui perto nós es-

tivéssemos? Eu sei que as empresas foram contactadas, e o custo do transporte desses resíduos vai aumentar em seis vezes. Será que com isso não teremos mais empresas que irão fechar? Aqui perto nós teríamos um terreno, então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Senhor Mário, o seu tempo já está esgotado.

O SR. MÁRIO ZINDARS - Muito obrigado pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Mais uma vez obrigado ao senhor Mário Zindars por toda a sua energia, por sua fala, defendendo os interesses de Vila Itoupava, Massaranduba e Guaramirim.

Já temos inscritas aqui sete pessoas. Em princípio, encerramos as inscrições, porque ao conceder três minutos no máximo para cada um, teríamos já fechando a meia hora prevista desse bloco.

Após, vamos abrir o bloco terceiro, onde os Prefeitos Municipais e os Deputados poderão se manifestar. Vamos dar a palavra, logo em seguida, aos nossos Prefeitos, porque poderão ter compromissos a seguir.

Então, antes de passar a palavra ao senhor Lauro Bacca, que representa a Associação Catarinense de Preservação da Natureza, gostaria de dizer que os órgãos Ibama, Faema, Fatma e a própria Associação Comercial e Industrial responderão, em bloco, a esses questionamentos que estão sendo apresentados.

Então, eu solicito ao senhor Lauro Bacca que faça uso da palavra, para a sua manifestação.

O SR. LAURO BACCA - Com um bom-dia a todos, saúdo o Presidente, Deputado Volnei Morastoni, e todos os presentes e autoridades.

Eu queria parabenizar a todos por esse momento democrático e de crescimento da cidadania. Eu acho que depois dessa audiência pública Blumenau muda a maneira de enfocar o meio ambiente, embora já tenha mudado pioneiramente seguidas vezes nesses 21 anos de pioneirismo na municipalização do meio ambiente.

A primeira constatação que fiz ao entrar aqui foi até curiosa. Olhando os cartazes, as faixas, lembrei-me da audiência pública de instalação da Brahma em Lages, há alguns anos, cerca de 10 anos. Lá a situação foi exatamente oposta, pois todo mundo estava pedindo a Brahma, mesmo que viesse com poluição, mesmo que mudasse a captação da água da cidade, que teria que ser transferida alguns quilômetros acima. E não é uma cidade pequena, é a cidade de Lages, uma das maiores do Estado!

Então, independentemente da colocação, da tendência popular ou não, nós todos estamos de parabéns por este momento.

Agora, eu queria fazer umas considerações à agressão ambiental. Quanto à agressão ambiental, nós todos agredimos. Não estou vendo ninguém sem roupa aqui, está todo mundo vestido, não tem ninguém pelado. Essas roupas são de algodão, que foi plantado, todas essas roupas têm cores, não estou vendo nenhuma de cor natural, e para ter essas cores, esse beneficiamento têxtil, nós poluímos. Na hora de comprar uma camisa na loja, uma cueca, seja lá o que for, nós compramos um produto e esse produto foi manufaturado, industrializado, beneficiado. E para ser beneficiado, ele causou poluição.

É muito fácil levarmos o saquinho de lixo e colocarmos na frente da nossa casa, batermos as mãos e nos considerarmos livres do problema. Não estamos livres do problema, o problema está aí: o que vão fazer com esse lixo?

É muito confortável apertarmos o botão de descarga dos nossos banheiros e nos livrarmos daquela poluição que deixamos ali. Na nossa casa nós nos livramos, mas onde foi parar isso? E a poluição que tudo isso causa? Então, todos nós somos responsáveis. Agressão ambiental, como disse, todos fazemos.

A Celesc está agora implantando eletrificação rural e desmatando nascentes, córregos, áreas de preservação permanente no Faxinal do Bepe, até indo na contramão da vocação preservacionista daquela área, que é a serra de Itajaí.

O barro dos rios todas as Prefeituras jogam na rua. Vi há poucos dias, nas ruas de Massaranduba, um verdadeiro bota-fora. Não sei onde está o Prefeito, e não estou querendo crucificar o Prefeito de Massaranduba, porque Blumenau também faz, todos fazem. Sobrou barro, vai para o barranco do rio. Então, tudo isso deveria ser embargado também, e oxalá parem de fazer isso.

Quanto à mata ciliar, é só viajar por aí e não se vê nada, inclusive nas arrozeiras de Massaranduba. E, como disse, não estou crucificando ninguém de Massaranduba, porque aqui em Blumenau também fazemos, no Brasil inteiro se faz.

As lagoas de pesca dos agricultores também passaram por uma modificação ambiental. Aquele ecossistema era terrestre e passou a ser aquático, mudou. Quantos aqui, não recentemente, mas mais antigamente, já não deram a sua caçadinha, não mataram algum bicho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Po favor, Lauro, eu pediria que concluísse, porque seu tempo está se encerrando.

O SR. LAURO BACCA - Vou encerrar os exemplos apenas dizendo, apesar de ter mais uma lista aqui, que atire a primeira pedra quem não polui, quem não fez nada.

Há dois bilhões de anos que a vida existe já em forma mais elaborada no planeta, e o segredo do sucesso dessa harmonia, que é a natureza, não é a competição, não é a briga, é a cooperação. Os ecologistas e os biólogos sabem que até os leões quando comem uma presa estão cooperando com aquela população da presa, embora, na nossa visão humana, haja uma aparente agressão.

Então, eu queria deixar aqui registrado no meu depoimento, em nome da Caprena, que não vi até hoje nenhum projeto (embora haja alguns defeitos, ocorreu aquele embargo, está certo) melhor elaborado do que este para dispor resíduos que nós todos produzimos e, no caso, a produção da indústria.

Eu queria até propor que a gente se una ao invés de brigar. Em algum lugar vai ter que sair. Se não for na Vila Itoupava, vai se na Itoupavazinha, vai ser na Velha, vai ser no Garcia, vai ser em qualquer lugar, e todo mundo, onde for acontecer isso, vai brigar e com muita propriedade. Então, que a gente se una no sentido que se use esse aterro para resolver o problema de umas dez ou quinze cidades aqui em torno desse local, inclusive do lixo doméstico. Por que vamos ter que trazer o lixo de Vila Itoupava para a Velha? Já se aproveita e põe-se lá o de Massaranduba, que está todo inadequado; aproveita-se e põe-se lá o de Jaraguá do Sul, e assim sucessivamente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, senhor Mário Bacca.

Passo a palavra ao senhor Silvério Orzechowski, da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Massaranduba, por três minutos.

O SR. SILVÉRIO ORZECOWSKI - Senhor coordenador, senhores e senhoras, autoridades, sou assessor da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Massaranduba, sou do Rotary Clube e também Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias de Arroz do Estado de Santa Catarina.

Acredito que devemos dissipar um sofisma que aqui se criou desde o início. Massaranduba não é contrária à instalação de um aterro sanitário, o que Massaranduba, a sua população, os seus produtores são contrários é quanto ao local escolhido para esse aterro. Nós também queremos preservar o meio ambiente. Agora, nós não queremos é ficar com o choro de tratamento de lixo que nós não vamos criar. Massaranduba, como todos sabem, é produtor de arroz, se não o maior Município produtor, um dos maiores, e também tem as suas indústrias que beneficiam o arroz.

Quatrocentas famílias utilizam a água do Rio Massaranduba para fazer a irrigação de suas arrozeiras. Temos outras indústrias que também têm como insumo muito importante a água, e estudos geológicos indicam que não temos condições de perfurar poços artesianos, porque as rochas não permitem.

Então, a vida de 400 famílias de Massaranduba, de algumas empresas que investiram muito mais do que seis milhões de dólares em suas instalações, dependem do Rio Massaranduba. A morte do Rio Massaranduba é a morte para 400 famílias de Massaranduba, para várias indústrias e para os seus empregos diretos e outros empregos indiretos.

Nós estamos preocupados com uma afirmação que o senhor Hans Prayon fez aqui, que a responsável economicamente pelo projeto é a Momento Engenharia. Eu pergunto: quem será o responsável por um ressarcimento no caso de ocorrer um acidente com esse aterro? Quem vai pagar as famílias, as empresas? É a Momento? Quantos anos a Momento vai viver ainda? Dez anos? Quinze anos? E aquele lixo vai viver quanto tempo? Qual é a sua atividade? Trinta anos é a previsão?

Então, senhores Deputados, se acaso nós não conseguirmos fazer com que o local seja modificado, desejamos que haja um documento onde os produtores do lixo sejam responsabilizados solidariamente por qualquer prejuízo que possam causar à comunidade de Massaranduba. Chernobyl, na Rússia, também era considerada superprotegida, mas no entanto deu no que deu!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, então, ao senhor Silvério Orzechowski, da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Massaranduba.

Passo a palavra ao senhor Jairo Luiz Riboldi, também da mesma Associação.

(Pausa)

Na sua ausência, passamos a palavra ao senhor Antônio André Amorim, da União dos Proprietários Conservacionistas do Vale do Itajaí.

O SR. ANTÔNIO ANDRÉ AMORIM - Senhor Presidente, em seu nome eu quero saudar as demais autoridades e principalmente os nossos amigos de batalha na Vila Itoupava e região, com os quais muitos anos trabalhamos juntos pela causa ambiental.

Hoje, mais uma vez, vamos nos manifestar por uma causa importante. Há muitos anos - e Vila Itoupava é testemunha disso, inclusive o senhor Mário Zindars e outros -, nós brigávamos contra os madeireiros de Pomerode, de Guaramirim, de Massaranduba, que arrasavam com Vila Itoupava. Era uma exploração das mais cruéis possíveis, e nós, daqui, nos manifestávamos e conseguíamos controlar. E Vila Itoupava não pode negar isso, porque muitas vezes me viu lá brigando frente à frente com a exploração violenta que era feita com relação à madeireira.

Depois foi com os loteadores, que também faziam loteamentos irregulares, de forma cruel. Nós não somos contra loteamentos, nem exploração, de forma nenhuma, mas que sejam feitos de forma racional.

Brigamos ainda hoje com relação aos ladrões de palmito, recebido clandestinamente por empresas de Guaramirim, de Navegantes e outra região. A polícia ambiental é prova disso.

Incansavelmente montamos estratégias contra o roubo de palmito, porque Vila Itoupava é muito sacrificada com relação a isso. Vocês são testemunhas disso.

Brigamos no ano passado, tivemos muitas reuniões e, inclusive, convocamos uma reunião para falar sobre a desobediência à lei.

Senhores Deputados, aprovar uma lei que proíbe os agricultores de fazer sua própria roça é uma falta de consenso, é o fim do mundo! E nós lutamos, vocês são provas disso, e conseguimos, através da Faema, através da Promotória Pública do Meio Ambiente, que o agricultor pudesse fazer a sua roça com até três mil metros quadrados. Pelo menos isso nós conseguimos, e muita gente é prova disso. Incansavelmente lutamos em favor, sim, das causas ambientais, principalmente de grande vulto.

O Primeiro Mundo exauriu a Mata Atlântica, arrebitou com todos os seus recursos, e agora eles interferem e nós somos obrigados a salvar tudo em prol do mundo? Não!

A Mata Atlântica é um recurso renovável e nós temos que usá-la, sim. Ela é uma riqueza nossa, então por que não podemos usar a Mata Atlântica? Devemos usá-la, sim! E nesse emaranhado de lei que nós temos, até o diabo se perde, ninguém resolve nada através da lei! Vamos obedecer aos parâmetros humanos, aos parâmetros sócio-econômicos o suficiente para vivermos. A natureza está aí respondendo por isso, e esse consenso é que nós temos que ter!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eni Voltolini) - Senhor Antônio, o seu tempo está esgotado. Por favor, encaminhe, então, a sua questão.

O SR. ANTÔNIO ANDRÉ AMORIM - Está bem. Eu vou fazer, então, o resumo da nossa posição com relação ao aterro.

O aterro tecnicamente está muito bem elaborado. Eu não vejo nenhuma agressão violentíssima em relação ao meio ambiente, em relação aos danos que possam ocorrer. A empresa deve ser responsabilizada, mas o aterro tem que ser viável, sim.

Eu quero dizer ao nosso amigo de Vila Itoupava que há muitos anos nós recebemos lixo de lá no aterro de Blumenau, e nunca fez mal. Nós aceitamos, sim.

Quero continuar sendo amigo de vocês, mas acredito que o aterro sanitário hoje está em boas mãos, tem um órgão de meio ambiente muito firme. Nós temos uma soma de responsabilidade de vários órgãos, e não uma divisão de responsabilidade.

Eu queria deixar o meu abraço e a minha posição de que o aterro não é um bicho-de-sete-cabeças, tecnicamente ele está muito bem montado. Nós o analisamos e eu acredito que será bem-vindo, sim. É um modelo para a nossa região, um modelo até de orgulho.

Seria este o meu posicionamento.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eni Voltolini) - Muito obrigado, senhor Antônio.

Na sequência, com a palavra o senhor Alvaír Ricardo Pedrini, Vereador de Massaranduba.

O SR. ALVAÍR RICARDO PEDRINI - Senhor Presidente da Comissão, demais membros dos órgãos que representam aqui o meio ambiente, senhores, eu fiquei imaginando o seguinte: esses órgãos, há muito tempo, nos ensinaram a preservar o meio ambiente. Hoje o engenheiro Lauro Bacca colocou, com muita propriedade, que há dez anos o movimento era contrário, agora, quero dizer aos senhores que nós aprendemos muito bem a lição, tanto é que estamos defendendo aquilo que vocês nos ensinaram.

Estivemos em Joinville, no Ibama, e eles nos disseram com todas as letras: "Não se preocupem, porque em cima de nascentes d'água e onde tiver mata nativa não se pode instalar um aterro sanitário." E nós acreditamos nisso, acreditamos firmemente, porque eles faziam e cobravam isso do nosso agricultor, como bem colocou o seu Mário, e cobram de todos.

Então, se nós não podemos aplicar aquilo que aprendemos, que é tentar preservar.... O vírus, no passado, houve, mas não é despendo

um santo e vestindo outro que vai se resolver o problema. É uma lei muito antiga, como colocou o nosso amigo, é uma lei da humanidade. Nós temos que respeitar, primeiro, o vizinho. E Massaranduba, como primeiro vizinho, não pode ficar agora sob risco, captando água para sua população de uma nascente que tem o início do seu curso em cima de um aterro sanitário.

Então, dizer que nada pode ser questionado... Quero dizer a esses órgãos, que nós respeitamos (claro que respeitamos), que isso tem que ser questionado. Por isso que existe a lei, por isso que existiu essa audiência pública.

Eu acho que se não pudéssemos questionar, então não haveria necessidade de fazermos aqui todo este levantamento, não haveria necessidade de mobilizarmos a comunidade para que realmente não se cometa um erro. Muitas coisas o homem achava que dominava, que tinha uma segurança perfeita sobre aquilo que fazia, depois a natureza mostrou que não é bem assim. Então, nós temos que nos preocupar.

Nós, de Massaranduba, realmente, não somos contra o progresso das empresas. A (inaudível) colocou com propriedade aqui que já tem certificado de qualidade. Ótimo, é isso que nós queremos. Mas se ele tem certificado de qualidade, por que estão tão preocupados em mudar? Então, eles já estão corretos. Ótimo! E aqui, em Blumenau, hoje todo mundo lembra que Massaranduba tem problema?

Estranhei o engenheiro Lauro Bacca visitar Massaranduba para ver a situação lá. Lógico que nós ainda temos muito o que aprender, agora, dizer que Massaranduba não se preocupa com o meio ambiente, não confere.

Nós temos lixeiras instaladas no interior do Município, por um convênio com o BIRD (?), com um convênio com o Projeto de Microbacias, enfim, há preocupação de instalar o nosso aterro via Amvali. Tudo isso vai ser colocado, e se não foi colocado, coloque aqui.

A nossa preocupação é a mesma que vocês têm. Temos também o reconhecimento dos méritos da Empresa Momento, não resta dúvida. Eles têm preocupações, sim, agora, essas preocupações todas têm que ser levadas a cabo, para que nós não sejamos, amanhã ou depois, acusados. Poderão dizer: e a comunidade, onde estava? Não participou, não se manifestou? Se tinha outro caminho, por que esse local?

Outra contestação que eu faço é com relação ao amigo da Fatma. Eu também sou servidor público, e, companheiro, dizer que lá é uma região de pasto, nós não podemos acreditar. Eu conheço aquela região, visitei aquela região antes e visitei depois. Temos fotografias, e pasto que eu conheço é outra vegetação.

Ali nós tínhamos realmente Mata Atlântica. Está constatado. Eu acho que isso aí vocês não poderiam negar ou acreditar que lá fosse simplesmente um pasto. Lá tinha muita mata nativa!

Era este o meu posicionamento.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eni Voltolini) - Muito obrigado, Vereador, inclusive por ter permanecido dentro do seu tempo.

Com a palavra, para fazer a sua manifestação, o senhor Nilson Bender.

O SR. NILSON BENDER - Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Prefeitos, meus senhores, minhas senhoras, eu, como ex-Prefeito de Joinville e como Vereador duas vezes, me familiarizei com os problemas relacionados ao lixo, tanto lixo industrial como lixo doméstico.

Eu não venho aqui para entrar nessa discussão técnica e, principalmente, entrar nesse conflito de interesses que antepõe os empresários de Blumenau com o povo de Massaranduba, porque para mim surgiu um impasse que não terá solução, pois nenhuma das partes têm tendência a recuar. Por isso eu venho aqui para oferecer uma solução alternativa, isto é, um outro caminho para solucionar o problema do lixo industrial de Blumenau e também do lixo doméstico. E esse outro caminho seria o uso de uma tecnologia italiana, conhecida como ecotecnologia, que consiste no tratamento do lixo tóxico, lixo nocivo, lixo especial e lixo hospitalar.

(Passa a ler)

"A base é a transformação desses lixos líquidos e sólidos em material em pó utilizável, de volume decididamente inferior àquele inicial.

Ótimos resultados são obtidos tratando: óleos ácidos, saponáceos, óleos sulfurosos, lodo de petróleo, ceras e alcatrão, óleos sujos, lixos hospitalares, lodo petroquímico, amianto e lodo das sobras industriais, através do uso de um equipamento desenvolvido por esta empresa de tecnologia, chamado MID MIX, que oferece a técnica ecologicamente mais segura e economicamente mais vantajosa no tratamento do lixo tóxico nocivo.

No processo, chamado processo de solidificação, o reator recebe por um lado o material a ser tratado e, de outro lado, os aditivos

necessários, formados em grande parte de óxido de cálcio em pó, misturando-se mediante uma reação isotérmica químico-física.

A reação consiste na fusão de íons e ânions em um único núcleo e no envolvimento desse núcleo em uma cápsula de cálcio.

O produto final é assim solidificado sob a forma de pó estável, homogêneo, seco, inodoro e inerte, com uma densidade inferior àquele da água. Essa reação se realiza a uma temperatura entre 95 e 105 graus centígrados. Não provoca vapores, ruídos ou sodas mal cheirosas. Utiliza, como única força, a força motriz, a corrente elétrica."

A instalação desse equipamento pode ser feita numa área sessenta vezes menor do que a área que lá está destinada, porque três mil metros quadrados são suficientes para instalar esse equipamento.

Esse equipamento não precisa estar longe do perímetro urbano. E o que é importante é que serve para tratar tanto do lixo industrial como do lixo urbano.

Então, essa solução eu venho propor para acabar com o impasse criado, e requeiro ao senhor Presidente a anexação desse prospecto, que tem todos os dados técnicos, à ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eni Voltolini) - Será colocado junto aos autos da audiência.

O SR. NILSON BENDER - Em segundo lugar, eu queria pedir (infelizmente o senhor Hans Prayon não está aqui) ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau para nos dar uma oportunidade, na sua presença e na de seus colegas industriais, de apresentarmos esse assunto naquela Associação.

Então, eu peço isso, porque tenho certeza de que estou oferecendo uma solução melhor. Eu não digo que esse projeto elaborado seja ruim, mas acho que essa é uma solução melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eni Voltolini) - Com o palavra o engenheiro agrônomo Gert Fischer.

O SR. GERT FISCHER - Autoridades e cidadãos que compõem esta audiência pública, eu, como coordenador do I Encontro Catarinense de Aterros Industriais e Domésticos, que se realizará em Joinville nos dias 22 e 23 de junho, fico extremamente gratificado pelo esforço que a comunidade faz em encontrar uma solução viável, economicamente sustentável para a questão dos lixos industriais.

Em diversos Municípios industriais do Brasil a questão do lixo industrial é um caso de polícia, é seriíssimo, porque não se tem o controle de onde são lançados esses da classe 1, classe 2, classe 3.

Eu não escutei nenhuma pergunta do auditório sobre quais as classes dos lixos que serão colocados. Não ouvi nenhuma pergunta sobre a impermeabilidade da manta que vai se utilizar. Mas isso é um encaminhamento técnico que o próprio projeto contempla. E a análise desse projeto feita pelas autoridades, e pela sua aprovação, diz-nos que elas estão no caminho certo.

É um modelo, é um privilégio de Blumenau ter o primeiro aterro sanitário corretamente executado dentro dessa região.

Joinville leva o seu lixo industrial para Curitiba, para a Cavo, a 140 reais a tonelada. É um custo fantástico em cima do custo globalizante hoje das empresas. Nós temos que calcular o custo/benefício.

Como é que nós vamos fazer o cálculo do custo/benefício? É uma questão que o próprio projeto, a própria sociedade está tentando encontrar no dia de hoje.

Eu fico muito contente em ver Massaranduba com essa nova mentalidade ecológica, porque em 1985, quando apresentei no Congresso Brasileiro de Agronomia o exagerado uso de carbofuran que os agricultores de Massaranduba usavam no arroz (vinte e três, quilos em média), e por causa desse meu trabalho técnico-científico profissional como engenheiro agrônomo, eu fui granjado pela Câmara de Vereadores de Massaranduba com o prêmio de "persona non grata", apenas por ter levantado essa questão.

Eu recebi, então, em 1985, pela unanimidade da Câmara de Vereadores de Massaranduba, o prêmio de "persona non grata" por ter levantado a questão da contaminação da água, etc., etc.

Então, eu quero parabenizar os promotores deste evento, eu quero parabenizar Massaranduba e suas autoridades pela preocupação que têm hoje em autorizar e em concordar com a instalação desse exemplar aterro sanitário/industrial.

Eu, como joinvilense, sinto muito que não seja feito lá em Joinville, em primeira mão, um aterro sanitário desses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eni Voltolini) - Engenheiro Gert, agradeço por ter ficado dentro do horário.

Vereador, o senhor poderá até se manifestar sobre esta questão específica da Câmara no momento seguinte, onde nós vamos permitir essas manifestações.

Depois da manifestação do senhor César, que vai encerrar este bloco, pediria que a Fatma, a Faema e o Ibama se preparassem para responder a algumas arguições que foram feitas em nível técnico.

Com a palavra o senhor César Arenhart, por três minutos.

O SR. CÉSAR ARENHART - Bom-dia a todos.

Gostaria também de fazer alguns comentários na qualidade de engenheiro sanitário e por ter participado em quatro desses seis projetos, hoje licenciados pela Fatma, aqui em Santa Catarina.

Em primeiro lugar, eu quero dizer que existe um estudo, que foi citado aqui, que é a questão dos resíduos sólidos na região da Amvalli.

É um trabalho que nós tivemos o prazer de desenvolver para todos os Municípios integrantes da Amvalli, que busca a adequação dos seus aterros sanitários ou dos seus lixões. Todos eles se encontram em situações inadequadas.

Então, esse trabalho, feito a pedido da Amvalli e em cooperação com o Governo do Estado, foi apresentado aos Municípios dando referências de como resolver os seus problemas com o seu lixo domiciliar.

Um segundo aspecto que eu gostaria de colocar é que existe um fator bastante importante de terminologia conceitual do que está sendo discutido aqui.

Em primeiro lugar, a expressão lixão, que está colocada, infelizmente não cabe à profundidade técnica que apresenta esse projeto. Eu acho que a terminologia lixão se expõe, nesses painéis que estão aqui, numa profunda falta de conhecimento técnico do que representa uma obra de engenharia de um aterro industrial.

Esse é um aspecto muito importante, porque o que conhecemos aqui na nossa região, o que nós conhecemos em Santa Catarina são lixões a céu aberto, áreas totalmente inadequadas e sem qualquer dispositivo de controle ambiental. Isso foi apresentado pela empresa e pelo projeto, e eu, particularmente, solicitei à empresa que desenvolveu o projeto para analisá-lo, para poder vir aqui com consciência tranquila falar e dar uma análise técnica da profundidade desse documento.

Uma outra questão que eu gostaria de colocar, que inclusive foi levantada pela comunidade, é a da elevação da turbidez (isso já foi colocado pelo biólogo Lauro Bacca), que é uma condição decorrente de qualquer obra de engenharia. Em Jaraguá do Sul não temos nenhuma obra de aterro sanitário e temos variações de turbidez de dez a três mil unidades com uma chuva de duas horas. Então, não é um aumento de turbidez, que é um elemento satisfatoriamente aceitável, que vai inviabilizar um projeto desse tamanho.

Concluindo, gostaria de dizer que uma obra dessa natureza, na minha opinião, deve ser vista, sim, como uma indústria de controle ambiental, e não ao contrário.

Na verdade, o que se tem que perguntar é o seguinte: o que se quer é resolver o problema do lixo com a implantação de um aterro tecnicamente aceito ou continuar jogando lixo industrial da forma como vem sendo jogado ao longo desses anos todos? Esta é a pergunta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eni Voltolini) - Agradecendo ao engenheiro César, estamos encerrando as manifestações de representantes das comunidades, dentro do tempo que foi ajustado.

Agora, a critério das entidades ambientais, Fatma, Ibama e Faema, eu peço que haja a ocupação do espaço dentro de um limite de até cinco minutos, com a réplica prevista também para a comunidade.

Com a palavra o engenheiro André Boclin, chefe da Divisão Técnica do Ibama.

O SR. ANDRÉ BOCLIN - Eu creio que houve uma interpretação equivocada do que falei, porque na realidade o Ibama exigiu, quando participou das reuniões preparatórias do Termo de Ajustamento de Conduta, que tudo o que compõe um EIA/RIMA fosse incluído previamente à assinatura do termo e analisado pela Fundação do Meio Ambiente. Não houve dispensa pelo Ibama do EIA/RIMA, como foi dito, como foi perguntado, como foi pedido.

Relativamente ao parecer do técnico do Ibama que analisou o processo, houve a manifestação contrária naquela ocasião. Mas o que eu fiz aqui foi um breve relato do que se sucedeu dentro do Ibama.

A partir do ofício de deferimento do pleito, nós tivemos sucessivas reuniões com a Fatma e com os representantes da empresa de engenharia que, como foi feito aqui, explanaram exaustivamente os procedimentos técnicos do processo e convenceram o Ibama de que o projeto reunia as condições técnicas de controle ambiental. Continuamos, no entanto, a manifestar a nossa exigência de que se relacionasse previamente à continuação do Termo de Ajustamento de Conduta todos os levantamentos pertinentes ao EIA/RIMA. E isso foi feito.

Creio que eu esclareci as dúvidas que permaneciam.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eni Voltolini) - Ainda restam três minutos para ser utilizado pela Faema ou pelo Ibama.

Com a palavra o representante da Faema.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO - Eu gostaria apenas de acrescentar uma coisa a uma das colocações do representante da Vila Itoupava, senhor Mário Zindars, com relação aos pequenos produtores.

Com relação a essa administração, nós mantemos um fiscal exclusivamente na Vila Itoupava para viabilizar essas pequenas autorizações. O pessoal da Vila Itoupava sabe disso. Nós temos um convênio de municipalização do meio ambiente com a Fatma, que é o órgão estadual, e temos viabilizado essas pequenas explorações florestais para os pequenos agricultores. Então, não cabe essa acusação.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eni Voltolini) - Nada mais a respeito? O Ibama gostaria de se manifestar?

(Pausa)

Infelizmente, até o momento, não temos a representação do Ministério Público aqui conosco, a não ser que tenha chegado agora. Caso tenha chegado, eu gostaria que se manifestasse.

(Pausa)

Realmente ainda não temos aqui presente o representante do Ministério Público.

Com a palavra o representante do Ibama.

O SR. FRANCISCO BATISTA COSTA - Eu só gostaria de responder o questionamento com relação ao estudo de impacto ambiental da interpias de Balneário Camboriú.

Eu quero informar que a Fatma não solicitou o estudo de impacto ambiental, ele foi apresentado pela empresa. Então, pode-se verificar nos lotes do processo da Fundação do Meio Ambiente que a empresa, ao apresentar o projeto executivo da obra, apresentou o estudo de impacto ambiental. Não houve qualquer solicitação de estudo para aquela obra porque era um traçado já existente e o impacto era bastante pequeno.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eni Voltolini) - Deixamos agora cinco minutos para a representação oficial da comunidade usar, se assim entender necessário.

(Pausa)

Encerramos, então, o segundo bloco da nossa manifestação.

Agora, no terceiro bloco, as autoridades representativas dos Municípios e os Deputados Estaduais farão as suas manifestações, e depois, então, partiremos para o encerramento dos trabalhos.

Por deferência especial ao Prefeito de Blumenau, anfitrião, convido para fazer uso da palavra.

Com a palavra o Prefeito Décio Lima.

O SR. PREFEITO DE BLUMENAU (Décio Nery de Lima) - Senhor Presidente, Deputado Eni Voltolini, em seu nome saúdo a honrosa visita dos Membros da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa; senhor Prefeito de Massaranduba; senhor Prefeito de Guaramirim, Presidente da Federação Catarinense dos Municípios; senhores Vereadores; senhores representantes dos órgãos ambientais; prezada comunidade; povo de Massaranduba e de Vila Itoupava, motivo de orgulho para o brilhantismo desta audiência, deste passo importante junto à comunidade, que a Assembléia Legislativa promove na cidade de Blumenau, eu vejo que algumas considerações preliminares devem aqui ser colocadas pelo Prefeito de Blumenau.

Primeiro, eu gostaria de dizer, senhores Deputados, que o compromisso do Prefeito de Blumenau com a comunidade de Vila Itoupava, em audiência que mantivemos com as suas lideranças no ano de 1997, está garantido, ou seja, o lixo doméstico, que está afeto ao poder discricionário do Município, não irá, de forma nenhuma, para a Vila Itoupava.

Um outro aspecto que julgo importante aqui esclarecer é que me parece, pelos debates e pelas manifestações das mais diversas tidas na manhã de hoje, que existem duas questões distintas que temos que separar.

A primeira questão é de natureza técnica, com relação inclusive ao arcabouço legislativo, eis que cabe às autoridades, nos seus respectivos âmbitos, respeitar, garantir e honrar a execução da norma legal.

Nesse sentido, senhores Deputados, quero crer que todos nós aqui estamos imbuídos da nossa responsabilidade e das nossas obrigações. Não há ninguém, nem a Fatma, nem o Ibama, nem a Faema, com possibilidade de privilegiar quem quer que seja para não cumprir as disposições legais. Todos nós temos, como premissa no exercício das nossas respectivas atividades, a prerrogativa fundamental e a defesa da ordem

legal, do cumprimento das normas que fazem parte das exigências para a natureza do referido projeto, desde os empresários aos agentes públicos.

E quero aqui, de público, dizer à Comissão que nos honra com esta audiência pública que entregue ao Prefeito Municipal de Blumenau, se houver, senhor Hans Prayon, qualquer atividade que venha a ser realizada em desacordo com as normas legais. Nós queremos e temos a obrigação, como homens públicos, no exercício da cidadania, de garantir a lei. Essa é uma questão fundamental.

Embora seja uma atividade empresarial, não é uma atividade do Município de Blumenau; cabe ao Município os destinos do lixo domiciliar. O Prefeito Municipal de Blumenau cumpriu com a sua responsabilidade na medida em que via a estagnação do aterro da Parada I, decretando e dando ordens aos empresários da nossa cidade para resolverem o problema do aterro industrial. E essa iniciativa os empresários tomaram. Foram buscar alternativas, dentro dos padrões técnicos que sempre nortearam e garantiram a qualidade dos serviços empresariais prestados pelo Município de Blumenau, nas suas mais diversas áreas.

Se a Comissão apontar qualquer irregularidade que esteja afeta ao poder discricionário do Município, o Prefeito de Blumenau jamais, em nenhum momento, vai aquiescer com atos de irregularidade, como aqui foi manifesto por um representante da comunidade, ou seja, que a Prefeitura Municipal de Blumenau teria apontado e teria liberado, para efeito da terraplanagem, de forma irregular na Secretaria de Planejamento. Tão logo termine esta audiência, o Prefeito de Blumenau irá apurar isso, inclusive com o envio da respectiva denúncia ao Ministério Público.

A outra questão, senhor Presidente, é um problema de localização que foge à questão técnica. Inclusive, falaram que não havia Rima. A Faema - Fundação do Meio Ambiente - exigiu que a empresa elaborasse o Rima. Está aqui o Rima, processado pela empresa que está promovendo os investimentos naquela localidade.

O segundo aspecto, senhor Presidente, para finalizar, é a questão da localização. Qualquer lugar que se colocasse o aterro sanitário de Blumenau, o aterro industrial, iria ferir suscetibilidades. Por isso vejo legítima também as preocupações da comunidade.

Se colocássemos na Fortaleza, no Garcia, na Velha, naturalmente iria ferir suscetibilidades. Agora, o que não podemos é ficar inertes e deixar que o meio ambiente venha a ser agredido, estagnado, sem termos uma solução. Evidentemente que algum local iria recepcionar o aterro sanitário. Mas, felizmente, o projeto aqui apresentado não irá agredir, em nenhum momento, as normas do meio ambiente, a qualquer pessoa de natureza privada.

Quanto às preocupações do futuro, o próprio órgão autorizador, que é o Governo do Estado neste caso, responderá inclusive pelos eventuais danos que possam ocorrer. Não só a empresa. Momento irá responder pelos eventuais danos a quem quer que seja (que acreditamos que não irão ocorrer), mas o próprio Estado figurará no pólo passivo de uma eventual indenização.

Estamos trabalhando com muita responsabilidade para resolvermos esse problema que hoje aflige a cidade de Blumenau, e esperamos que a Comissão dos senhores Deputados possa, após a análise minuciosa de tudo o que foi produzido aqui nesta audiência pública, nos dar a sua contribuição, colocando-nos de antemão as eventuais irregularidades que porventura existirem, que até o presente momento não as percebemos.

Mas o Prefeito Municipal estará atento para recepcionar o relatório desta Comissão. E tudo aquilo que estiver afeto à municipalidade e que for realizado de forma irregular, nós iremos prontamente corrigir.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eni Voltolini) - A coordenação dos trabalhos entende que deveria ter dado às duas Prefeituras um tempo além daquele que está previsto na audiência, ou seja, ao Prefeito de Blumenau e ao Prefeito de Massaranduba. As demais intervenções permanecerão dentro do tempo previsto de três minutos.

Com a palavra o Prefeito de Massaranduba.

O SR. PREFEITO DE MASSARANDUBA (Mário Sasse) - Senhor Presidente da Mesa, Deputado Eni Voltolini; senhores Deputados; senhores Vereadores; digníssimo Prefeito de Blumenau; autoridades e público aqui presentes, na qualidade de Prefeito de Massaranduba presenciei, nesta manhã, um debate público, e está de parabéns a platéia aqui presente, pois ficou quieta, sem se alterar, sem se pronunciar, para não prejudicar o andamento dos trabalhos. Esta audiência está ocorrendo na melhor harmonia possível.

Mas, na qualidade de Prefeito e de cidadão de Massaranduba, eu tenho a obrigação de dizer que estou de acordo com o que pensa o povo de Massaranduba.

Disse muito bem o Prefeito de Blumenau que até agora talvez a cidade não sentiu, e vai sentir menos, mas falou bem também o

Presidente e representante da Associação do Comércio e Indústria Agrícola de Massaranduba ao dizer que a nossa grande preocupação é com todo o meio ambiente. Mas são as águas que nos preocupam mais; existem muitas nascentes, mais do que foram lá apresentadas. E com a pressão daquele aterro em forma de uma lagoa, que só dá vazão para o Município de Massaranduba... E não são oito quilômetros; o local da lagoa propriamente dito, até na primeira propriedade de Massaranduba, não dá mais do que dois quilômetros.

Os riachos hoje já estão apresentando contaminação. Não é uma água totalmente excepcional, a própria Casan diz isso e faz suas análises mensalmente, sim. E alguém aqui disse que a água de Massaranduba não é cuidada, mas ela é, sim, cuidada.

Nós sabemos que temos problemas. Não estamos desconfiando tecnicamente em nada do programa do aterro. Não somos contra o aterro sanitário, estamos ao lado daqueles que querem instalar um aterro, apenas condenamos o local, porque nós nos criamos nesse local. Inclusive, eu sou uma dessas pessoas, moro lá por perto, onde centenas de agricultores - disse bem o representante da Associação - vivem exclusivamente do plantio do arroz. As indústrias que beneficiam o arroz certamente terão prejuízo pelo nome que levarão num arroz beneficiado com água que poderá um dia estar contaminada.

Então, eu pergunto: esses órgãos que devem defender o meio ambiente garantem cento por cento essa água para nós? Eles assinam embaixo cem por cento pela saúde do povo de Massaranduba? Podem escrever isso no papel? É essa a desconfiança que reina no povo do meu Município. Mas não posso sair daqui sem dizer o que pensa praticamente cem por cento do nosso povo. Até peço perdão se machuco alguém, não é a minha vontade, mas é que normalmente a corda sempre arrebenta no lado mais fraco.

O Município é pequeno, possui dez ou onze mil habitantes, mas três mil deles assinaram voluntariamente, colocando o seu CPF e o número da carteira de identidade, dizendo que não gostariam que fosse nesse local, pois tinham sido apresentados (disse muito bem o rapaz da Fatma, no início) oito locais para isso. Então, por que ali, onde nascem essas águas, que com certeza irão abastecer a nossa cidade, e não só agora, mas também por muitos anos?

Hoje representamos o Executivo do Município, e não gostaríamos de amanhã ou depois sermos sacrificados, prejudicados por não termos defendido até onde dá essa água para o nosso consumo humano, que é mais prioritário do que para as nossas indústrias e para o nosso plantio.

A água é a nossa vida, é a nossa riqueza de produção, pensem bem. O Município pode estar inviabilizado (este é o sentimento do nosso povo), mas isso muitas vezes eles não pensam, não sentem. Quem vive onde nós vivemos é triste. Quem veio aqui, veio por livre e espontânea vontade, e muitas vezes não podendo na platéia se pronunciar, por não ter tido tempo de se inscrever.

Agora, nós, Vereadores aqui presentes, o Vice-Prefeito que aqui se encontra e todas as pessoas de Massaranduba estão sentindo neste momento, tenho certeza, aflição, sim. E peço perdão mais uma vez, porque não viemos aqui para agredir nem prejudicar ninguém, mas esse é o sentimento do massarandubense. Porque no Brasil, até hoje ninguém pode dar 100% de garantias; no papel, sim.

E disse bem antes o Presidente da Associação: quem vai indenizar numa eventual contaminação por uma enxurrada? Eles dizem que querem isolar com mantas essa bacia. É fácil entender: se isolar, o chorume não vai para a terra, é claro.

Mas uma noite (e nós presenciamos muitas neste verão) isso poderá ir por cima, e no outro dia eles vão constatar, mas já pode ser tarde. É esse o alerta que eu quero deixar aqui registrado.

Blumenau é a pátria-mãe dos massarandubenses, e espero que ainda haja tempo para que eles pensem, porque não é assim que se trata um filho. Nós também neste momento estamos só lutando, para não tirarem a água dos nossos netos amanhã.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço ao senhor Mário Sasse, Prefeito de Massaranduba.

Passo a palavra ao senhor Alfredo Vavassari, Vice-Prefeito de Massaranduba, por três minutos.

O SR. ALFREDO VAVASSARI - Senhor Presidente, demais Deputados, autoridades presentes, companheiros da comunidade de Massaranduba e Vila Itoupava, gostaríamos de dar o nosso manifesto em relação ao que já foi colocado e apresentado nesta manhã de hoje e dizer que muito bem falou o senhor Presidente desta Comissão, Deputado Volnei Morastoni: que deveria ter acontecido audiências públicas.

Queremos declarar que em Massaranduba não houve audiência pública. Apenas soubemos por terceiros que a Momento Engenharia e a

Empresa Aterro estariam em Massaranduba apresentando o projeto. Peço às autoridades para dizerem se receberam algum convite ou se foi um convite informal; apenas a associação informou que essas pessoas estariam lá apresentando o projeto.

Na apresentação desse projeto foram feitas várias questões, e muitas delas ficaram sem resposta. Nós queremos dizer também que solicitamos ao senhor Lauro e ao senhor Álvaro que nos enviassem a relação da classe toxológica dos produtos, para podermos averiguar junto com os biólogos e com o engenheiro químico o que seria depositado nesse local e qual o dano que poderia causar, principalmente à água. E nós estamos no aguardo até hoje (eu conversei com o senhor Lauro há pouco, antes da audiência) dessa relação dos produtos que vocês vão autorizar a colocar no local.

Fica, então, difícil para nós analisarmos o projeto, porque não sabemos o que lá vai ser colocado. E se o projeto não foi embargado até o momento, em função de muitos gastos realizados, como é que será embargado posteriormente se ocorrer algum dano à água que os massarandubenses vão tomar, à água que principalmente a nossa indústria do arroz vai utilizar? Fica no ar a pergunta: será que vão tomar alguma providência depois?

O nosso manifesto é porque no termo de ajuste de conduta nós não fomos convidados a participar. Pergunto se alguém foi convidado a participar dessa conversação do termo de ajuste de conduta. Massaranduba ficou esquecida mais uma vez. Por essa e outras razões é que nós estamos aqui cobrando das autoridades, cobrando dos políticos que analisem realmente este projeto.

Somos contra a instalação do lixo sanitário. Sabemos que necessita de um local, mas esse local deve ser o menos prejudicial possível. E como já disse, o representante da Fatma e o do Ibama visitaram vários locais, e aquele local não era um local de pastagem, não, era um local que continha árvores de porte maior. E consta nos laudos que já foram apresentados árvore de porte e várias nascentes, que foram anteriormente destruídas. Claro que agora, posteriormente, existem lá pequenas cachoeiras, pequenas árvores, mais ainda restou palmito e árvores de porte, que não é permitido por lei cortar.

Sabemos que tem que existir um local onde será depositado o lixo. Mas será que não poderia ser autorizado em outra área onde não fosse tão prejudicial? Tenho certeza que o Ibama e a Fatma iriam autorizar um outro local para depositar o lixo onde existissem algumas árvores, que seriam cortadas, mas que atendesse aos anseios da comunidade, aos anseios dos empresários de Blumenau e de toda a região, aos anseios da comunidade de Massaranduba, um local em que a água de Massaranduba não corresse o risco de ser contaminada.

É isso que viemos aqui conclamar aos senhores Deputados, aos senhores responsáveis pelo órgão que tratam do meio ambiente no Estado de Santa Catarina, os quais nós prezamos e que sempre têm procurado olhar realmente a legislação. É isso que deve ser feito, e assim como o nosso agricultor tem que respeitar a legislação, pedimos que todos respeitem.

Esse é o nosso manifesto. Gostaríamos de falar mais, mas o tempo está curto. Eu peço, então, que haja critério na decisão da instalação desse aterro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço ao senhor Alfredo Vavassari, Vice-Prefeito de Massaranduba.

Com a palavra o senhor Alvaír Pedrini, de Massaranduba, por apenas um minuto, para fazer referência a uma citação da Câmara de Vereadores.

O SR. ALVAÍR PEDRINI - A Câmara foi incitada pelo senhor Gert Fischer quanto ao uso de defensivos em grande quantidade. Eu gostaria de esclarecer - e o ex-Vereador Ademir fazia parte na época e nos passou os esclarecimentos - que esses defensivos eram comprados pela cooperativa de Massaranduba, pelas casas agropecuárias, e vendidos em toda a região. Vendia-se em São João de Itaperiú, em Guaramirim e tal.

Então, desvirtuou ao dizer que lá se gastava 23 quilos. A comunidade de Massaranduba se sentiu ofendida, o senhor fez questão de levar essa notícia aos quatro cantos do País onde Massaranduba comercializava o arroz, causando-nos grande prejuízo. E a Câmara entendeu de justo reputar o cidadão que, sem conhecimento do destino final desses produtos, acusava os produtores de vender arroz contaminado.

Não conferia com a verdade, e defendo aqui a Câmara Municipal. E se alguém fizer isso novamente contra os produtores de Massaranduba, tentando vender uma imagem negativa do nosso produto, nós vamos questionar, com certeza.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) Muito obrigado.

A seguir, passo a palavra ao Prefeito de Guaramirim, senhor Antônio Zimmermann, que também é Presidente da Federação Catarinense dos Municípios.

O SR. ANTÔNIO ZIMMERMANN - Inicialmente eu queria saudar o senhor Deputado Volnei Morastoni, que preside esta audiência pública, bem como estender os cumprimentos aos demais Deputados presentes, às autoridades e ao plenário.

Aqui é o local adequado para nós analisarmos todo esse projeto, que já está em fase de execução, e eu quero saudar a Assembléia Legislativa por ter dado guarida ao apelo da comunidade de Massaranduba, de Guaramirim, de São João de Itaperiú, de Barra Velha e de Araquari.

Este assunto é de uma certa complexidade, pois de um lado estamos tratando do meio ambiente, e todos nós desejamos ardentemente preservar aquilo que ainda sobra da fauna e da flora, e de outro lado também temos que analisar o problema dos empresários, que precisam ter um local para colocar os resíduos de suas empresas.

Então, de um lado nós temos o meio ambiente e do outro lado temos o lado econômico da história. Eu, nesse momento, me pronuncio em primeiro lugar como Prefeito de Guaramirim, porque o meu Município, se eventualmente ocorrer, por qualquer hipótese, vazamento, também será atingido, não a água para o consumo, mas a água para a irrigação dos arrozais.

Eu vejo com bastante preocupação todo esse processo. Acho que houve, no mínimo, uma falta de respeito, e respeito é o que deve nortear todos os homens de bem quando se tem uma questão que implica em problemas para o nosso vizinho. Mas nesse aspecto, acho que esse processo foi mal conduzido, não houve respeito, principalmente ao Município de Massaranduba, que é uma área territorial desmembrada de Blumenau; não houve respeito às relações comerciais e às relações políticas, que há muito tempo Blumenau manteve com a nossa região, onde por muitas vezes teve uma representatividade política expressiva, graças aos votos dados pelos seus habitantes.

Então, eu acho que houve um desrespeito à comunidade de Massaranduba.

Essa audiência pública que está acontecendo hoje aqui deveria já ter acontecido num primeiro momento. O problema de Blumenau entendemos perfeitamente, porque nós também, na qualidade de Prefeitos, temos os nossos problemas com relação ao tratamento do lixo, que estamos tentando solucionar. Mas temos notado que sempre que se trata de problema do lixo querem jogar para os Municípios menores. Os Municípios grandes não estão muito interessados em ter o tratamento do seu lixo na sua cidade, mas sempre o mais próximo possível, no seu Município vizinho.

Eu acho que nós temos que conviver com o bom senso. Tenho notado uma irresponsabilidade por parte de ambas as partes, tanto por parte de Blumenau quanto por parte de Massaranduba, mas acho que ainda há tempo de se sentar numa mesa para negociar.

Nós não estamos tratando de animais, estamos tratando de qualidade de vida para pessoas. Escutei dias atrás que nós temos a lei ambiental mais justa e mais moderna do mundo, e naquele momento eu não tive a oportunidade de me manifestar, porque eu não sei que lei moderna, que lei ambiental mais justa é essa que nós temos se um urubu vale mais que um ser humano!

Hoje, se eu matar um urubu, o crime é inafiançável; se eu matar alguém, com certeza eu não vou preso. Então, quanto o texto da lei, nós temos que ter bom senso. Acho que ainda cabe nesse exato momento às partes envolvidas, e falo em nome de Guaramirim, de São João de Itaperiú, de Barra Velha, porque nós também seremos atingidos e não temos a garantia de que teremos segurança total.

Os órgãos ambientais têm sido muito duvidosos na sua maneira de produzir e se conduzir. Hoje tramita no Congresso Nacional uma lei, que já está lá desde 1995, que permite aos Municípios do Brasil retirar saibro para revestimento das suas estradas. E Prefeitos têm sido presos, eu fui processado criminalmente, através da Polícia Federal, respondi a processo na Justiça Federal, como se eu estivesse cometendo o maior crime do mundo em colocar saibro nas ruas da minha cidade.

Ora, gente, a lei é para pessoas que tenham razão, para pessoas que saibam usar dela, senão não terá eficácia nenhuma. Nós estamos discutindo aqui interesses econômicos, interesses ambientais, e temos que colocar acima de tudo o ser humano. Nós somos mais importantes. Se se prega um desenvolvimento hoje em que o cidadão perde a qualidade de vida, não há desenvolvimento, há uma desorganização. E é isso que nós estamos vendo quando se fala em desenvolvimento.

Nós sentimos o problema dos empresários, como Prefeitos, como cidadãos da nossa comunidade, mas também não podemos ficar

alheios de que o empresário faz um investimento que evidentemente gera empregos, gera tributos, mas também gera lucros. Nem a Engenharia Momento nem nenhuma empresa estão fazendo um favor à sociedade. Só que nós todos, juntos, devemos nos dar as mãos e pensar de forma racional sobre todos os interesses que neste momento aqui estamos discutindo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) -

Agradeço ao Prefeito Antônio Zimmermann, também Presidente da Fecam.

Antes de passar a palavra aos Deputados para a conclusão dos trabalhos dessa audiência pública, eu vou conceder rapidamente um minuto ao Prefeito Décio Lima, anfitrião, que pediu a palavra para uma réplica, um minuto ao senhor Hans Prayon, da Associação Comercial e Industrial, e um minuto ao Momento Engenharia, apenas para considerações finais, em virtude do adiantado da hora. Em seguida, ouviremos os senhores Deputados Estaduais inscritos.

O SR. DÉCIO NERI DE LIMA - Obrigado, senhor Presidente. Apenas gostaria de esclarecer e colocar a toda essa platéia, para que não haja dúvidas, que não houve em nenhum momento falta de respeito do Município de Blumenau aos Municípios vizinhos.

É uma atividade empresarial, quem a libera é o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Fatma, e se qualquer agressão aos Municípios vier a acontecer, ela tem que ser pleiteada junto ao Governador do Estado de Santa Catarina.

O Prefeito de Blumenau, o Prefeito Sasse e o Presidente da Fecam não consideram que nós venhamos a desrespeitar. Se esse aterro fosse se localizar próximo a Pomerode, Indaial ou a Gaspar, certamente teríamos aqui os Prefeitos dessas regiões na defesa dos interesses dos seus Municípios.

Agora, Blumenau não pode ser condenada, nem a Prefeitura nem o seu povo, em função da localização. É uma atividade empresarial que quem libera é a Fatma, não é a Prefeitura de Blumenau, e eu não posso permitir que haja aqui qualquer desafeto por parte desses Municípios.

Nós temos o maior carinho pelo povo de Massaranduba, de Guaramirim, enfim, todos nós, que pertencemos à região que compõe o Médio Vale do Itajaí, temos a mesma cultura, a mesma formação, os mesmos problemas, e estamos aqui diante de um problema que tem que ter solução. Oxalá todos nós pudéssemos aqui, num exercício de inteligência, ter uma área, uma localização que permitisse aquiescência de 100% de toda a população. Agora, não podemos penalizar um ou outro Município, até por dever de paixão, de carinho que temos como um povo único, um povo irmanado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) -

Muito obrigado ao Prefeito Décio Lima.

Com a palavra o senhor Hans Prayon.

O SR. HANS PRAYON - Foi feito pelo senhor Silvério Orzechowski o questionamento da responsabilidade se tiver algum desastre, alguma irregularidade ambiental ecológica depois do funcionamento do nosso aterro industrial. Está bem claro, a lei diz, e eu falei que os responsáveis são os empresários. Eu represento aqui os empresários, que me deram a voz e o direito de negociar, de fazer esse aterro, que é de absoluta necessidade das nossas empresas, e não só de Blumenau, mas da região toda. Nós temos justamente naquele lugar, naquele local, o acesso pela rodovia Ingo Hering, e nós entregamos no momento a responsabilidade à firma Momento.

É claro, daqui a alguns anos pode não ter mais interesse nisto, mas aí nós, que somos agora já co-responsáveis, pois aqueles que usam aquele aterro são responsáveis pela qualidade ecológica dos encontros e tudo... Quer dizer, não haverá nenhuma possibilidade de nós nos esquivarmos da responsabilidade. Se nós não usarmos mais, outro vai usar, e se ninguém mais usar, então não vai haver problema ecológico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado.

Concedo um minuto ao senhor Lauro Luiz Viana, diretor da Momento Engenharia.

O SR. LAURO LUIZ VIANA - Senhor Presidente, gostaria de responder algumas questões que foram colocadas.

Ao Vice-Prefeito Vavassori, queria informar nós enviamos, via fax, para a Prefeitura de Massaranduba as informações e quais os resíduos que serão lá colocados. Teremos o maior prazer de lhe enviar hoje à tarde novamente as informações e a prova de que isso foi enviado, não há problema.

Gostaria de colocar também que estivemos em Massaranduba, onde fomos muito bem recebidos pela população, pela Prefeitura e pela

Câmara, e lá fizemos todas as explanações necessárias. Tenho um profundo respeito pela população e por todas as pessoas, os empresários, os políticos dessa localidade. O Prefeito Mário Sasse é testemunha de que nós o temos procurado para dirimir quaisquer dúvidas e também para chegarmos a soluções conjuntas do que o Município quer.

Por fim, gostaria de colocar ao senhor Silveira e também ao Prefeito de Guaramirim que não existe a menor possibilidade de Massaranduba ser poluída, até porque a água que irá para o Rio Massaranduba será bombeada para lá depois de passar por tratamento. Esse mesmo tratamento é o que se usa para preparar a água para beber. Portanto, nós acreditamos e temos a certeza de que o Rio Massaranduba passará a ser monitorado e a ter uma qualidade de água melhor do que a que tinha antes.

Finalizando, Prefeito, lhe digo o seguinte: o senhor fala na defesa do homem, e este projeto está sendo feito em função do homem, este projeto é um grande investimento da indústria de Blumenau para proteger o meio ambiente para o homem, para a nossa geração e para as gerações que virão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o Deputado Ivo Konell.

O SR. DEPUTADO IVO KONELL - Colegas Deputados, excelentes autoridades, prezada comunidade, nós estamos acompanhando este processo praticamente desde o seu início e, assim como o Prefeito, o Vice, os senhores Vereadores e a comunidade de Massaranduba, para nós sempre havia uma certeza de que o projeto não iria se instalar naquele local. Essa garantia, inclusive, era nos dada pela Secretaria do Meio Ambiente, onde tínhamos uma pessoa da nossa região que era titular. E de repente, na véspera do Natal, fomos surpreendidos pela assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, no dia 18 de dezembro, se não me engano.

Esta atitude, este procedimento ficou, para todos nós, sob suspeição, porque fizeram isso justamente no momento em que todas as instituições estavam paralisadas, as Câmaras, enfim. Então, ficou uma grande dúvida a respeito disso.

Quando aconteceu esse fato, reuni-me em Massaranduba com as autoridades e naquela oportunidade sugeri ao Prefeito a via judicial, para que pudesse, pelo menos, paralisar o andamento do projeto, o que foi possível porque já havia uma decisão na área proferida aqui pela excelentíssima Promotora de Justiça. E naquela momento surgiu, então, esta hipótese que hoje estamos aqui vivendo.

Coloquei-me à disposição da comunidade e procurei os Colegas da Assembléia, primeiramente o grupo suprapartidário da região Norte e Nordeste, levando este problema, porque era uma causa bastante relevante e que estava afeta à nossa área de atuação.

Depois, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, da qual eu era membro na Legislatura passada e sou novamente nesta, os trabalhos ficaram prejudicados em razão das férias, em razão do recesso. Retomamos os trabalhos só no final de fevereiro e aí veio a necessidade de se constituir a nova composição da Comissão de Saúde e também o coordenador da Bancada Suprapartidária.

Então, o primeiro procedimento, logo após o funcionamento desses órgãos, foi a visita ao aterro. E de lá foi que resultou esta audiência pública de hoje, que deveria ter sido feita há muito tempo. Este seria o procedimento correto.

Nada contra o projeto, para nós também consta que ele é perfeito, acho até que elogiado sob todos os aspectos. Mas a forma, os procedimentos que foram adotados para a sua implantação são altamente contestáveis. Por quê? Em Jaraguá, por exemplo, há alguns anos vivemos o problema quanto à instalação de um aterro sanitário para o lixo doméstico, e ia ser misto, inclusive, esse aterro. O Prefeito adquiriu uma área que não tinha uma árvore, absolutamente nada, era apenas uma grande área de pasto. Mas simplesmente não chegou a sair do papel, porque a Fatma e o Ibama resolveram que aquele local não poderia ser licenciado para abrigar aquele projeto, porque lá tem nascentes de água que formam o Rio da Luz.

Acabou, não teve mais conversa, não houve nenhuma empresa, enfim, nenhum órgão de licenciamento ambiental que tomasse a iniciativa de dizer que ali era bom.

Em Massaranduba, é a única fonte de água do Município, e não é uma fonte de grande volume, são dois córregos. Quem conhece aquilo lá não pode jamais estar de acordo com este projeto. Com tantos lugares para colocar esse lixo, por que lá em cima das nascentes, da única fonte de água que Massaranduba tem? Não tem outra, nem para o consumo humano, nem para as empresas, nem para a irrigação das suas lavouras!

Ninguém vai dar garantias de que não poderá lá ocorrer um acidente. Não existe isso! O Dr. Prayon que me desculpe! Ele disse aqui que as empresas são responsáveis por qualquer tipo de desastre que

possa ocorrer. Isso não é possível, Dr. Prayon, porque as empresas estão pagando para uma outra empresa fazer o seu trabalho.

É uma exploração de uma atividade econômica. Se tivermos neste depósito cem empresas participando e houver uma contaminação, digamos, por mercúrio, e 99% delas não atuam com produtos que possam contaminar-se por esse químico, uma vai se responsabilizar e as outras vão dizer que não têm nada com isso!

Então, esta é a situação, e acho que isso tem que ser analisado com profundidade.

Aqui foi colocado que aquela era uma região de pastos. Não é verdade, era um brejo, um fundo de vale onde sequer árvores cresciam, porque era muito úmido.

Quanto à questão da lagoa, eu estive lá com o Prefeito, senhor Mário Sasse, para verificar o que estava acontecendo, e realmente vi que tem um grande prejuízo para os proprietários abaixo, os quais, desesperados, estão querendo vender suas propriedades por qualquer dinheiro. Essa é a situação que existe lá.

Por estas razões, nós, desde o começo, estivemos à frente da comunidade, juntamente com as autoridades, em defesa de Massaranduba e em defesa de Vila Itoupava.

O problema também é de ordem psicológica, conceitual. Jamais Vila Itoupava e Massaranduba serão as mesmas se este projeto for instalado, porque fica para nós todos a certeza de que lá existe um ponto que poderá trazer contaminação, e isso certamente já está trazendo prejuízos a todos que vivem naquelas comunidades.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado, Deputado Ivo Konell.

Com a palavra o senhor Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON-WAN-DALL - Senhor Presidente da Comissão, Deputado Volnei Morastoni, senhores Deputados aqui presentes, senhor Presidente da Câmara de Vereadores, Alcir Müller, Prefeito Décio Lima, Prefeitos e Vice-Prefeitos aqui presentes, empresários, comunidade, imprensa, estudantes aqui presentes, a minha saudação.

Desde de manhã, quando cheguei, até este momento, senhor Presidente, tenho notado o comportamento da comunidade aqui presente, com os dois lados numa discussão ampla, gostosa, bonita de ouvir. Em nenhum momento houve uma agressão. Não sei se em outros lugares do País se faz uma reunião tão bonita quanto esta. Parabéns a todos!

Faço parte da Comissão de Saúde e acho importante estarmos aqui dando a oportunidade desta audiência pública, para que nós, Deputados, junto com a comunidade, com os empresários, enfim, com todos os segmentos, possamos realizar um amplo debate.

Pena que isto não foi feito antes. Às vezes julgamos muito as coisas, mas se fizermos uma boa avaliação, veremos que é muito importante esta discussão. O prejulgamento muitas vezes machuca alguém, mas a comunidade sempre defende mais o seu próprio interesse. E nós, homens públicos, muitas vezes também somos sacrificados, às vezes até massacrados, por coisas que não temos culpa.

Falava aqui o Amorim que os Deputados é que são culpados por esta lei. Não é verdade! Existe o Decreto nº 750, feito no Governo Itamar Franco, que deu essa oportunidade de o Ibama fazer praticamente de toda Santa Catarina uma Mata Atlântica.

Realmente foi um erro que fizeram em Brasília e que não passou pelas mãos dos Deputados. Ao contrário, nós, de Santa Catarina, já aprovamos uma lei na Assembléia dando oportunidade aos Municípios que têm uma Secretaria de Meio Ambiente ou um departamento de ali poder dar autorização aos nossos agricultores, enfim, àqueles que querem fazer o progresso de Santa Catarina.

Por outro lado, também acredito que este não é o pensamento das comunidades. Quando entrei aqui comecei a ler vários papéis e faixas nas paredes e coloquei-me no lugar do Hans Prayon. Você foi muito massacrado, Hans Prayon, nessas faixas, e sabemos que você não tem culpa, que você está fazendo o seu papel. E eu aqui não estou defendendo o empresário, não faço parte da classe empresarial, mas coloco-me no lugar do Hans Prayon, que está tentando dar uma solução para o nosso empresário depositar o seu lixo industrial, que apenas dois Municípios catarinenses e poucos Municípios brasileiros estão preocupados, uma vez que isso reflete na sua venda, no emprego, porque se ele não cumprir a lei, a Fatma e o Ibama vão fechar a sua empresa e, com isso, os postos de serviço.

Então, os empresários estão investindo, estão colocando o seu dinheiro. Mas não é por isso que estou falando que sou a favor do lixo na Vila Itoupava. Acho que lixo e cadeia ninguém quer perto de casa, mas, Hans Prayon, não é esse o pensamento de Vila Itoupava nem de

Massaranduba. Conhecemos a nossa comunidade, como atua, como é boa, apenas faz seu protesto. Acho que as faixas que magoaram e machucaram você não são de uma comunidade. Você está defendendo o seu papel, e se há algum culpado em estar lá o lixo, este não é Hans Prayon, foi a Fatma ou a Faema que deu a primeira autorização. Isso se existir algum culpado. Não quero dizer que existe culpado, mas se há é porque os órgãos ambientais deram a oportunidade do lixo lá se instalar.

O Lauro Bacca falou aqui uma palavra bonita: cooperação. O que está faltando não é discutir pela imprensa e, sim, sentar numa mesa e chegar a um entendimento.

Ouvi praticamente todos os depoimentos e ninguém foi contra o projeto. Tecnicamente, é o melhor projeto para este País, o problema é o local, que ninguém está aceitando. Há revolta de algumas pessoas, e o Mário Zindars tem razão quando muitas vezes um agricultor é algemado, conduzido à cadeia por tirar um pau-de-lenha para o sustento da sua família, como é o caso de um agricultor de Vila Itoupava, que teve de vender alguns palmitos para pagar a cirurgia de um parente, já que não tinha dinheiro.

Várias vezes fomos ao Ibama, ao Governo do Estado pedir que, ao invés de uma punição, dessem orientação para o nosso agricultor, que fizessem um trabalho de prevenção e orientação, até porque hoje o agricultor está consciente de que precisa preservar o verde.

Hoje tem mais verde na Vila Itoupava e em Massaranduba do que vinte anos atrás. Naquela época, o desmatamento era desumano. Hoje já há uma conscientização. O que está falta é cooperação, é sentar numa mesa, para conversar, a comunidade e o empresário.

Lauro Bacca, realmente você tem um projeto que foi aplaudido aqui pela maioria. O problema é o local, precisa-se chegar a um consenso.

A Comissão de Saúde não tem o direito de barrar ou autorizar obra. Ela, depois desta audiência, vai fazer um relatório e encaminhar às autoridades competentes.

Estamos fazendo isso porque é nosso dever, já que a Fatma tinha que ter feito uma audiência pública antes de autorizar a obra. Por isso é que a comunidade está com a razão. E já que não foi possível fazer, a Assembléia está aqui fazendo este papel, dando oportunidade para que as comunidades se pronunciem.

Desculpem-me se extrapolei o horário, mas acho que este debate foi importante e a conversa tem que continuar dentro de uma cooperação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o Deputado Udo Wagner, membro da Comissão e da Bancada Suprapartidária Norte e Nordeste.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - É muito difícil falar no final, mas desejo cumprimentar os Colegas da Assembléia, os Prefeitos, os empresários e meus amigos de Massaranduba.

Realmente o projeto é necessário, imprescindível e se preocupa de fato com a preservação do meio ambiente. Ninguém questiona o projeto, a questão é o local do empreendimento.

Gostaria de sintetizar o sentimento forte que senti no pronunciamento do Prefeito Mário Sasse, que quase chorou tentando transmitir a angústia da gente de Massaranduba, essa que é a verdade.

Os senhores Mário e Silvério falaram e quero acrescentar apenas uma coisa: as populações de Massaranduba e de Vila Itoupava se sentiram traídas e como pessoas de segunda classe, porque, na verdade, hoje a audiência aqui realizada deveria ter sido feita em Massaranduba, com muita gente ou mais, como está sendo feita agora. Houve uma falha de comunicação.

O tema foi debatido em Blumenau e é uma solução procedente, apoiamos o projeto, mas não foi feita a devida avaliação no Município de Massaranduba. Isto é incontestável.

Gostaria também de falar com os órgãos ambientais. No coração, no peito da gente de Massaranduba, no peito dos pequenos agricultores e lavradores existe um sentimento de que existem dois pesos e duas medidas quando alguém colhe um pouquinho de lenha no fundo do seu quintal para fazer o pão de cada dia e é multado e sujeito a ser preso.

Uma das nossas antigas e mais belas tradições é, quando nossos filhos casam, colher um palmito para a decoração. Mas hoje, pasmem, companheiros do Ibama, da Fatma e autoridades, o pai da noiva é preso por colher um palmito que ele mesmo plantou para comemorar um evento que é muito importante para toda a família!

O senhor Mário, Presidente da comissão, já falou que quando não se pode derrubar um pau-de-lenha para fazer comida, um palmito para comemorar o casamento mas se vê uma área grande agredida, certamente existe um sentimento de revolta.

Para finalizar, gostaria de dizer que o que está em questão é a localização, o abastecimento d'água potável para Massaranduba e a poluição eventual dos rios, que fere o modelo econômico daquela cidade: a plantação de arroz.

E quem trabalha com arroz sabe, e está aqui o Sinésio Etzel, que é o Presidente do Sindicato no Estado de Santa Catarina (também sabemos, porque somos filho da terra), que é preciso bastante água e com alta qualidade. Essa sobrevivência está em jogo, e não temos nada em relação à qualidade do projeto, mas com as suas eventuais decorrências.

Por isso, eu acho que faltou comunicação. Nós, como Deputados, temos o dever e a obrigação de estar ao lado da nossa gente, para não dizerem que ninguém os defendeu, que na hora de pegar o voto é fácil; temos que estar ao lado das pessoas quando têm dificuldades, para não pecarmos pela omissão. Por isso estamos aqui também participando desta audiência pública histórica, e lamento que só esteja sendo realizada hoje, deveria ter sido feita bem no início do processo.

Assim, fica a minha posição muito clara em solidariedade ao povo de Massaranduba também, dizendo que o projeto é bom mas que se questiona a localização. Coloco aos responsáveis pela área ambiental, Fatma e Ibama, a tristeza que sentimos quando vamos a uma festa de igreja e as pessoas nos cobram. Nós nos sentimos impotentes, porque existe uma lei federal que, infelizmente, mata a sobrevivência de muitas pessoas que colhem e plantam no dia-a-dia, para poder sustentar sua família.

Portanto, fica aqui também registrada a minha indignação. Alguma coisa tem que ser feita, e isso que a Comissão de Saúde está fazendo já deveria ter sido feito há mais tempo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecendo ao Deputado Udo Wagner, passo a palavra ao Deputado Eni Voltolini, que coordena a Comissão Suprapartidária Norte-Nordeste de Santa Catarina, cujos Deputados estão representando também a região de Joinville, Jaraguá do Sul, Massaranduba e Blumenau e acompanham de perto toda esta questão.

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente acompanha a Comissão Suprapartidária Norte-Nordeste, sob a coordenação do Deputado Eni Voltolini, a quem agradeço antecipadamente a força que me deu na coordenação dos trabalhos desta audiência pública. Então, ouviremos as suas considerações, já ajudando nos encaminhamentos finais, nas conclusões desta nossa audiência pública.

Com a palavra o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Uma boa-tarde às pessoas que estão conosco desde a manhã. Em nome da Comissão de Saúde, saúdo o Presidente, Deputado Volnei Morastoni; o Prefeito Mário Sassi, o Prefeito Alcenino Bernardes, de São João do Itaperiú; o Prefeito e Presidente da Fecam, Antônio Zimmermann; o Prefeito anfitrião, Décio Lima; os Deputados Ivo Konell, Udo Wagner, Wilson Wan-Dall, Gilmar Knaesel, que já estiveram conosco aqui também; o Presidente do Legislativo, ao qual dirigimos os mais sinceros agradecimentos pela oportunidade que nos deu de neste ambiente produzir esta audiência pública; as senhoras e os senhores.

Muito rapidamente, gostaria de dizer alguma coisa do que depreendo desta audiência pública. Existem fatos que gostaria de colocar:

Fato 1: há um empreendimento sendo instalado na Vila Itoupava.

Fato 2: há o licenciamento produzido para este empreendimento.

Eu não estou fazendo a análise de mérito, se está adequado ou não, estou falando de fatos colocados aqui.

Fato 3: há uma necessária tomada de posição com relação ao destino dos dejetos produzidos pelo sistema industrial, previsto em lei.

Fato 4: há uma audiência pública sendo produzida neste momento em Blumenau, e sobre isto quero fazer dois ou três comentários: é inadequada a manifestação de que a área política não está se pronunciando a este respeito, como é inadequado atribuir a ela legislações que penalizam produtores, agricultores ou qualquer outro município, pelo que também já foi dito aqui.

Nós estamos vivendo um momento no Brasil em que a questão da Mata Atlântica está sendo discutida, principalmente desde o advento da Eco-92, quando o Brasil produziu uma proposta para agradar aos brasileiros e ao mundo também, tentando dar uma condição de sobrevivência da Mata Atlântica.

Desde aquele momento, desde o ano de 1991, estamos buscando uma adequação àquilo que foi uma proposta do Decreto nº 750, estamos buscando como usar, como manejar, como se valer das áreas onde existe a Mata Atlântica. Alguns aqui disseram, e é verdade, que qualquer intervenção que o homem faz cria naturalmente uma dificuldade a este ecossistema, mas também é verdade, por outro lado, que há um descompasso entre procedimentos, há um desajuste de decisões, tomadas num ou noutro momento.

É por conta disso também que a Assembléia Legislativa produziu e espera ansiosamente a regulamentação da lei de política florestal do Estado de Santa Catarina, lei aprovada depois de dois anos e meio de muita discussão com todas as organizações governamentais e não governamentais, e que agora está esperando por parte da Seduma, das entidades ambientais, a devida e competente regulamentação.

Deputado Udo Wagner, quando essas questões estiverem finalmente resolvidas, estas outras que nos afligem no dia-a-dia, como a utilização da mata para benefício próprio da agricultura, a possibilidade de ter plantio e colheita por parte do produtor e agricultor de palmito, poderão ser executadas em Santa Catarina sem que ninguém tenha a preocupação de estar agredindo o meio ambiente.

Está lá a salvaguarda das questões ambientais, nem poderia ser diferente, porque uma legislação estadual não poderia se sobrepor à legislação federal, que prevê que espaços sejam preservados.

E esta estadual mantém naturalmente os mesmos espaços, apenas oportunizando que essas questões, que todos entendemos deveriam estar sendo resolvidas adequadamente, mas que ainda não estão, possam ser resolvidas.

Na questão dessa audiência pública aqui, neste Município, o que a Bancada Suprapartidária do Norte e Nordeste, formada por nove Deputados do PPB, do PFL, do PT e do PMDB, e a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que também é suprapartidária, tem a ver com isso que estamos tratando?

Eu diria tudo, porque é responsabilidade do Deputado ser um representante da comunidade, e a primeira responsabilidade de um representante é saber da verdade sobre o que está sendo tratado.

E assim buscamos fazer quando visitamos o aterro pessoalmente, "in loco". Fomos a Vila Itoupava e agora estamos produzindo uma audiência pública, requerida por tantas pessoas, pela comunidade de Guaramirim, pela comunidade de Massaranduba, pela comunidade de Blumenau.

Produziu-se isso, e isso é um ato político. Nós estamos, a partir daqui, podendo tomar decisões, sejam pessoais, seja em nível de Bancada, seja em nível da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, porque temos algumas verdades e algumas contradições também, diga-se a verdade, e essas contradições terão que ser esclarecidas.

Os depoimentos foram gravados e as notas taquigráficas serão distribuídas a todas as Prefeituras, a todas as Câmaras de Vereadores, a todos os órgãos ambientais, para que se busque a verdade, que só pode ser uma. Não pode haver duas versões para uma mesma verdade. Em alguns momentos da nossa audiência pública existiram duas versões para o mesmo ponto, e isso terá que ser esclarecido.

Em cima disso, a minha posição pessoal é de exigir de quem detém a responsabilidade, pelo direito que lhe é atribuído, pela competência que lhe é atribuída - e aí estão os órgãos ambientais que podem fazer isso, que podem licenciar -, as manifestações conclusivas sobre pontos duvidosos que estão colocados neste projeto. Disso nós não abrimos mão.

Podemos até dizer que o projeto é tecnicamente bem construído, podemos até dizer que é responsabilidade do industrial buscar a destinação final. Tudo isso nós sabemos, não só eu, mas todos. O que eu quero é ter garantias com relação aos atos decorrentes da implantação do aterro sanitário naquele lugar. Enquanto isso não acontecer, a Bancada Suprapartidária se reserva no direito de continuar a cobrar, de continuar a exigir manifestações prontas de quem tem a responsabilidade de dá-las.

É assim que neste momento a Bancada Suprapartidária se manifesta. Nós vamos dar regime de urgência a essa questão, como estamos dando. Desde o momento em que fomos informados, tomamos providências imediatas para irmos ao aterro sanitário/industrial, e a partir do momento em que fomos lá, tomamos providências imediatas para a instalação dessa audiência. Portanto, não estamos usando da morosidade, pelo contrário, estamos usando da presteza, da agilidade.

Vamos continuar a fazer assim, para que esse empreendimento possa ter a condição de salvaguarda de todas as intenções que aqui desejamos que sejam colocadas.

Acho que esta é a manifestação final que deve ficar para o público que está aqui, que merece, sim, os nossos parabéns pela demonstração de cidadania, manifestada pela presença de vocês até esta hora. São vocês que de fato merecem o parabéns por essa postura de cidadania, que deve ser sempre o dia-a-dia de cada cidadão.

Obrigado, em nome da Bancada Suprapartidária do Norte e Nordeste, pela oportunidade de estarmos todos aqui.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Eu gostaria de registrar aqui a presença do senhor Victor Bica, diretor do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral.

Após mais de quatro horas de debates, através desta audiência pública, constatamos aqui a presença maciça de todos os participantes desde o início. Isso é uma demonstração de cidadania. Foi um exercício importante de cidadania, sem dúvida nenhuma, mas também uma demonstração da responsabilidade e da seriedade com que todos nós, que estamos aqui neste ambiente, tratamos a questão do meio ambiente.

A audiência pública não é, por si só, uma instância decisória. Como o próprio nome diz, através dessa audiência pública se cria a oportunidade de ouvir todas as partes que, direta ou indiretamente, estejam envolvidas a respeito de um determinado tema, um determinado assunto, como, no caso, esse que nos reuniu: o aterro sanitário/industrial de Blumenau. Uma obra que, por todos os depoimentos aqui dados, mostra a importância do empreendimento para Blumenau e para Santa Catarina e que até pode servir de exemplo para o Brasil.

Constatamos, ao longo dessas quatro horas de exposição de dados técnicos, de declarações, de depoimentos, de denúncias, de compromissos e questionamentos que o assunto realmente é muito sério e também conflitante. Existem os prós e os contras, e aí está a importância dessa instância da audiência pública que, no nosso entender - como aqui já houve manifestações -, poderia ter sido realizada no início ainda desse processo e que, com certeza, teria oportunizado a reunião de todas as partes a um debate e a encaminhamentos que poderiam já, há mais tempo, ter dirimido dúvidas e questionamentos e até permitido a tomada de determinadas decisões.

Hoje, na verdade, estamos a mais do que meio caminho de implantação desse empreendimento em Blumenau. Não há, pelos depoimentos e pelas manifestações, questionamentos sobre o projeto, do ponto de vista técnico, da sua qualidade ou o que propõe. Existe angústia, mais do que sentida pelos depoimentos aqui das comunidades, muito especialmente dos nossos Prefeitos de Massaranduba e de Guaramirim, que estão à jusante desse empreendimento, do ponto de vista do abastecimento d'água e do interesse econômico, em função da plantação do arroz, que deve ser irrigado.

Nessa altura dos acontecimentos, e aí já manifesto um sentimento pessoal, quero deixar claro aqui que no momento, devido à Comissão de Saúde e Meio Ambiente, juntamente com a Comissão Suprapartidária Norte/Nordeste, vamos analisar detalhadamente todos os dados aqui apresentados.

É lógico que gostaríamos de, se pudéssemos, encontrar uma forma de acordo para que pudéssemos manter esse empreendimento onde essas comunidades de Vila Itoupava, de Massaranduba e de Guaramirim pudessem ter a certeza, garantidas todas as suas proposições, de que ele tenha risco próximo de zero - eu não sei se qualquer empreendimento possa ter risco nulo.

Eu lamento a não-participação do Ministério Público, federal e estadual, porque nesse momento teria sido muito importante essa participação, uma vez que essa questão já está na alçada de um termo de ajustamento de conduta, de responsabilidades que foram assumidas por diversos órgãos, e penso que a autoridade máxima nesse momento, que está a resguardar todo esse processo, é o Ministério Público, principalmente o Ministério Público Estadual que, se estivesse aqui presente, se tivesse ouvido pessoalmente todas essas manifestações seria muito importante.

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente representa aqui uma instância da Assembléia Legislativa e tem essa prerrogativa constitucional e regimental de realizar audiências públicas num caso como esse, até porque esse é um assunto que além de estar afeto a Blumenau também afeta outros Municípios como Massaranduba e Guaramirim. Então, mais ainda precisaria da participação, neste momento, de um órgão como a Assembléia Legislativa, que é um órgão de interlocução da sociedade, que pode reunir os órgãos em nível federal, estadual, municipal, da comunidade, para debater uma situação como esta.

Estamos aqui exatamente cumprindo o nosso papel, embora, como dissemos, no início desse processo a Fatma, que representa o Governo do Estado, o principal órgão licenciador, é que teria que ter realizado essa audiência pública, como tem realizado tantas, como realizou da Interprias, em Balneário Camboriú, que eu tive a oportunidade de participar, nestes últimos dois anos, pelo que me consta, foram mais de vinte audiências públicas que a Fatma realizou, então, teria sido mais uma audiência pública que ela necessariamente deveria ter realizado.

Uma vez que os acontecimentos chegaram a este ponto, vamos nos debruçar com carinho, a partir da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, da Comissão Suprapartidária Norte/Nordeste, na elaboração do relatório desta audiência, com todos os dados desta audiência, com a fita da gravação, com os dados da taquigrafia, com todos os documentos que nos foram encaminhados; vamos dar a máxima atenção e prioridade urgente na elaboração deste relatório final, da parte da nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, que poderá, depois, se debruçar sobre este

relatório e poderá vir a manifestar uma posição enquanto Comissão de Saúde e Meio Ambiente.

Independente disto, este relatório espelha uma reunião oficial que reuniu pela primeira vez, embora já tenha ocorrido várias reuniões neste sentido, segmentadas, localizadas, mas aqui reunimos pela primeira vez todas as partes. Inclusive, fazendo um aparte aqui, lamentando a ausência do Ministério Público Estadual, até me chega a informação, neste momento, que a Promotora Pública de Blumenau, Dra. Hercília, estaria hospitalizada e possivelmente por isso a impossibilidade de seu comparecimento.

Temos a certeza de que o Ministério Público estará acompanhando de perto e dará toda a atenção às informações que nós lhe prestaremos e encaminharemos a posteriori, além de cobrarmos diretamente, porque no nosso entender, hoje, o principal órgão, de todos eles que estão envolvidos nesta questão, o principal órgão que tem, digamos, uma responsabilidade até de tomadas de decisões a respeito desse empreendimento é o Ministério Público Estadual.

Então, esse relatório iremos elaborar com todo o cuidado, com todo o carinho, com o máximo de perfeição, no sentido de incluir todas as partes que lhe possa traduzir tudo aquilo que aqui foi manifestado. E, além de servir para os nossos debates internos na Assembléia, também vamos encaminhá-lo ao Ministério Público Federal, Estadual, ao Ibama, à Fatma, à Seduma, à Faema, às Prefeituras Municipais, aos Prefeitos Municipais, de Blumenau, de Guaramirim, de Massaranduba, de Barra Velha, de São João de Itapirú, às Associações Comercial e Industrial, também desses três Municípios, de Blumenau, às Câmaras de Vereadores e também às comunidades, por quê? Porque as tratativas que houver daqui para a frente sobre esse assunto terão esse documento, essa audiência pública como um parâmetro, sem sombra de dúvidas.

Então, esse é um documento oficial que poderá respaldar, orientar as tratativas que teremos a partir daqui a esse respeito, bem como na continuidade desse empreendimento, como está proposto até o presente momento, para que se faça o acompanhamento, a fiscalização da parte de todos nós, porque aqui houve declarações, propostas de compromissos; são declarações públicas que servem como, digamos, compromissos que vão ser fiscalizados.

Concluindo, queremos deixar bem claro que da parte da nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa continuamos à inteira disposição da comunidade de Blumenau, de Massaranduba, de Guaramirim, de todos os demais órgãos envolvidos nesta questão. Com certeza, estaremos sempre ao lado da comunidade nessa sua exigência de garantias, de proteção ao meio ambiente, porque a proteção ao meio ambiente, a qualidade ambiental diz diretamente respeito à qualidade de vida, à sobrevivência de todos nós, do ponto de vista sócio-econômico, inclusive.

Então, nesse sentido a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa levará todo esse assunto, toda essa questão, todos esses depoimentos, quer dizer, o conteúdo desse mesmo relatório ao conhecimento do conjunto dos quarentas Deputados.

Estamos e continuaremos à inteira disposição daqui para a frente para a continuidade do acompanhamento dessa questão.

Por isso, resta-nos apenas, ao final, agradecer de forma sensibilizada pela participação de todos. Apenas quero me referir a mais um ponto que estava, exatamente, nas minhas propostas e encaminhamentos, que o Deputado Eni Voltolini me lembra agora, como continuidade de acompanhamento sobre esse assunto, naturalmente, a partir do relatório final: além do encaminhamento que iremos fazer a todos órgãos da comunidade, a nossa Comissão também, acompanhada pela Comissão Suprapartidária Norte/Nordeste, haverá de ter outros momentos de discussão em nível de reunião de comissão de trabalho, chamando ainda o Ministério Público, federal e estadual, os órgãos como o Ibama, a Fatma, a Faema, as Prefeituras, representantes da comunidade, para outros momentos, se houver necessidade, com certeza teremos, para o acompanhamento prático dessa questão, quer dizer, o nosso acompanhamento não termina aqui, neste momento, ao terminar esta audiência pública.

Existem pontos conflitantes, existem depoimentos, às vezes, conflitantes, então, no final, será necessário que se tire determinadas dúvidas, que se esclareça determinados pontos, e haveremos de continuar agendando outras reuniões internas, via Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que vai reunir as partes devidas para que continuemos analisando essa questão com urgência. Inclusive, se houver necessidade de uma outra audiência pública, poderemos realizar. Entendo que isso continua em aberto até como desdobramento desse fato.

Então, finalizando, resta-nos agradecer de forma sensibilizada a todos que aqui estão presentes, desde as 9h, participando desta audiência pública. Queremos agradecer, muito especialmente, ao nosso Presidente Alcir Müller, nosso anfitrião, Presidente da Câmara de

Vereadores de Blumenau, que nos cedeu este espaço para a realização desta audiência pública e que nos proporcionou todo o apoio de infraestrutura, desde as primeiras tratativas que tivemos, desde a necessidade de realizar esta audiência pública.

Agradecemos ao Prefeito Décio Neri de Lima, Prefeito Municipal de Blumenau, ao Prefeito Mário Zimmermann, Prefeito de Guarimir, que ocupa a importante função de Presidente da Federação Catarinense dos Municípios, juntamente com o Prefeito Mário Sasse, de Massaranduba; agradecemos aos Prefeitos de Barra Velha, senhor Orlando Nogarolli, ao nosso Prefeito Alcenirio Bernardes, de São João de Itapirú. Enfim, queremos agradecer pela importância da presença dos nossos Prefeitos durante todo esse tempo da audiência pública.

Agradecemos aos Vice-Prefeitos, aos Vereadores e também aos representantes dos órgãos do Ibama, da Fatma, da Faema, ao senhor Mário Zindars, Presidente da Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental da Vila Itoupava e de Massaranduba, ao senhor Arlom Tonolli, Assessor Técnico dessa Comissão, ao senhor Lauro Luiz Viana, Diretor Administrativo da Momento Engenharia, ao senhor Álvaro Gugelmin, da Empresa Aterro Empreiteira e Mão-de-obra, também ao senhor Hans Prayon, da Associação Comercial e Industrial de Blumenau, assim como aos demais representantes das Associações Comerciais e Industriais Agrícolas de Massaranduba e Guarimir.

Só quero anunciar, não sei se o Teixeira anunciou, o primeiro encontro catarinense de aterros sanitários industriais e domésticos de 22 a 23 de junho, em Joinville. Tem aqui uma programação, e foi o senhor Gert Fischer que nos apresentou essa proposta.

Gostaríamos ainda de agradecer aos funcionários da Assembléia Legislativa, respectivamente da Comissão de Saúde, da Taquigrafia e do setor de sonografia, que se deslocaram de Florianópolis para esta cidade a fim de atender este trabalho, bem como aos funcionários da Câmara Municipal de Blumenau.

A todos o nosso muito obrigado.

Está encerrada a presente audiência pública.

Câmara de Vereadores de Blumenau, em 11 de maio de

1998.

Deputado VOLNEI MORASTONI - Presidente

Deputado SÉRGIO SILVA - Vice-Presidente

Deputado GILMAR KNAESEL - Membro

Deputado IVO KONELL - Membro

Deputado UDO WAGNER - Membro

Deputado WILSON WAN-DALL - Membro

Deputado ENI VOLTOLINI -

Coordenador da Bancada Suprapartidária Norte/Nordeste

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente realizada dia 09/06/98, que trata sobre o aterro sanitário/industrial de Blumenau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Damos por aberta a reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa para tratar sobre o aterro sanitário industrial de Blumenau.

Eu convido para participar da mesa, inicialmente, os Deputados Wilson Wan-Dall e Ivo Konell, Membros da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. O Deputado Lício Silveira, o Deputado Eni Voltolini, que é coordenador da Bancada Suprapartidária Norte/Nordeste, e os demais Deputados, assim que chegarem, também farão parte da mesa.

Quero pedir desculpas pelo ambiente da reunião. Na verdade, uma reunião de trabalho como esta teria que ser realizada numa das nossas salas de reuniões das Comissões, mas hoje estão acontecendo reuniões simultâneas de diversas Comissões - de Agricultura, de Finanças, de Constituição e Justiça -, nas quais diversos assuntos estão sendo tratados, pelo fato de terem sido antecipadas em função da abertura da Copa do Mundo no dia de amanhã.

Por isso, este recinto fica um pouco despropositado, digamos assim, porque estamos na mesa diretora e os participantes afastados, nas poltronas dos Deputados. É um pouco inadequado, mas espero ter a compreensão de todos vocês neste momento.

Por isso, solicitamos às digníssimas autoridades que nos ajudem a compor o plenário, para que não fiquem todos sentados na mesa diretora, na condução dos trabalhos.

Esta Presidência gostaria, rapidamente, de justificar esta reunião.

A partir do momento que este assunto - aterro sanitário industrial de Blumenau - chegou no âmbito da nossa Comissão, já no final de março, início de abril, os Deputados da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e da Bancada Suprapartidária Norte/Nordeste realizaram uma visita *in loco* ao aterro sanitário industrial de Blumenau, a fim de ver de perto como estava o andamento das obras, em que situação e como era exatamente a localização deste empreendimento.

Naquela oportunidade, os Deputados já assistiram a exposição sobre o projeto, já ouviram representantes da comunidade, do Município de Massaranduba e também representantes da Prefeitura Municipal de Blumenau.

Posteriormente, no dia 11 de maio, foi realizada uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Blumenau. Uma audiência pública bastante participativa, com representantes dos Municípios de Guarimir, Massaranduba e Blumenau, com a participação dos Prefeitos destas três cidades, das Câmaras de Vereadores, das associações comerciais e industriais e da comunidade de Vila Itoupava e de Massaranduba especialmente, além de representantes do Ibama, da Fatma e da Faema, órgão de meio ambiente da Prefeitura de Blumenau.

Desta audiência pública houve a elaboração de um relatório final, que foi distribuído com antecedência para todas as entidades participantes.

Se porventura alguma entidade aqui presente não recebeu o relatório final, temos cópias à disposição.

O relatório final da audiência pública realizada no dia 11 de maio em Blumenau tem uma tradução *ipsis litteris*, uma cópia fiel, até porque contamos com o serviço de som e com o serviço de taquigrafia da Casa nos assessorando. Então, é um relato fidedigno de todas as manifestações daquela audiência.

Este relatório foi distribuído para todos os participantes. Agora, também no âmbito da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, o senhores Deputados já fizeram uma análise preliminar dessas informações e acharam por bem que deveriam realizar esta segunda reunião mais restrita, não mais naquela amplitude, digamos, como foi a anterior, podendo reunir representantes das mesmas entidades que participaram daquela audiência pública, e assim todos foram convidados novamente.

O objetivo desta reunião é no sentido de podermos realizar uma reunião objetiva de trabalho, revendo pontos do próprio projeto e também esclarecimentos, informações complementares.

Em debate na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, foi designado o Deputado Lício Silveira como Relator deste assunto.

Então, o Deputado Lício Silveira, já com assessoramento técnico do seu gabinete e desta Casa... Está presente o Florindo, um dos assessores técnicos do Deputado, que está fazendo uma análise das informações contidas no relatório e mais o relatório desta segunda reunião. As informações que advirão daqui também auxiliarão o Deputado Lício Silveira na elaboração de um documento manifestando uma posição sobre o aterro sanitário de Blumenau.

Posteriormente este tema será apreciado no âmbito da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, embora tenhamos deixado claro na conclusão da audiência pública em Blumenau que esta matéria já esteja, de alguma forma, a partir do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta havido entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Fundação do Meio Ambiente de Blumenau, a Superintendência do Ibama, a Fatma e a Aterro Empreiteira de Mão-de-Obra, no âmbito do Ministério Público Estadual.

Independentemente disso, entendemos que estas reuniões estão oportunizando às partes envolvidas nesta matéria a se manifestarem.

Este documento, como o relatório da audiência pública de Blumenau, por si só já é um documento oficial desta Casa, que também poderá servir nas tratativas, nos encaminhamentos.

A partir das informações aqui contidas, nós entendemos que já é uma contribuição que estamos dando a respeito desta matéria. Naturalmente, se pudermos chegar num ponto mais avançado de definição, de tomarmos uma determinada posição sobre isso, será melhor. É neste sentido que estamos caminhando. No que pudermos contribuir, da parte da Assembléia Legislativa para, digamos, os encaminhamentos finais relativos a este aterro sanitário industrial de Blumenau...

Então, para ganharmos tempo, vamos passar a seguinte dinâmica da reunião: vamos conceder um prazo de vinte minutos para a empresa Momento Engenharia, a fim de que reapresente o projeto. Em seguida, para a comunidade de Massaranduba e Vila Itoupava, que terá o mesmo prazo para se manifestar. A seguir, falarão os representantes dos órgãos ambientais. Os representantes das demais entidades também poderão se manifestar.

Queria convidar o Deputado Lício Silveira para fazer parte da Mesa, bem como o Deputado Carlito Meres.

Quero aqui anunciar a presença do senhor Alfredo Vavassori, Vice-Prefeito de Massaranduba; do senhor Francisco Costa, representante da Fatma e da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - Seduma; do senhor Jairo Luis Riboldi, Presidente da Associação Comercial e Industrial Agrícola de Massaranduba; do senhor Luiz Peret Antunes, Diretor Técnico da Empresa Momento Engenharia de Blumenau; do senhor Álvaro Gugelmin Pereira Jorge, engenheiro da empresa Aterro de Blumenau; do senhor Arlon Tonolli, assistente técnico da

Comissão de Defesa do Patrimônio de Vila Itoupava e Massaranduba; do senhor Emardi Feijó Vieira, representante da Associação Comercial e Industrial de Blumenau; e do senhor Joaquim Pires Júnior, Procurador do Ibama.

Vamos passar a palavra aos representantes da empresa Momento Engenharia, senhores Luiz Peret Antunes e Álvaro Gugelmin.

O SR. LUIZ PERET ANTUNES - Eu sou diretor técnico da Empresa Momento Engenharia, que está fazendo a implantação do aterro industrial e sanitário de Blumenau.

Excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, excelentíssimos senhores Membros da Comissão, demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, é uma grande satisfação para a nossa empresa poder mais uma vez fazer uma preleção e apresentar o projeto de implantação deste aterro sanitário industrial que vem, a nosso modo de ver, resolver o gravíssimo problema existente ainda hoje com a deposição dos aterros industriais e residenciais domésticos que estão sendo feitos no Parada I, que já está hoje totalmente saturado, passando a ter até uma condição de emergência para uma solução praticamente imediata.

Então, de modo a ganharmos um pouco de tempo, vou pedir autorização ao senhor Presidente para poder fazer a exposição do projeto no retroprojeto.

Convido, então, Álvaro Gugelmin para falar sobre a parte técnica do empreendimento.

O SR. ÁLVARO GUGELMIN PEREIRA JORGE - Meu nome é Álvaro Gugelmin Pereira Jorge, sou engenheiro da Aterro Empreiteira de Mão-de-Obra, trabalho em conjunto com a Momento Engenharia de Construção Civil Ltda.

Excelentíssimos senhores Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, vamos passar rapidamente mais uma vez este projeto, que inicia dando ênfase às responsabilidades dos geradores dos resíduos.

Este projeto nasceu quando a empresa imaginava poder atender uma demanda que existe na região de disposição final adequada dos resíduos industriais principalmente.

Este aterro também foi licenciado para resíduos sanitários e hoje, felizmente, a Prefeitura de Blumenau também imagina fazer um outro aterro onde possa fazer a disposição final dos resíduos sanitários, até porque essa área, que acabou sendo a área escolhida, já está se tornando uma área bastante nobre, que deverá, preferencialmente, receber os resíduos industriais.

(Inicia-se a mostra de transparências.)

Não sei se os senhores conseguem visualizar, mas aquele ponto preto que aparece no meio é a exata localização do aterro, que fica a exatamente oito quilômetros de distância do centro de Massaranduba e do centro de Vila Itoupava.

(Mudança de transparência)

Esta é uma antiga foto da área. Ainda hoje dá para visualizar que lá não existia vegetação de porte. A vegetação que existia lá (e hoje ela foi limpa) era rasteira, não tinha porte arbóreo, só porte arbustivo. Por isso mesmo, essa área foi liberada pelos órgãos ambientais.

(Mudança de transparência)

Esta imagem dá uma idéia da topografia do terreno. O que está em verde são as cotas topográficas da área. Aquela parte mais escura é o cinturão verde que preserva toda a área. Esses círculos que existem nas cores vermelha, rosa e azul são os três módulos de operação desse aterro, onde ele vai alcançar uma vida útil de até 25 anos.

Todas as águas incidentes nessa bacia vão se dirigir àqueles dois tanques que estão na parte mais baixa. Esses dois tanques têm um volume de 3.700m³, e um deles poderá reservar todas as águas incidentes sobre essa bacia e fazer esses tanques funcionarem como tanques de equalização, o fundo deles, e também como tanques de reserva para as piores chuvas que foram registradas pelos índices mais agressivos, que são de janeiro de 1942, uma chuva de Jaraguá do Sul.

(Mudança de transparência)

Esta transparência mostra o primeiro módulo em linhas bastante tênues. Já consegue se imaginar as linhas das nascentes, que é exatamente a etapa que está acontecendo hoje no aterro. A proteção das nascentes, que já foi efetivada; as linhas de drenagem, que já foram efetuadas; e o aterramento com argila de boa capacidade de impermeabilidade.

(Mudança de transparência)

Este slide mostra o sistema de proteção das nascentes em planta e depois em corte, basicamente são estruturas de concreto que isolam completamente as duas nascentes que existiam na área, e sobre essas estruturas as camadas de argila e após as camadas de P.A.D., as geomembranas de P.A.D.

(Mudança de transparência)

Esta estrutura é a estrutura do Módulo I, que está sendo construída agora, nessa etapa. E ela já mostra duas linhas de drenos de percolados que vão dirigir esses chorumes gerados dentro dessa primeira bacia até os tanques de equalização.

Aqueles dois tanques de equalização vão bombear os materiais até o platô da Cota 70, aonde será instalada a estação de tratamento de efluentes. Após o tratamento completo desses efluentes, eles serão lançados em direção sul, no caminho do Rio Massaranduba. Existe uma outra transparência, mais adiante, que aparece isso com detalhes.

(Mudança de transparência)

Esta transparência é um módulo seguinte, o Módulo II. Ela está se sobrepondo sempre a que foi mostrada anteriormente.

(Mudança de transparência)

Esta transparência é a do Módulo III, que complementa, que fecha o aterro. Estes três módulos sempre repetem a camada de impermeabilização superior e as camadas de drenagens de percolados de forma horizontal.

Esta é uma idéia ilustrativa, simplesmente para mostrar a distância que fica o lençol freático das camadas de geomembrana, com no mínimo dois metros e vinte. Após isso, as geomembranas e as linhas de drenagens de percolados.

(Mudança de transparência)

Este é um corte do terreno. Aquela linha verde, tênue, é uma linha do terreno natural, que vai sendo escavado, e essa argila vai sendo usada tanto na mistura dos lodos como na cobertura dos resíduos.

Estas em verde, de forma vertical, são as linhas de drenagem de gases. Essa linha de drenagem de gases é uma linha que foi extremamente exagerada, assim como a linha de percolados também, para se garantir que houvesse uma real drenagem desses gases que iriam emanar, e vão ser queimados.

(Mudança de transparência)

Esta é uma vista em outro sentido, uma vista transversal, a outra vista era longitudinal, mostrando a mesma situação de drenagem de fundo, de drenagem de águas subterrâneas e drenagem de percolados.

(Mudança de transparência)

Este é só um fluxo ilustrativo, que mostra o que acontece normalmente num aterro convencional. Parte da água que precipita percola por entre a camada de fechamento, outra parte passa dentro do resíduo e, aí, sim, é gerado o lixo (inaudível), que normalmente vai para o solo.

Qual é a grande diferença do nosso projeto? Todo lixo (inaudível), todo percolado, é coletado e tratado. Então, não existe, por ser uma estrutura completamente estanque, a menor possibilidade de vazamento e de causar dano ao meio ambiente.

(Mudança de transparência)

Este é um fluxograma da ETI (?). Basicamente, é uma estação de tratamento por lodos ativados, onde você tem os tanques de equalização, os medidores, os tanques de distribuição, os tanques aeradores e os tanques decantadores.

Esta estação evita o grande uso de áreas. É uma estação bastante compacta, como se vê em vários locais. Na verdade, é uma estação industrial que opera 24h, dentro de uma tecnologia bastante conhecida, embora nova ainda para nós, brasileiros, que dá uma total garantia que você possa tratar seus efluentes e dispô-los adequadamente no corpo da água receptora.

(Mudança de transparência)

Esta é só uma vista do platô superior, onde se mostram o platô da Cota 70, onde vai ficar essa estação de tratamento, e um platô um pouco acima, na Cota 80, onde será o local de recepção dos lodos. E esses lodos serão recebidos, acondicionados em moegas e depois tratados.

Por que essa ênfase sempre nos lodos? Os lodos são frutos das estações de tratamento de efluentes da região. Na região existem doze grandes indústrias e outras que estão se agregando a isso também, que produzem um volume bastante considerável de lodo dessa purificação das águas.

Esse lodo tem uma característica bastante complicada de ser condicionada. Por quê? Porque ele tem condições de até 80% de volume de água. Para isso ser acondicionado, você precisa fazer com que ele passe por um tratamento de solidificação.

(Mudança de transparência)

Aqui está mostrando o roteiro das águas, vamos chamar assim, onde está inserido o aterro. As águas que seguem ao norte são as águas que saem do fundo, as águas subterrâneas, que seguem perfeitamente isoladas e drenadas. Mais adiante essas águas vão fazer uma contribuição ao Rio 7 de Janeiro.

As águas tratadas, embora tratadas e depuradas, mesmo assim, por exigência da Fatma, seguem um outro caminho. Elas

seguem rumo sul, num rio que é um pequeno afluente (ele não tem nem nome, inclusive), em direção ao Rio Massaranduba.

Desse ponto, desse afluente do Massaranduba até a primeira arrozeira, é importante que se diga que ainda assim, mesmo após o efluente ter sido completamente depurado, ainda percorre um caminho onde esse excedente da depuração passou por mais um critério de avaliação, e ele depura 100% da capacidade até chegar nessa primeira arrozeira.

Embora o efluente seja tratado, ainda tem um caminho a ser percorrido que dá garantia total. Então, as assertivas que a Comissão de Vila Itoupava e de Massaranduba fazia de que poderia haver poluição não procedem, em função da estanqueidade do processo, em função das garantias das medidas mitigadoras, dos poços de monitoramento que infelizmente não estão aparecendo aí, mas existem três poços e mais nove pontos de monitoramento nesse entorno onde se farão coletas mensais de água. E essas coletas, inclusive, por exigência do Termo de Ajustamento de Conduta, serão publicadas em jornal de veiculação estadual.

(Mudança de transparência)

Esta é uma vista muito rápida, que mostra uma sessão da usina, uma usina parecida com a que vai ser feita para a mistura dos lodos e um leito de secagem que pode receber líquidos mais fluidos.

(Mudança de transparência)

Esta é só para ter uma primeira idéia dessa usina que está sendo construída agora, está em fase final. É uma usina parecida com uma usina misturadora de solos, onde vão ser misturados os lodos das estações de tratamento com 70% de argila, com mais 30% de cal e mais 10% de cimento.

Só para os senhores terem uma idéia da logística de operação dessa usina, ela foi projetada para operar durante quinze dias no mês, sendo que durante esses quinze dias ela vai consumir por dia de operação uma carreta de cimento, vinte e três toneladas de cimento, e três carretas de cal.

Então, os senhores imaginam o tamanho do processo industrial e o que envolve isso para você conseguir uma real solidificação desses... Eu sempre venho falando nos lodos, que é um resíduo, vamos dizer assim, mais complicado de ser resolvido; mais complicado pela condição dele de não oferecer resistência.

(Mudança de transparência)

Esta é uma vista da parte interna da usina, onde aparecem as pás misturadoras. É um processo mecânico, muito simples. Ele é um simples processo de mistura, é um grande batedor, um liquidificador gigante.

Então, esse é um processo que envolve equipamento, envolve tecnologia nacional agregada à tecnologia americana. E nós optamos por esse tipo de tratamento, porque ele envolve simplicidade. Não existem processos biológicos muito difíceis de serem depurados ou tratados. É uma coisa bastante visível e bastante fácil.

(Mudança de transparência)

Esta é uma vista do Rio Massaranduba. Um pouco acima, à esquerda, é exatamente o ponto onde chegam os efluentes tratados.

Esses pontos acima e abaixo, a montante, a jusante desse local do deságüe, serão totalmente monitorados durante a vida útil toda do aterro e após a vida útil do aterro também. E antes do início da operação do aterro estão sendo providenciados ensaios em branco. E esses ensaios em branco são a garantia de toda a região que essas águas serão mantidas na situação em que se encontram.

Essas análises laboratoriais serão feitas em laboratórios de renome, como o Senai, como a Tecpar(?), no Paraná, e darão a garantia total à população e ao entorno de que essa qualidade das águas será mantida.

Esses ensaios, inclusive, por iniciativa nossa, serão registrados em cartório como documento público para quem quiser ter acesso a eles, a qualquer tempo, poder fazê-lo.

(Mudança de transparência)

Esta é só mostrando um equipamento amostrador. Ele fica durante 24 horas coletando as análises do rio ou do ponto da água que está sendo amostrado, para ter o espectro maior daquele dia em que foi colocada a amostra.

(Mudança de transparência)

Esta é uma fotografia da equipe visualizando o oxigênio dissolvido no rio. Só como ilustração.

(Mudança de transparência)

Alguns pontos de sondagem que foram feitos dentro da área foram transformados em poços de monitoramento. Esses poços já existem no local, já estão operando, já foram ensaiados e vão ser continuamente ensaiados durante toda a vida útil do aterro e após o seu fechamento, por mais dez anos.

(Mudança de transparência)

Este é o poço depois de pronto, já com a tampa, com o cadeado, isolado de qualquer tipo de vandalismo.

(Mudança de transparência)

Sempre complementamos essa palestra dizendo o seguinte: para ser feito um projeto dessa magnitude, desse tamanho e com essa responsabilidade, é preciso uma grande empresa. Uma empresa que tenha nome, que tenha tradição e que tenha, principalmente, patrimônio a perder, que tenha algo a perder. Ou seja, esse tipo de empreendimento só pode ser feito por quem tem a tecnologia e a responsabilidade com o meio ambiente e com a população do entorno. Por quê? Se a empresa causar qualquer dano no entorno, ela poderá ser facilmente penalizada e responsabilizada por isso.

Muito obrigado, senhores!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço aos representantes da Momento Engenharia.

Passo a palavra ao Vice-Prefeito de Massaranduba, Alfredo Vavassori.

O SR. ALFREDO VAVASSORI - Queremos cumprimentar o Coordenador da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, Deputado Volnei Morastoni, os Deputados Ivo Konell, Eni Voltolini e demais Deputados que se encontram conosco.

Cumprimentamos também os representantes da Momento Engenharia e da Aterro, os companheiros de Massaranduba, os Vereadores, o Presidente da Câmara de Vereadores, o Presidente da Associação Comercial, enfim, todos que se encontram aqui neste Plenário.

Gostáramos de dizer que no ano passado, no Dia do Meio Ambiente e da Ecologia, nós, de Massaranduba, fizemos um ato com distribuição de mudas para que a comunidade olhasse de uma forma um tanto diferente o meio ambiente, quando foi conscientizada a população, através de panfletos, para que criasse uma nova consciência ecológica.

Neste ano, em Massaranduba, infelizmente, o processo foi um tanto diferente, porque tivemos que fazer movimentos, paralisando a rodovia. Realmente tivemos que chegar a esse ponto em função da pretensa instalação desse aterro na comunidade de Vila Itoupava, que irá atingir, sem dúvida nenhuma, Massaranduba.

Queremos fazer algumas considerações com relação ao projeto, dizendo que essa área que foi escolhida é uma área de preservação permanente. Portanto, não é permitido por lei movimentação de solos ou qualquer forma de degradação desse ambiente.

Existem duas nascentes que estão dentro desse aterro, sem contar que é um local de difícil acesso. O local está situado às margens de um pequeno córrego que, sem dúvida alguma, não terá capacidade alguma de depuração do chorume que irá sair desse aterro.

Esse córrego, é um córrego afluente do Rio Massaranduba, digo, um riacho, de onde é captada a água para abastecer a cidade de Massaranduba através da Casan.

Também a continuidade desse riacho é afluente do Rio Massaranduba. E se encontram, às margens do rio, a maior indústria de arroz do nosso Município, a Cooperativa Agrícola Mister Juriti(?), e inúmeras áreas de arrozeiras, onde os nossos produtores utilizam a água para fazer o plantio do arroz, cultivar o arroz.

Neste rio situam-se três barragens para mostrar a amplitude da área que utiliza desta água para o plantio do arroz, e se faz necessária uma água sem contaminação alguma.

Segundo a Constituição Federal, quando se pretende instalar alguma coisa que cause problema dessa natureza, como a implantação do aterro sanitário, principalmente quando atinge dois Municípios, há necessidade de um estudo e uma aceitação pelos órgãos do meio ambiente dos dois Municípios.

Massaranduba, nesse caso, será também afetada, e nós, além de Vice-Prefeito e Secretário de Agricultura do Município, somos Presidente do Comadema (Conselho Municipal de Agropecuária e Defesa do Meio Ambiente), nunca fomos consultado, nunca fomos convidado, como Presidente deste Conselho, para ouvir a explanação. Apenas, em uma apresentação - não chamamos de audiência pública -, que foi feita em Massaranduba, porque não foi formal, não foi oficial, fomos convidado por terceiros, tivemos a oportunidade de acompanhar um pouco esse projeto.

Nós não admitimos quando dizem que Massaranduba não conhece as qualidades técnicas do projeto. Nós acompanhamos aqui, na audiência pública em Blumenau, como disse, posteriormente, porque inicialmente não nos convidaram a tratar deste assunto, e analisamos e sabemos que tem pontos positivos e tem pontos negativos.

Então, há necessidade de uma atenção bastante grande, porque nós, como defensores do nosso Município, não podemos aceitar que outros empreendimentos sejam instalados para o prejuízo da nossa comunidade.

Nós queremos também colocar que já fomos Presidente da Associação Comercial e Coordenador Regional. Fomos Secretário Facisc e entendemos muito bem da necessidade de se instalar um aterro industrial. Não aceitamos também que digam que queremos conviver com uma montanha de lixo na cidade. Não é isso, nós entendemos que há necessidade, só que a necessidade da instalação de um aterro não passa pela implantação em qualquer local que venha degradar o meio ambiente ou que venha prejudicar uma comunidade.

Então, nós defendemos realmente a necessidade de um aterro, mas que seja num local que não prejudique nenhuma das comunidades, como é o caso desse aterro.

Também lamentamos quando lemos num relatório assinado pelo engenheiro Gugelmin que uma tal de Comissão da Vila Itoupava e Massaranduba vem veementemente protestando contra a instalação desse aterro.

Nós queremos dizer que não é uma tal de comissão, é uma senhora comissão, porque é uma comissão formada por pessoas de muito respeito, muito dignas na comunidade e que vêm lutando sem querer tirar proveito nenhum.

E não aceitamos quando também, no mesmo relatório enviado ao Ministério Público do Estado, diz que políticos querem tirar proveito dessa situação. Eu diria que de maneira alguma nós queremos tirar proveito, porque a nossa comissão é uma comissão pluripartidária, é aberta a toda a comunidade, e nós não temos procurado a imprensa para fazer manifestação para tirar proveito da situação.

Então, aqui o que caracteriza realmente é a nossa neutralidade com relação a esse ponto, que é bastante discutido.

Nós sentimos muito realmente, porque existem outras formas de provar alguma coisa, não precisa atacar desta forma para querer denegrir imagens de pessoas simplesmente porque estão no Poder Público. Alguém tem que estar, e nós estamos, com muita honra, defendendo o povo de Massaranduba e a comunidade de Vila Itoupava também. E gostaríamos que tivéssemos mais respeito por essa Comissão; da forma que foi tratado, assim como foi levado, realmente nos deixa um pouco chateados.

Então, só para explicar para os senhores, nós achamos que em função da audiência pública de Blumenau e desta apresentação de hoje, os senhores Deputados terão condições de fazer uma avaliação sobre a pretensa instalação deste aterro, as demais autoridades também, levando em consideração que há necessidade, como nós de Massaranduba pensamos. Mas o local é que realmente não tem as condições exigidas para ser implantado este aterro.

Então nessa breve explanação, nós queríamos agradecer mais uma vez a oportunidade que nos deram e trazer aqui o abraço do nosso Prefeito, que não pode se fazer presente aqui hoje.

O nosso muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, então, ao Vice-Prefeito Alfredo Vavassori, de Massaranduba.

A palavra continua com a comunidade de Vila Itoupava e Massaranduba.

Passo a palavra ao engenheiro Arlon Tonoli. Temos 11 minutos ainda.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar a presença da Vereadora de Florianópolis Lia Klein nesta reunião.

O SR. ARLON TONOLI - Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa; Deputado Eni Voltolini, Deputado Ivo Konell, demais presentes, sou o engenheiro Arlon Tonoli, estou aqui na qualidade de assessor técnico da Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba, e gostaria de discernir sobre alguns aspectos técnicos da construção desse aterro sanitário industrial na região de Vila Itoupava.

Eu gostaria aqui de falar especialmente sobre a Lei nº 7.754, de 14 de abril de 1979, que estabelece medidas para a proteção de florestas existentes nas nascentes dos rios.

Ela diz no seu art. 1º que "são consideradas de preservação permanente, na forma da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, as florestas e demais formas de vegetação naturais existentes nas nascentes dos rios.

E no art. 2º: "para os fins do disposto no artigo anterior, será constituída nas nascentes dos rios uma área em forma de paralelograma denominada 'paralelograma de cobertura florestal', na qual são vedadas a derrubada de árvores e qualquer forma de desmatamento."

Essa apreciação sobre a Lei nº 7.754 se faz necessária porque, além da proteção do Código Florestal, existe esta lei que protege as nascentes, e esse aterro sanitário industrial está sendo instalado exatamente em cima de duas nascentes.

Também quero citar, com relação aos aspectos técnicos, que um projeto de tal magnitude como um aterro sanitário se compõe de um projeto que deve atender as questões logísticas, as questões locais. E quero citar aqui especialmente a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, que dispõe

sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição.

Ela diz no art. 2º, § 1º: "As zonas a que se refere a esse artigo deverão:

I - situar-se em áreas que apresentam elevada capacidade de assimilação de efluentes e proteção ambiental, respeitadas quaisquer restrições legais ao uso do solo;

II - localizar-se em áreas que favorecem a instalação de infraestrutura e serviços básicos necessários ao seu funcionamento e segurança."

Esse projeto, pela característica apresentada, não tem esses dois requisitos importantíssimos no que diz respeito ao local. Sobre este aspecto, nós temos aqui a apresentar, também sobre a questão técnica, que a Fatma vistoriou um local muito mais adequado em Blumenau para instalar um aterro sanitário industrial (em relatório técnico de viagem, realizada no dia 17 de maio de 1996).

Também gostaríamos de dizer que há uma citação sobre as florestas de preservação permanente do art. 2º do Código Florestal, constituídas pelo próprio Código.

(Passa a ler)

"Só poderão ser alteradas ou suprimidas parcial ou totalmente por força de lei. Incompetente é o Poder Executivo Federal, Estadual ou Municipal para autorizar a supressão parcial ou total destas florestas ou formas de vegetação."

Esta é uma citação do renomado mestre Paulo Afonso Lemes Machado, em sua obra Direito Ambiental Brasileiro, e foi explicitada pelo assistente jurídico do Ibama de Santa Catarina, José Carlos Leme Júnior, num parecer em 22 de outubro de 1997, através do qual o Ibama pronunciou-se contrário à instalação do aterro sanitário naquele local.

Quero aqui também colocar, em relação ao projeto, o parecer do biólogo Américo Ribeiro Tunes, do Ibama de Santa Catarina, expedido em 10 de outubro de 1997, que diz textualmente o seguinte:

"Alegação da requerente de que não há outra alternativa locacional é descabida, posto que há, isto sim, outras alternativas tecnológicas para o manejo de resíduos sólidos urbanos e industriais, que sequer foram mencionadas."

E diz textualmente: "As obras de engenharia propostas pela requerente são inadequadas ecologicamente e impraticáveis legalmente por contrariarem as disposições do Código Florestal."

Essa é uma posição do biólogo do Ibama.

Temos também aqui um documento enviado pelo Ibama no dia 11 de maio de 1998, no dia em que se realizou a audiência pública na Câmara de Vereadores de Blumenau dirigido à Câmara de Vereadores de Massaranduba, que diz:

(Passa a ler)

"I - O Ibama não licenciou a obra em questão.

(...)

IV O Ibama emitiu parecer contrário à implantação do empreendimento."

Esses aspectos técnicos são importantes de serem colocados e também a apresentação de uma proposta alternativa de instalação do aterro sanitário industrial na Rua Silvano Cândido da Silva Senior, conforme já frisei no dia 17 de maio de 1996, uma área que foi vistoriada pela Fatma e que possui condições muito mais adequadas de acesso à BR-470, a apenas dois quilômetros do principal corredor que servirá a futura Região Metropolitana de Blumenau, passivo inclusive de um projeto de duplicação dessa via, entre Gaspar e Indaial.

Quero, também, dizer que essa região de acesso é completamente plana, muito mais provida da infra-estrutura viária necessária (inclusive consta no parecer da própria Fatma essa observação), e colocar a contrapartida do projeto numa área muito mais inadequada, a 32 quilômetros de distância de Blumenau, na qual... Inclusive, queremos ressaltar uma matéria que foi citada no Jornal de Santa Catarina do dia 9 de janeiro de 1998, uma assertiva de um engenheiro responsável pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

(Passa a ler)

"Segundo o engenheiro responsável pelo DER de Blumenau, Alexandre Silocchi, trata-se de uma região de encostas com declínio muito acentuado, que proporciona o deslocamento de pedras e terra. Outro fator é o solo do local, que permite com facilidade a infiltração da água."

Essa característica é uma posição de um técnico do DER de que o local é inadequado para se instalar um aterro sanitário.

Temos aqui também uma matéria do dia 7 de maio de 1997, publicada no Jornal de Santa Catarina, que diz seguinte:

(Passa a ler)

"Moradores pedem por segurança

O sargento-comandante Amilton Nazario diz que 95% dos acidentes são com caminhões de carga. Nazario explica que a curva é muito fechada, e muitos caminhões tombam devido ao volume da carga".

Isso se refere ao trevo de acesso à Vila Itoupava e também a circunvizinhanças de acesso ao aterro sanitário que pretende se instalar, obra que está lá sendo construída.

Estão em vista também outras obras, outras situações, em que serão construídos acessos ao local do aterro sanitário que está sendo proposto e também outras intervenções no sítio de Mata Atlântica, protegido pela Constituição Federal e também pela Constituição Estadual.

Seriam essas, Deputado Volnei Morastoni, as apreciações principais que eu gostaria de fazer, devolvendo a palavra ao senhor Alfredo Vavassori, Vice-Prefeito de Massaranduba, que faria a entrega de alguns documentos - e não sei se esta seria a oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Concedo a palavra ao senhor Alfredo Vavassori, Vice-Prefeito de Massaranduba.

O SR. ALFREDO VAVASSORI - Nós passamos, então, às mãos do Presidente da Comissão os documentos: Justiça Federal condenou Fatma e Ibama por realizar licenciamentos irregulares em regiões de Mata Atlântica; Fatma vistoriou local muito mais adequado em Blumenau para instalar o aterro sanitário industrial; documento fornecido pela Faema, Fatma e Ibama que comprometem seriamente a instalação do aterro sanitário em Vila Itoupava; mais o termo de compromisso ajustado pelo Ministério Público, que ignorou o crime ambiental, infringindo a lei federal que institui a política nacional de meio ambiente.

(Passa os documentos às mãos do Presidente da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Recebidos estes documentos, como os da audiência anterior, nós anexaremos os mesmos ao relatório final, e serão encaminhados ao Deputado Lício Silveira, que fará o devido relatório a respeito deste assunto.

Na sequência, vou conceder a palavra ao Deputado Ivo Konell, que está com um compromisso urgente na Comissão de Finanças e Tributação. E depois nós concederemos cinco minutos ao representante da Associação Industrial Comercial de Blumenau, senhor Emardi Feijó Vieira e também cinco minutos aos representantes da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Massaranduba, e estão aqui o seu Presidente, Jairo Luiz, e o Vice-Presidente, o Vereador Horst Rech.

Então, cada entidade terá cinco minutos para se pronunciar. E na sequência, concederemos a palavra ao representante do Ibama, o Procurador Joaquim Pires Júnior, e também ao Dr. Francisco, representante da Fatma, que está presente.

Com a palavra o senhor Deputado Ivo Konell.

O SR. DEPUTADO IVO KONELL - Senhor Presidente, excelentes autoridades, senhores empresários, senhores Deputados, solicitamos esta intervenção neste momento em virtude da Comissão de Finanças estar se reunindo às 10h30min, e precisamos estar presentes em razão das matérias relevantes que serão discutidas no dia de hoje nesta Comissão.

Bom, o que nós gostaríamos de relatar aqui é que no mesmo dia em que estivemos em Blumenau, no dia 11 de maio, todos nós recebemos do Ibama um expediente em que ele diz que o licenciamento do aterro sanitário da Vila Itoupava é de exclusiva responsabilidade da Fatma. De posse deste documento, nós o levamos ao Presidente da Fatma, o Dr. Vladimir Ortiz, que se mostrou absolutamente surpreso com aquele documento, porque a Fatma sempre afirmava que a responsabilidade sobre o licenciamento daquela área era do Ibama.

Então, estabeleceu-se aí um conflito, uma controvérsia muito grande, que cada vez nos confunde mais, que nos faz acreditar que as coisas não estão muito claras com relação a este empreendimento.

Nós já falamos isto na audiência em Blumenau, também em outras oportunidades já nos manifestamos neste sentido: de que houve alguma coisa que não está bem clara, pois parece que este jogo foi feito meio que nos bastidores, de forma não clara, para que própria comunidade pudesse, pelo menos, se manifestar, se defender desta preocupação de risco que efetivamente existe. Nós não podemos negar isto.

Dizer-se aqui que os Deputados ou os políticos envolvidos nesta questão estão à procura de promoção?! Nós não estamos à procura de promoção, estamos em defesa das comunidades que representamos. E representando a comunidade de Massaranduba, sinto-me na obrigação de acompanhar este processo, como venho acompanhando desde o princípio, e defender a comunidade.

A nossa convicção é de que uma pequena comunidade está sendo subjugada por uma grande comunidade. Não há outra explicação, não há outro convencimento. O projeto é perfeito, tudo isso já foi falado, já estamos carecas de saber! Agora, por que ter que instalar o aterro naquele local, onde estão as nascentes dos rios que abastecem Massaranduba? Quer dizer, isto nós não vamos entender nunca!

E também a ausência de algumas entidades na nossa audiência nos traz uma grande preocupação, porque se eu não estou devendo,

não tenho o que temer. Posso me apresentar em qualquer ambiente, em qualquer local e defender as minhas posições.

Então, isso ocorreu já no próprio licenciamento, e agora, no exato dia da nossa audiência em Blumenau, o Ibama ter a preocupação de emitir um documento, assinado pelo seu superintendente, de que ela não tem responsabilidade sobre aquele projeto? Isto é altamente preocupante!

Acho que, pelo que nós estamos sentindo, não existe outro caminho para reverter a situação a não ser a força da pressão popular, as manifestações. Se for necessário fechar a rodovia, uma, cinco ou dez vezes, tem que fechar mesmo!

E uma coisa deve ficar bem clara: se nós tivéssemos intenção de promoção política, nós estaríamos lá na sexta-feira acompanhando o fechamento da rodovia. Mas nós não fomos lá, não estivemos lá, não fomos atrás de promoção política, fomos atrás da lógica, daquilo que nos parece que é o certo: que a comunidade de Massaranduba e a de Vila Itoupava não podem ser subjugadas da forma como está sendo feita! Não podem, isto não é correto e deve ser condenado por todos nós, porque os primeiros relatórios do Ibama são contrários, e isto já foi dito e lido uma dezena de vezes. Aquilo é área de preservação permanente, não podem instalar!

Enquanto nós estivemos na Prefeitura de Jaraguá do Sul, tivemos inúmeros casos como este, casos de interesse social e tal: "Não, não pode ser instalado, porque aqui é área de preservação permanente". E não tinha conversa, não adiantava fazer outras tratativas, o assunto era definido através de um parecer e encerrava-se o assunto.

E lá na Vila Itoupava não aconteceu isso, não foi obedecido um princípio mais elementar. Por isso que continuamos ao lado das comunidades de Massaranduba e de Vila Itoupava em todos os momentos que ainda poderão ser possíveis de se fazer alguma ação que possa reverter a instalação do aterro naquele local. Nós somos contra o local, não somos contra o projeto, não somos contra a técnica e a modernidade que se traz com este tipo de empreendimento.

Essa era a nossa manifestação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - A seguir, concedo a palavra, por cinco minutos, aos representantes da Associação Comercial e Industrial de Blumenau.

Com a palavra o Dr. Emardi Feijó Vieira.

O SR. EMARDI DE FEIJÓ VIEIRA - Senhores Deputados e demais presentes, é notória a história das empresas de Blumenau, no que se refere à preocupação com as questões do meio ambiente. Isso não é de hoje, tanto que por mais de 10 ou 15 anos essas empresas instalaram as suas estações de tratamento de efluentes e têm tido um cuidado muito grande com toda a problemática ambiental. Mais recentemente, a companhia Hering, inclusive, foi credenciada com a norma ISO-14.000.

Evidentemente que empresas que têm esse nível de preocupação e que alcançam essas credenciais, não poderiam tomar atitudes que fossem contrárias aos interesses da comunidade do Município ou das comunidades vizinhas.

A questão do aterro sanitário em Blumenau, o aterro da Prefeitura, é uma questão complexa e antiga; vem se deteriorando a cada dia e já passou do seu limite, tanto que um documento do Município praticamente impediu a continuidade do uso desse local para aterro, tanto doméstico quanto de resíduos industriais, e evidentemente nós temos ali uma situação gravíssima que precisa ser solucionada o mais rápido possível.

A questão desse aterro já era preocupação inclusive do Governo anterior, que no seu início procurou a Associação Comercial de Blumenau para que fosse discutida a questão daquele aterro e discutidas soluções passíveis de serem adotadas. Desde essa época, a Associação Comercial e Industrial de Blumenau vem procurando eminentes autoridades da engenharia sanitária brasileira e vem discutindo formas alternativas para a questão dos resíduos, principalmente dos resíduos industriais.

Desde essa época, aproximadamente em 1993, 1994, a empresa Momento Engenharia se preocupou com a questão e começou a estudar as questões relativas à implantação de um aterro industrial, estudando várias áreas - e nós acompanhamos isso de perto -, até chegar àquela definição.

Nós submetemos o projeto à apreciação de engenheiros sanitaristas, de consultores dessa área, de autoridades em pesquisa no Brasil e no exterior também, e todos foram unânimes em dar o seu OK às características e à boa técnica do projeto. Ao final do ano passado, o Presidente da Associação Comercial, o empresário Hans Prayon, em contato com as autoridades ambientais do Município, do Estado e também federais, através do Ibama, com a Procuradoria federal e com os órgãos do Ministério Público Estadual, chegaram aos acertos, que definiram o Termo de Ajuste de Conduta.

Evidentemente que a Associação Comercial não interferiu nesse processo, mas buscou com aquelas autoridades o porquê de não haver uma definição e uma solução. Essas autoridades se reuniram, e entendemos que a Dra. Hercília Lemke e o Dr. João Brandão são pessoas da mais alta idoneidade e fizeram um trabalho à altura da história e do currículo desses profissionais.

Nós ficamos convencidos, pelo exame que as autoridades e os engenheiros fizeram, que o projeto não põe em risco as comunidades vizinhas, principalmente as comunidades de Massaranduba e Vila Itoupava.

Por isso, nós temos defendido que ele seja implantado o mais rápido possível, mesmo porque se não chegarmos a esse resultado, vamos ter, aí sim, um caos ambiental no Município. Aliás, todas essas soluções para o problema do aterro e do destino de resíduos têm sido um problema seriíssimo para todas as comunidades, não só de Blumenau como de todos os Municípios de Santa Catarina.

Essa é uma perspectiva de solução de um problema que pode inclusive se tornar um modelo para outros locais. Com todo o respeito aos representantes da comunidade de Massaranduba, nós estamos convictos de que a obra é válida e deve ser implantada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado ao representante da Associação Comercial e Industrial de Blumenau.

Passaremos a palavra aos representantes da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Massaranduba.

Enquanto o representante se dirige à tribuna, quero fazer o registro rapidamente de um ofício que recebemos do senhor Luiz Fernando Krieger Merico, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Blumenau, dirigido à Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, sobre o aterro sanitário e industrial de Blumenau, em relação a esta reunião.

(Passa a ler)

"Em virtude do posicionamento desta Fundação com relação à questão em discussão, exposto inclusive em Audiência Pública, desde já ratificamos o mesmo, entendendo que os procedimentos tomados com relação ao licenciamento do empreendimento supra, ajustado e corroborado pelo 'Termo de Ajustamento de Conduta' firmado junto ao Ministério Público Federal e Estadual com Ibama, Fatma e Faema passaram a obedecer a sistemática legal estabelecida para tal análise.

Temos consciência que o interesse coletivo e social está resguardado, bem como o interesse ambiental dada a lisura do processo licenciatório.

Com relação ao item 2 da pauta, entendemos que cabe ao empreendedor e ao órgão licenciador (Fatma/SC) os esclarecimentos, caso houver, a respeito de aspectos técnicos e/ou implemento de medidas protetivas.

Finalizando, salientamos que, sob o ponto de vista legal, o 'Termo de Ajustamento de Conduta', instrumento utilizado pelas Procuradoria Pública Federal e Promotoria Estadual, possui legitimidade e eficácia de Título Executivo Extra-Judicial, devendo ser obedecidos os caminhos ordinários e competentes para o questionamento legal do processo em pauta.

Atenciosamente,

(a) Luiz Fernando Krieger Merico - Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Blumenau."

Com a palavra o representante da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Massaranduba.

O SR. JAIR LUIZ RIBALDI (Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Massaranduba) - Senhor Presidente, senhores Deputados e autoridades presentes, não poderíamos deixar de nos manifestar quanto a essa questão do aterro sanitário industrial, pois a nossa preocupação é muito grande sobre isso.

Como já foi comentado aqui, Blumenau já tem a ISO-14.000. Massaranduba e as nossas empresas também querem chegar lá, e para isso talvez precisaríamos de uma qualidade melhor de vida no Município, incluindo principalmente a água.

Massaranduba não é só um Município onde tem as nossas indústrias, é um Município berço também. Temos muitos funcionários de Jaraguá do Sul, de Guarimir e até mesmo de Blumenau que moram em Massaranduba. Então, talvez esse seria até um motivo de se olhar esse aspecto de valorização do que é Massaranduba.

Nós não podemos permitir que o Município de Massaranduba seja prejudicado por uma obra que vai favorecer os outros e nos favorecer também, só que dessa forma não. A área que foi proposta antes pela Comissão inclusive pertence a um dos Diretores da Acib. Talvez eles até poderiam ajudar a facilitar a negociação.

O Município de Massaranduba é o 50º arrecadador de ICMS.

Nós temos quase 300 Municípios no Estado e isso também tem que ser analisado. Blumenau, se não me engano, é o terceiro arrecadador de ICMS do Estado. Ótimo, para nós é muito bom, só que temos que analisar a questão de Massaranduba também estar perto das cabeças.

Outra colocação feita aqui é que existe a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente e seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

O art. 18º diz o seguinte: "São transformadas em reservas ou estações ecológicas, sob a responsabilidade do Ibama, as florestas e as demais formas de vegetação natural e de preservação permanente, relacionadas no art. 2º da Lei nº 4.731, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal".

Então, Massaranduba, sendo uma parte agrícola, tem duas indústrias que fazem beneficiamento de arroz, que colhem água desse rio. Nós temos agricultores que irrigam as suas arrozeiras com essas águas. Como é, então, que poderemos oferecer oportunidades para mais indústrias em Massaranduba se elas terão essa questão da água?

Finalizando, Deputado Volnei Morastoni, gostaríamos de dizer que somos totalmente contrários não ao aterro sanitário industrial, mas ao local em que está sendo colocado o aterro. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Mais algum representante de Massaranduba gostaria de usar a palavra? Temos ainda três minutos.

(Pausa)

Com a palavra o Presidente da Câmara de Vereadores de Massaranduba, senhor Armando Sésar Tassi.

O SR. ARMINDO SÉSAR TASSI - Senhor Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Volnei Morastoni, Deputado Eni Voltolini, demais Deputados presentes, representante da Momento Engenharia, eu venho aqui, representando o povo de Massaranduba, dar a minha opinião nesta Casa parlamentar, como já foi dada muitas vezes.

A divisa do aterro sanitário com as terras de Massaranduba não dá mais do que 1 ou 1,5 quilômetro, e daí são as principais nascentes do Rio 7 de Janeiro que desbocam no Rio Massaranduba.

Então, eu queria pedir aos senhores Deputados que olhem para essa pequena comunidade, que não sabe o perigo que está correndo. No dia em que for instalado esse aterro sanitário, as famílias dessas comunidades não mais poderão beber dessa água, porque serão contaminadas.

Eu queria lembrar aos senhores Deputados e aos senhores representantes da Engenharia Momento que todo cidadão tem direito à qualidade e segurança de vida.

Então, olhem para as pessoas de Massaranduba, pois não é por ser um Município pequeno que as pessoas são diferentes da comunidade de Blumenau. Até nós aceitamos um acordo, mas desde que nesse acordo não seja feito o aterro sanitário naquele local, porque aquele local é impróprio para a instalação desse aterro, pois não existe até hoje, eu acho, no Brasil, um aterro sanitário construído em cima das nascentes. E delas pega-se água para a produção agrícola de Massaranduba e também para a própria população massarandubense.

Então, era isso o que eu queria dizer, deixando apenas o meu protesto contra a Engenharia Momento, porque ela não pensa na população pequena mas nos grandes empresários e nas grandes cidades.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - A seguir eu passo a palavra ao Dr. Joaquim Pires Júnior, Procurador do Ibama, que está presente em nossa reunião.

O SR. JOAQUIM PIRES JÚNIOR - Deputado Volnei Morastoni, demais Deputados, autoridades, representantes dos Municípios, entidades, senhoras taquígrafas, pessoal do som e todos aqui presentes, o meu bom dia.

Estamos aqui na condição de representantes do Ibama, não conhecemos o processo, o pessoal técnico que deu seus pareceres não pode se fazer presente. Então, estamos aqui para ouvir e colher o que for apresentado.

O Ibama está sempre de portas abertas para qualquer diálogo e faz-se presente para realmente ouvir em conjunto, ter idéias e melhorar a qualidade de vida do nosso Estado e das comunidades. Enfim, o Ibama está aqui para fazer a sua vez como órgão ambiental federal.

Deixo aqui o meu abraço e continuo ouvindo as opiniões e sugestões de todos os presentes.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado ao representante do Ibama.

Passo a palavra ao Dr. Francisco Costa, representante da Fatma e do Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

O SR. FRANCISCO COSTA - Bom-dia a todos os Deputados aqui presentes, às autoridades, aos técnicos, à comunidade. A Fatma, neste processo de licenciamento, assim como em todos os outros que tramitam na Fundação relacionados à disposição final de resíduos sólidos, tanto urbano como industrial, segue uma rotina de trabalho já muito bem firmada na Fundação, nos seus 24 anos de existência.

É uma equipe multidisciplinar, que trabalha em conjunto na análise dos projetos, desde as alternativas vocacionais, isto é, as opções de localização de um empreendimento desse tipo, até a fiscalização final da obra, para o início da operação, isto é, o início da disposição dos resíduos no local.

Então, esse processo do aterro da Vila Itoupava, da Empresa Momento, seguiu os trâmites normais como os outros oito aterros licenciados no Estado. Nós temos oito aterros completamente licenciados em operação, dois deles industriais, localizados na região de Jaraguá e Joinville. A nenhum deles foi pedido Estudo de Impacto Ambiental, porque a equipe técnica achou que a localização e o projeto executivo apresentado não necessitavam a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental.

Como diz a resolução do Conama, cabe ao órgão ambiental do Estado, decidir sobre a solicitação ou não do Estudo de Impacto Ambiental, dependendo do impacto que a obra possa proporcionar na região.

Hoje nós temos um número ainda pequeno, mais com empreendimentos de porte relacionados à disposição de resíduos, aos quais não foi solicitado o Estudo de Impacto Ambiental e, sim, estudos específicos da obra, que valerem, que foram analisados pelos técnicos; e foi constatada a total regularidade com relação às normas (inaudível) técnicas brasileiras e à legislação vigente. A Fatma é um órgão licenciador e fiscalizador, e segue estritamente as normas técnicas brasileiras e a legislação vigente.

O processo de licenciamento do aterro é de competência da Fundação, agora, a partir do momento em que surgem elementos técnicos da alçada da esfera federal, nós consultamos o Ibama, como foi feito. E o processo foi encaminhado ao Ibama para um período de análise lá, assim como quando houve necessidade de uma manifestação do Município, foi consultada também a Fundação Municipal de Meio Ambiente em Blumenau; quando foi necessário a manifestação técnica da empresa que iria implantar o empreendimento, nós solicitamos estudos específicos com relação a alguns itens que ficaram obscuros no projeto.

E quando foi necessária a intervenção do Ministério Público estadual e federal com relação aos aspectos legais, foi feita a consulta a estas duas instituições, tanto a federal como a estadual. A partir dessas consultas na esfera municipal, federal, e judiciária, nós culminamos com o Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em dezembro de 1997, que proporcionou a liberação da licença de implantação do aterro.

Então, a Fatma em nenhum momento tomou medida unilateral, ela tomou medida em conjunto, ouvindo todas as partes, todas as instituições das diversas esferas no que cabia.

Então, causa estranheza o documento do Ibama, assim como o nosso Diretor-Geral também estranhou muito a posição de que a competência é da Fatma. A competência é da Fatma, mas no que diz respeito ao licenciamento, a questões da esfera federal, foi consultado o Ibama.

Agora, discuto muito a capacidade técnica dos engenheiros que estão questionando alguns aspectos técnicos do projeto.

A Fatma trabalha há 24 anos com a equipe técnica especializada nesta área de aterro industrial. Então, estão questionando questões técnicas que a Fatma vem analisando há muito tempo, e até mesmo questões jurídicas, indo de encontro a pareceres dos promotores públicos estaduais e federais, que culminou com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta.

O processo da Fatma seguiu com a total transparência; a questão da área de preservação foi discutida com o Ibama, juntamente com o Ministério Público estadual e federal. Quanto à questão do lançamento de chorume num rio de pequeno porte, não vai ser lançado chorume em qualquer córrego que seja, vai ser lançado efluente tratado e monitorado.

Quanto à questão da solicitação do EIA/Rima, como já falei, inicialmente em todos os outros empreendimentos relacionados à disposição de resíduos sólidos não houve solicitação de estudo de impacto ambiental, e estão aí operando e funcionando.

E se este empreendimento fosse feito próximo ao Município de Gaspar, estaríamos aqui discutindo com a comunidade de Gaspar; se fosse feito próximo ao Município de Rio do Sul, estaríamos aqui discutindo com a comunidade de Rio do Sul. Então, lixo ninguém quer próximo; portanto sempre vai haver esse tipo de discussão.

E nós estamos aqui representando a parte técnica da Fundação, que analisou o projeto e tem total segurança sobre o aspecto técnico e legal com relação a este projeto. Estamos de portas abertas para qualquer explicação mais específica ou técnica sobre o problema.

Aproveito para apresentar as escusas do Secretário do Meio Ambiente e do Presidente da Fatma, Vladimir Ortiz, que não puderam estar presentes, e eu estou aqui representando estas duas autoridades.

Estou à disposição para qualquer esclarecimento técnico. Não analisei o projeto, tenho um conhecimento geral da obra, mas os técnicos que estiveram analisando o local e o projeto executivo estão na Fundação à disposição para qualquer esclarecimentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado ao Dr. Francisco Costa, representante da Fatma e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Na sequência, vou conceder a palavra o Deputado Eni Voltolini, que depois precisará se retirar em função de outras reuniões que estão acontecendo simultaneamente neste momento; e, posteriormente, concederei a palavra ao Deputado Lício Silveira, que é o Relator desta matéria.

Antes, porém, quero aproveitar a oportunidade para registrar a presença entre nós dos 42 alunos e professores do Colégio Estadual São João Bosco, de Apiúna. Sejam bem-vindos e sintam-se bem neste Poder Legislativo.

Com a palavra o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, senhor Deputado Lício Silveira, senhores representantes das comunidades de Massaranduba e de Blumenau, senhor Vice-Prefeito de Massaranduba, senhores representantes do Ibama e da Fatma, senhoras e senhores catarinenses que nos prestigiam nesta audiência, alunos.

A minha presença aqui, como Deputado, tem um outro caráter que é o da coordenação momentânea que faço da Bancada Suprapartidária do Norte e Nordeste, missão que estou encerrando, porque há um rodízio de comando, e agora será delegada ao Deputado Adelor Vieira, que por outros três meses irá conduzi-la.

Quero fazer uns registros muitos breves, Deputado-Presidente da Comissão.

Só para resgatar um pouco da história, quando fomos pela primeira vez provocados pelo assunto, que haveria alguma dificuldade, algum problema com relação ao aterro sanitário industrial de Blumenau, prontamente a Bancada Suprapartidária do Norte e Nordeste se fez presente nas imediações da Vila Itoupava. Deslocamo-nos, em conjunto com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, para o local propriamente dito.

Estivemos lá fisicamente presentes e pela primeira vez tivemos a oportunidade de ouvir o relato da Momento Engenharia sobre o projeto em si.

Depois realizamos aquela audiência na Câmara Municipal de Blumenau. Estávamos acompanhados por Vereadores, por muitos outros Deputados, por representantes daquelas duas comunidades, houve um debate por mais de quatro horas. Determinamos os debates por volta das 14h, tendo começado por volta das 9h, 9h30min.

Então, o que estamos ouvindo hoje eu não diria que é uma repetição e, sim, a manifestação assemelhada daquilo que já se disse em algumas oportunidades, tanto por parte das Associações Comerciais de Blumenau e de Massaranduba, dos representantes da municipalidade de ambos os Municípios, da Momento Engenharia, do representante técnico que dá assessoria àquelas comunidades (notadamente Vila Itoupava e Massaranduba), dos Vereadores, do Ibama e da Fatma.

Mas parece-me que o que está acontecendo é um problema mais sério, porque nós estamos escondendo atrás de algumas informações, parece-me, a grande questão.

Particularmente, eu não entendo que isso é subjugamento de uma comunidade. É um outro problema. Não entendo que isto é apenas a preocupação da manutenção da qualidade das empresas de Blumenau, a preocupação com a ISO-14.000, porque isso já havia antes. Não é por conta disso que nós vamos destacar ainda mais este processo.

Eu me assusto quando algumas pessoas que respeito, como, por exemplo, o Dr. Joaquim e o Dr. Francisco, dizem que não conhecem o projeto. Eu me assusto com isso. Assusto-me quando essas pessoas, que representam a garantia do Estado, que representam para todos nós a certeza de que as questões legais estão sendo atendidas, dizem não conhecerem o projeto. Assim disse aqui o Dr. Joaquim; disse que não conhecia o projeto, que estava aqui para ouvir. E o Dr. Francisco não disse que não conhece o projeto, mas disse que as pessoas que fizeram isso não estão aqui, que os técnicos que examinaram a questão não estão aqui conosco.

Ora, desde o começo o que nós estamos querendo como cidadãos políticos, como representantes, é ter a certeza se estamos procedendo de forma correta. A posição dos Deputados nunca foi de questionar o procedimento da associação, da Momento Engenharia, porque até nesse aspecto tivemos respostas positivas com relação à qualidade do projeto técnico, com relação à engenharia civil do projeto, mesmo leigos que somos. Sabatinamos de tal forma e de tal sorte que tivemos dali a certeza de que estávamos vendo um bom projeto.

A questão sempre foi se o local é adequado. A questão colocada sempre foi se os preceitos legais estavam sendo atendidos, e sobre estas questões nunca nos foi dada tranquilidade até este momento. Por quê? Porque existem pontos de vista divergentes e, mais do que isso, existem aqui questões colocadas. O Dr. Francisco aqui citava e procurava destacar que não concordava que o Ibama se eximisse da forma como estava fazendo, escrevendo aquilo que escreveu.

Então, quando estas entidades, que para nós, catarinenses, significam salva-guardas, quando o próprio Ministério Público, que significa salva-guarda dos interesses de uma comunidade, estão a nos oferecer não informações, mas confusões, é que fico preocupado.

Eu não imagino também que alguém na calada da noite criou mecanismos para poder implantar, não é isso, não. Eu não acredito nisto. Apenas quero ter tranquilidade para saber se o papel que estou fazendo é um papel de fato de defesa da comunidade ou se estou sendo usado por algumas pessoas como representante político.

Eu quero ter a certeza de que as questões legais estão sendo atendidas, porque me permito, Deputado Presidente, lembrar de um detalhe. Acompanho há cerca de dois anos a instalação de um *ferryboat* ligando o Município de Itapoá a Joinville, uma travessia de 900 metros que está parada e ainda hoje indefinida, porque houve, segundo a posição dos órgãos ambientais, infringência aos preceitos legais, e não discordo disso.

Só que o que houve lá foi que numa das margens, mais exatamente na margem que pertence a São Francisco do Sul, uma picada já existente foi aberta. Lá não há nascente nenhuma, não há morro nenhum. Nós não conseguimos superar os impasses, e até estudo de impacto ambiental foi exigido. E quando me dizem que para esse tipo de empreendimento não precisa estudo de impacto ambiental, eu continuo confuso, eu continuo a não entender qual é a correlação que existe entre um e outro empreendimento.

Não discuto, volto a insistir, e dou os parabéns às entidades empresariais de Blumenau que tiveram a percepção de colocar recursos próprios para fazer um aterro daquela qualidade. Não discuto as questões da qualidade do projeto, mas não quero ser usado pelos órgãos ambientais deste Estado que estão aí não a se digladiar, mas a nos trazer confusões.

Eu acho que tem que haver um árbitro neste processo e este árbitro se chama Ministério Público, que tem a obrigação de entender as leis, que tem a obrigação de chamar o Ibama e a Fatma e fazer-se entender por que primeiro não precisa do estudo de impacto ambiental. É uma prerrogativa que existe na lei? Concordo, Dr. Francisco. Agora, quero que me expliquem, então, por que lá, na questão do *ferryboat*, é preciso estudo de impacto ambiental e por que num aterro sanitário desta monta não é preciso.

Também quero melhor entender por que o Ibama escreve o que escreve e diz que a preocupação é da Fatma. E por que a Fatma depois, no momento seguinte, diz que não é bem verdade, que a Fatma consultou o Ibama, consultou a Fundema.

Eu queria ter aqui presentes os representantes técnicos dessas entidades, sem demérito nenhum ao Dr. Joaquim e ao Dr. Francisco. Eu queria ouvir das pessoas que elaboraram os pareceres por que dizem o que disseram, ou por que não dizem o que não deveriam ter dito, porque, senão, vamos fazer audiências e mais audiências, o projeto continua a caminhar e de repente é fato consumado.

Eu não concordo com a idéia de subjugar. O Município de Massaranduba está tendo a atenção da Assembleia Legislativa e a Vila Itoupava também, portanto, a posição política dos Deputados, não de promoção política, mas a da defesa dos interesses do questionamento está sendo feita desde o início. Mas de certa forma eu exijo que o Ministério Público venha até nós, seja acionado para nos dizer o que de fato é lei, porque neste emaranhado de leis que existem, nessas várias citações que existem, existem coisas que são claras para todos nós, o que pode e o que não pode. Só que aqui as variáveis que estão sendo colocadas nos deixam de fato apreensivos e principalmente preocupados.

Nós, aqui, tanto a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Casa quanto a Bancada Suprapartidária do Norte e Nordeste, não estamos fazendo papel de bobos no processo, estamos preocupados em estar ao lado da comunidade, preocupados em trazer a verdade sobre os fatos, para aí poder nos posicionar. E os órgãos ambientais, com esse conflito de interpretação, vêm aqui nos dizer que não conhecem o projeto e que as pessoas técnicas que elaboraram os seus pareceres não puderam estar aqui?!

Não conseguimos sair do impasse que foi criado desde a primeira reunião, porque não há clareza cristalina sobre essas questões ambientais.

Infelizmente para questões outras, menores, você tem às vezes a posição rápida, precisa do Ibama e da Fatma para aplicar sanções, notificações, prisões.

Agora, para uma questão tão importante quanto essa, nós continuamos a ter dúvidas e continuamos a ter dos órgãos ambientais (não estou falando das pessoas, eu estou falando dos órgãos ambientais)

posições não-claras. E por conta disso o Ministério Público tem que ser um árbitro no processo, ele não pode se eximir a esse papel, não pode apenas assinar o Termo de Ajustamento de Conduta dizendo que é isso que resolve a questão e que é isso que proporciona o licenciamento ambiental. Ou ao menos ele tem que vir aqui para nos dizer: "Você, Deputado Eni Voltolini, está errado, porque lhe falta essa informação. E eu vou lhe dar essa informação e clarear". E aí eu estarei tranqüilo para poder defender a minha posição de que deve haver aterro, sim; de que as indústrias de Blumenau estão certas ao se preocuparem com isso; de que o local de fato - e é sobre isso que ainda tenho as minhas dúvidas - não atinge, não conflita com nenhuma legislação ambiental e que, portanto, também esse aspecto está vencido; de que há segurança absoluta sobre tudo que se deseja fazer.

Essa é a questão que eu desejava colocar.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado, então, Deputado Eni Voltolini.

Eu solicito a compreensão do Plenário brevemente aqui. Eu vou suspender esta nossa reunião para passar a palavra ao Presidente da Casa, Deputado Neodi Saretta, para a continuidade da sessão ordinária, porque nós estamos realizando a nossa reunião no intermeio da sessão ordinária.

Logo em seguida vamos reiniciar com os encaminhamentos finais aqui. Ainda há alguns esclarecimentos, alguns questionamentos aqui para serem feitos, de determinadas colocações. E finalmente o Deputado Lício Silveira vai se manifestar a respeito da matéria.

Está suspensa a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Agradecemos à Presidência da Casa e à Mesa Diretora pela oportunidade de podermos continuar a reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, tratando sobre o aterro sanitário/industrial de Blumenau.

Concedo a seguir a palavra ao engenheiro Arlon Tonolli, que pretende nos encaminhar um documento. A seguir, antes de passar a palavra ao Deputado Lício Silveira, vamos abrir 5 minutos para esclarecimentos, questionamentos e manifestações complementares dos participantes com relação às manifestações havidas. Vamos abrir esse rápido espaço de tempo para depois passarmos a palavra ao nosso Deputado Lício Silveira, que é o Relator desta matéria.

Com a palavra o engenheiro Arlon Tonolli.

O SR. ARLON TONOLLI - Deputado Volnei Morastoni, gostaria de fazer aqui uma importante colocação da matéria que saiu publicada, no dia de ontem, na Gazeta Mercantil, caderno de Campinas, sob o título "Pedras no caminho dos parques", destacando a importância da posição do Ministério Público que pelo art. 127 da Constituição Federal possui a obrigação de ser o fiscal da lei. Vou ler rapidamente aqui o que julgo muito importante nesta matéria:

"Os promotores públicos, Flaminio Silveira Amaral Júnior, Rogério da Rocha Camargo e Maria Elizelda Francisco, entraram com uma ação civil pública em que afirmam que os dois empreendimentos não apresentam o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) nem o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) necessários para garantir a integridade da região.

A liminar do Juiz Wilson Rodrigues Alves, da Comarca de Vinhedo, acatou a ação no dia 2 de dezembro. Desde então, tanto o parque Aquático Wet's Wild São Paulo, em Itupeva, quanto o Parque temático Great Adventure, em Vinhedo, estão fechados. (...) O Wet's Wild estava pronto para ser inaugurado após o investimento de US\$50 milhões. (...) O Great Adventure, que representa um investimento total de US\$200 milhões, iria ser concluído em setembro deste ano."

A Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Itoupava e Massaranduba considera este registro de especial importância para colocar a posição do Ministério Público, tanto estadual como federal, no que diz respeito à proteção do meio ambiente, porque sabemos que no que diz respeito ao meio ambiente, o importante é a prevenção de danos, e neste caso do aterro sanitário que está sendo edificado em Vila Itoupava isto não foi levado a efeito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado ao engenheiro Arlon.

Vamos, então, abrir aqui um espaço para essas informações, esses esclarecimentos necessários.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Eu gostaria de fazer uma colocação. Eu estava há pouco na Comissão de Finanças e o Deputado Gilmar Knaesel pediu que aqui eu fizesse menção sobre o seu nome - ele e o Deputado Ivan Ranzolin estão presidindo uma reunião tão importante quanto esta, a respeito do ICMS. Este projeto polêmico está nesta Casa e envolve mais de dois bilhões. Por isso, ele não está aqui presente.

Então, é só para justificar a ausência do Deputado Gilmar Knaesel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito bem. Os representantes da empresa Momento Engenharia, senhor Luiz Antunes e senhor Álvaro Gugelmin, estão presentes nesta nossa audiência pública.

Com a palavra o senhor Luiz Peré.

O SR. LUIZ PERÉ - Eu sou diretor técnico da Momento Engenharia.

Excelentíssimo senhor Deputado Presidente da Comissão de Saúde;

Excelentíssimos senhores Deputados aqui presentes;
Demais autoridades, senhoras e senhores.

Tomo uso da palavra, senhor Presidente, mais uma vez para reprimir o fato de que a Momento Engenharia não está fazendo uma obra para degradar o meio ambiente. Estamos, sim, construindo uma obra para preservar o meio ambiente. Então, fico até meio assustado em ouvir a posição de alguns representantes da comunidade de Massaranduba, com protesto contra a nossa obra, porque por incrível que pareça as comunidades que serão mais beneficiadas com esse empreendimento serão as comunidades próximas ao aterro sanitário.

A preocupação da qualidade exigida que os representantes de Massaranduba tanto falam se resume ou se traduz em ter um aterro sanitário com essa categoria, como não existe no Estado de Santa Catarina, ao lado do seu Município, em que poderão depositar todos os seus resíduos não só industriais como também sanitários. E isso, sim, permitirá às empresas de Massaranduba possuir o ISO-14.000. Mas não havia condições de possuir isso, porque não têm um empreendimento desse tipo à sua disposição.

Fico preocupado também em ver as pessoas representantes da comissão de Vila Itoupava e Massaranduba, assim como o engenheiro ambientalista, que fala muito em lei e não fala sobre técnica de execução de obra; o senhor vice-Prefeito fala sobre a parte técnica da obra, coloca em dúvida todo o levantamento, todo o estudo que foi feito. Trazem ao conhecimento da comissão fatos de jornais, posições de engenheiros do DER que não conhecem a obra, falam sobre os aspectos geológicos da região, mas não falam sobre o local específico da obra. Então, isto tudo causa confusão.

Tem muita razão o nobre Deputado quando fala que quando se procura elucidar os fatos, pelo contrário, fica-se cada vez mais confuso. É óbvio que se fica mais confuso, porque trazem aqui meias verdades. Quando se lê o documento do Ibama, lê-se o inciso I e o inciso IV, não se lê o documento na íntegra para dizer que no fundo a responsabilidade sobre esse licenciamento que foi dado pertence à Fatma. Então, usam-se meias verdades, meios argumentos para criar confusão, e eu acho que a idéia da comissão é ter uma garantia de que o empreendimento é válido, é correto e é extremamente necessário.

Essa é uma obra de preservação do meio ambiente, não é uma obra de degradação de meio ambiente. Quero lembrar a todos os senhores que o sepultamento de um investimento desse representa um retrocesso de pelo menos três anos na situação hoje de degradação do meio ambiente.

O aterro da Parada I está sujeito, a qualquer hora, a correr um risco de degradação ambiental incalculável. Qualquer outra solução, se se procurar um outro terreno, como foi dito aqui, já não passou pela Fatma, a Fatma achou que a degradação naquele terreno seria muito menor do que em qualquer outra área...

Então, essa área que está sendo levantada aqui mais uma vez a própria Fatma não aceitou, lá existe mais vegetação, lá existe mais água. Portanto, a degradação do meio ambiente seria maior.

Finalizando, quero dizer que o intuito, o espírito da comissão é que se procure separar o joio do trigo. Realmente a obra é necessária, a obra é importante, é fundamental. E qualquer retrocesso nessa obra é um prejuízo, no mínimo, de 2 a 3 anos para recuperar o ponto que estamos hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Nós precisamos nesse momento limitar as palavras e por isso vamos conceder três minutos para cada manifestação.

Concedemos a palavra ao senhor Francisco Costa, representante da Fatma.

O SR. FRANCISCO COSTA (Representante da Fatma) - Senhor Presidente, só quero ressaltar que na equipe técnica que analisou o projeto consta um engenheiro civil, um geólogo, um biólogo e um engenheiro florestal. Essa equipe é que analisou o bojo do projeto nas suas devidas especialidades.

Eu tenho conhecimento, só para esclarecer o Deputado Eni Voltolini, que está ausente no momento, do aspecto global do projeto.

Participei pessoalmente do processo de escolha da área, visitei algumas áreas em Blumenau, juntamente com outro técnico, o qual fez dois sobrevôos na região, e todos os pareceres técnicos assim como os relatórios de viagem passam por mim.

Portanto, tenho conhecimento geral do projeto, mas o conhecimento específico de alguns detalhes técnicos fica a cargo dos seus técnicos, de acordo com a sua especialidade, é uma equipe de 4 ou 5.

O SR. Deputado Wilson Wan-Dall - Concede-nos um aparte?

O SR. FRANCISCO COSTA (Representante da Fatma) - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - O senhor confia nos técnicos que fizeram esse projeto?

O SR. FRANCISCO COSTA - Evidente! Confio e tenho conhecimento sobre o assunto. Passam, hoje, por mim, na Fatma 50 ou 60 processos para deliberar e assinar, e esse processo da empresa ficou na Fundação um ano e meio em estudo. Tive tempo suficiente para ter um bom conhecimento.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - O Deputado Eni Voltolini estava se pronunciando quando eu cheguei da Comissão de Finanças. E acho que deixou meio confuso, dizendo que a Fatma não tinha conhecimento.

O SR. FRANCISCO COSTA - Isto não confere. Talvez eu tenha me expressado mal, eu não participei diretamente da análise técnica do projeto executivo. Participei inicialmente do processo de escolha de área e tenho conhecimento total do projeto executivo. Agora, existem detalhes técnicos, específicos, como é o do engenheiro florestal, a questão da vegetação, do solo, a questão do geólogo, do biólogo, a questão dos recursos hídricos e do engenheiro civil do aterro sanitário.

A equipe multidisciplinar hoje estuda não só o projeto da Momento, mas os outros projetos que entram na Fundação. E eu tenho esse conhecimento geral dos pareceres, dos relatórios técnicos e delibero a questão da licença.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Então, esse documento não foi assinado na calada da noite como muitos falam?

O SR. FRANCISCO COSTA - Não! Isso passou por um ano e meio, ocorreram diversas reuniões com o Ministério Público Estadual e Federal, com a Fundação do Meio Ambiente, a Fatma, e com o Ibama, na cidade de Blumenau, para decidir sobre as condicionantes estabelecidas no processo de licenciamento e o plano de ajustamento de conduta.

Quero deixar bem claro que a licença ambiental obtida pela Fundação tem em uma de suas páginas as condicionantes de validade da licença. Portanto, existe uma série de itens que a empresa tem que cumprir para que continue o andamento da obra, e no final tem um item que ela deve cumprir na sua integridade: o tempo de ajustamento de conduta à cidade, em dezembro de 97.

Caso isso não ocorra, ela vai sofrer sanções sérias, como multa diária e recuperação ambiental da área degradada. Então, a licença está muito bem fundamentada em termos de segurança com relação a toda aquela região.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Concedemos a palavra ao Vice-Prefeito de Massaranduba, senhor Alfredo Vavassori, por três minutos.

Em seguida concederemos a palavra ao engenheiro Arlon Tonolli.

Gostaria de saber se mais alguém vai se manifestar, porque logo em seguida concederemos a palavra ao Deputado Lício Silveira.

O SR. ALFREDO VAVASSORI (Vice-Prefeito de Massaranduba) - Nós gostaríamos de dizer ao Diretor da empresa que nos preocupamos com a falha técnica e falamos sobre ela, porque entendemos que somos profissionais apenas de técnica agrícola, mas temos um bom conhecimento nessa área.

Atuamos numa empresa do Estado há mais de 20 anos, na antiga Acaresc, a Epagri, e temos um belo trabalho no nosso Município com relação ao trabalho de microbacias, inclusive aquela área no 7 de janeiro está dentro da área microbacia, trabalhada pela nossa equipe técnica do Município, no qual nós queremos preservar realmente a qualidade.

Quero dizer que sou o Presidente do Conselho de Agricultura e Meio Ambiente do Município desde a sua fundação. Portanto, estamos fazendo um trabalho de conhecimento na área agrícola do Município. Também sou Secretário da Agricultura e devo me preocupar e preservar pela qualidade.

Ainda como Vice-Prefeito, digo que nós nos preocupamos com relação à parte do lixo, tanto do lixo doméstico, do lixo industrial como do lixo tóxico.

Nós, no Município de Massaranduba, temos um belo exemplo, que é esse trabalho realizado na área de microbacias, onde foram instalados 9 coletores de resíduos tóxicos, domésticos e industriais do

Município. Cada coletor desses tem 4 divisões, onde são separados latas, plásticos, vidros e mais o compartimento da área tóxica.

A Prefeitura dá todo o apoio, inclusive, na construção e na coleta desses resíduos. Temos uma boa preocupação nessa área e não levamos a coisa pelo lado ambientalista, levamos realmente pela qualidade de vida que temos que deixar para os nossos filhos e que temos que deixar para o futuro.

Queremos, mais uma vez, dizer que não é que somos contra a instalação do lixão, somos contra esse local onde pode vir a prejudicar Massaranduba. Se fosse consultada a comunidade antes de tratar mais desse projeto, antes de iniciar a implantação, talvez tivéssemos arrumado uma alternativa que fosse bem baseada e não teria sido polêmica.

No entanto, nós ficamos à mercê, não fomos convidados, não fomos consultados, e no decorrer do processo quando começamos com a manifestação, sempre, parece que fomos ignorados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Concedemos a palavra ao engenheiro Arlon Tonolli, Assistente Técnico da Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava, em Massaranduba.

O SR. ARLON TONOLLI - Deputado Volnei Morastoni, eu só gostaria de fazer uma observação sobre a assertiva do meu colega Luiz Pereira Antunes, Diretor Técnico da empresa Momento Engenharia, no sentido de que, na verdade, sou engenheiro civil e faço questionamentos técnicos em relação ao projeto, porque consideram um projeto dessa magnitude um conjunto de fatores, entre os quais a questão do local também se faz necessário apreciar.

Com relação à questão das leis, à questão legal, eu não faço nada mais do que a minha obrigação como cidadão em defesa do meio ambiente pelo art. 225 da Constituição Federal e também no que diz respeito à lei de introdução do Código Civil Brasileiro, que obriga todo o cidadão a ter conhecimento da lei. Nenhum cidadão pode ignorar o conhecimento dessas leis.

Neste aspecto, procuro sempre cumprir com a minha obrigação de procurar, como técnico, esclarecer os aspectos técnicos da legislação ambiental, mesmo porque temos um arcabouço legal no que diz respeito ao meio ambiente no nosso País de muitas leis, artigos e decretos. É imprescindível que um técnico procure conhecê-las e esclarecê-las não só para a sociedade mas, sim, para todas as autoridades e cidadãos que desejarem conhecer esses dispositivos legais. Volto a ressaltar que a legislação brasileira é muito boa em matéria de meio ambiente, basta apenas cumpri-la.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o senhor Horst Reck.

O SR. HORST RECK - Sou Vereador em Massaranduba. Gostaria inicialmente de cumprimentar o Presidente da Comissão de Saúde e as demais autoridades presentes. Quero aproveitar para cumprimentar uma ex-colega de aula, Lia Carmem Klein, que demonstra que ainda tem lembranças da sua terra natal que é Massaranduba.

Gostaria de deixar registrado, como fizeram os dois Deputados que aqui estiveram, que eu também fico a cada vez, a cada encontro, a cada reunião com mais dúvidas, pois as leis nos mostram tudo favorável, à tal da comissão, como muitos a tratam.

Eu pergunto aos senhores onde estão os órgãos competentes que deveriam embargar uma obra desse porte. Pois se ela causa dúvidas, deveria estar embargada, porque a preocupação dos senhores representantes da Momento Engenharia, da Associação Comercial de Blumenau é no sentido de que é uma obra de alto custo. Para que deixar chegar, para que continuar, se ela é duvidosa? Se isto está acontecendo, há muito tempo deveria estar embargada e não em andamento, praticamente em fase final.

Então, essa é a minha revolta. Onde estão os órgãos que deveriam estar presentes embargando uma obra dessa quando ela causa dúvidas?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras e senhores, temos a responsabilidade de fazer esse relato. E as razões até foram expostas pelos senhores Deputados na última reunião, que argumentaram que eu seria uma pessoa que estaria politicamente neutra dentro desse processo todo. Discordei naquela ocasião e continuo discordando. Não sou neutro nesse tipo de problema, no que se refere à minha escolha.

Agora, temos sérios problemas ambientais no Estado de Santa Catarina, seriíssimos. Quando eu ocupei a Presidência da Casan durante três anos e alguns meses, deparei com muitos problemas. No Extremo Oeste até citamos esse problema, na semana passada, no Dia do Meio Ambiente. Temos diversos problemas de contaminação de mananciais de água. E um dos piores problemas que temos lá são os dejetos de porco, os dejetos de suínos, que equivalem ao de dez pessoas. E lá estamos contaminando os mananciais superficiais e os de profundidade. Vejam os senhores onde já chegamos! Pouco se faz com relação a alguns projetos de microbacias. Ali ainda se faz alguma coisa, mas no restante um projeto de maior envergadura não tem nada.

Por isso, já alertamos esta Casa e a sociedade sobre o sério problema que ocorre no abastecimento de água. No Norte de Santa Catarina, especificamente em Joinville, temos problemas sérios ainda de contaminação de mananciais, aliás não só de mananciais, o Rio Cachoeira, por exemplo, sou natural de Joinville, quem lá morou há um tempo e hoje vê o Rio Cachoeira depara com a poluição que tomou conta. Não tem mais jeito de recuperar aquele rio, apesar da tentativa de algumas autoridades em querer fazê-lo.

No Sul e até em parte do Vale, temos problemas, sim, até de contaminação dos mananciais. Por exemplo, no Rio Tubarão temos dejetos de suínos e também contaminação séria pelos arrozais, onde a contaminação chegou ao ponto de pararmos até a estação de tratamento da Casan, naquela ocasião, por três dias, prejudicando toda a população com sérios riscos de abastecimento de água até para os hospitais. E nada se faz! Aliás, se faz alguma coisa!

Temos problemas aqui em Guarimir, próximo de Massaranduba, onde em determinada época o rio, de madrugada, parecia vermelho, outra hora era azul, ou amarelo - contaminação direta resultante dos produtos têxteis. E nada se faz.

Poderíamos citar até o exemplo de Florianópolis, onde, aqui, tem uma estação de tratamento, coleta e tratamento de esgoto, na entrada da cidade. E na ocasião inclusive foi extremamente discutido.

Foi feito esse sistema de tratamento de esgoto com a segurança de termos um resíduo de trezentos e onze litros por segundo de esgotos domésticos e também de esgotos hospitalares, até de hospitais especializados em doenças infecciosas. Essa estação foi feita e uma parte dela já está funcionando. E acredito que quando começar a funcionar, a plena carga, teremos resultados favoráveis, porque em nível de DBO temos aí quase 98%, que é um índice extremamente satisfatório.

Ora, quero chamar a atenção de todos os senhores para o fato de que alguma coisa tem que ser feita. Com relação ao aterro industrial, é a primeira experiência que temos em Santa Catarina. Temos uma em Curitiba, e até acho que parte das indústrias de Joinville estão utilizando aquele aterro industrial.

Já que sou o Relator, quero colocar aos senhores que junto com a minha equipe, que é composta pelo senhor Florindo e mais duas outras pessoas que estou escolhendo, irei visitá-los, desapaixonadamente, tanto do lado dos empresários quanto do lado das comunidades. Iremos somente visitá-los para ver tecnicamente o que está sendo feito lá ou também para verificar as preocupações da comunidade que aqui foram relatadas pelo seu Prefeito e por outras autoridades. Mas quero também conversar com a Fatma, que já colocou aqui, especificamente, através do seu Diretor, o Dr. Francisco, que passou por ele esse processo e os técnicos deram o parecer favorável. E quero também conversar com o Ibama, através do Dr. Joaquim.

Não temos ainda um posicionamento adequado, mas vamos tê-lo. Vamos ao relatório, e até o meu assessor chamou-me a atenção, que já existe um pré-pronunciamento do Ministério Público.

Quero dizer aos senhores que irei fazer as diligências nos locais, que irei falar novamente com a Fatma, com o Ibama, com a Procuradoria, com o Ministério Público e vou dar o meu parecer. Não fugirei da minha responsabilidade, até porque alguns amigos me disseram que era véspera de eleição e que nem era para entrar nessa, porque iria me queimar! Mas o Deputado tem a responsabilidade de dar o seus pareceres da forma que achar mais correta possível.

Só quero dizer a todos os senhores, e disso ninguém discorda, que alguma coisa tem que ser feita, sim! E está sendo feita? Está! O problema é a discussão do local! Mas acredito que dentro de um curto espaço de tempo, ao nos desvincularmos dos outros três projetos que temos aqui, já estaremos obedecendo um cronograma de atividades, e os senhores terão notícias nossas o mais breve possível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado, Deputado Lício Silveira!

Ao finalizarmos esta reunião, quero agradecer sobremaneira pela gentileza e a boa vontade de todos que acolheram o chamado da

Comissão de Saúde e Meio Ambiente para essa nova reunião, possibilitando novas informações, esclarecimentos, reafirmando pontos já tidos na audiência pública anterior.

De alguma forma estamos manifestando a prudência, como o Deputado Lício Silveira acabou de relatar aqui, de como estamos tratando essa questão.

Reconhecemos a importância dessa obra que, sem dúvida nenhuma, é um exemplo para Santa Catarina, já que no âmbito de Município é a primeira cidade do Estado que está tomando a dianteira, realizando um empreendimento dessa natureza.

Agora, realmente precisamos chegar a um bom termo, como já foi falado aqui por todos, sobre a importância dessa obra. Queremos que ela possa servir, inclusive, de balizamento para outros empreendimentos dessa natureza. Esperamos que apareçam e floresçam em Santa Catarina, já que essa questão, que diz respeito ao lixo - seja os resíduos sólidos urbanos, seja efluentes líquidos ou gasosos -, a cada dia comprova a importância em compatibilizarmos os nossos processos de crescimento e desenvolvimento com o meio ambiente.

Seja o lixo doméstico, comercial, hospitalar, industrial, aqui mesmo, nesta Casa, estamos com um projeto em andamento para, brevemente, realizarmos um seminário sobre o lixo tóxico, esse lixo resultante das pilhas, das baterias de celulares, das lâmpadas fluorescentes, dos aerossóis, que chamamos como um determinado tipo de lixo tóxico com agravantes ao meio ambiente e à saúde humana. Inclusive, estamos licitando os próprios fabricantes desses produtos para que possamos realizar, nesse sentido, um seminário com a finalidade de debatermos essa questão.

Então, não resta dúvida do entendimento que todos nós temos, do compromisso que todos nós temos com a questão ambiental.

A reunião de hoje possibilitou esse segundo momento de informações, que serão importantes para que a nossa Comissão possa também amadurecer uma posição a esse respeito, bem como uma posição no sentido de colaborar e de contribuir, porque, de alguma forma, como disse o Deputado Eni Voltolini, há um árbitro nesse processo, a princípio o próprio Ministério Público, a partir do momento que as diversas instituições envolvidas assinaram um termo de responsabilidade de ajuste de conduta.

Então, entendemos que todas as interposições que a própria comunidade de Vila Itoupava e de Massaranduba estejam levantando a esse respeito, além de encaminharem à Comissão de Saúde e Meio Ambiente ou aos diversos órgãos envolvidos, que também remetam isso ao próprio Ministério Público, porque, nesse processo, ele já é um árbitro que está colocado no caminho.

Por isso, esperamos que nos próximos dias o Deputado Lício Silveira possa proceder às diligências que aqui anunciou: que ainda gostaria de manter os contatos mais diretamente com o Ibama e com os técnicos da Fatma, *in loco*, visitando o próprio empreendimento para proceder a isso com a maior brevidade possível e, então, possamos ter o retorno dessas informações para que, juntamente com esse relatório, tomarmos aqui uma posição para contribuirmos na decisão a esse respeito.

Na verdade, como já dissemos em outras oportunidades, a Assembleia Legislativa está intermediando esse processo como um espaço de interlocução ao reunir as diferentes partes, antes mesmo de tomar, através do voto dos Deputados, no âmbito da Comissão, uma decisão. Poderá ser um indicativo. De qualquer maneira não é algo definitivo, mas é uma contribuição, e eu acho que este é um papel, é uma responsabilidade da nossa Comissão, ou seja, contribuirmos para que possamos encontrar um bom termo nesse processo todo.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Peço a palavra pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Deputado Presidente Volnei Morastoni, antes de concluir esta sessão eu gostaria de aproveitar a oportunidade para parabenizar V.Exa. no comando da Presidência desta Comissão. Eu como Membro me orgulho de participar da mesma, que deu a oportunidade de ambas as partes poderem aqui discutir, eis que não houve essa oportunidade antes de iniciar o projeto, como alega a comunidade.

Então, foi ouvida a empresa que está fazendo essa obra, as entidades de classe, foi ouvida toda a comunidade de Massaranduba e de Vila Itoupava. E acho que aqui praticamente ficou uma dúvida só: o local onde está sendo construído esse aterro industrial.

Quanto à questão do projeto, tecnicamente todos, eu me lembro, em todos os debates que a Assembleia promoveu nesta Comissão ficou bem claro que é pioneiro em Santa Catarina.

Aos empresários aqui quero também manifestar o agradecimento por esse empreendimento, pois com isso estão demonstrando que Santa Catarina tem condições de colaborar com o meio ambiente. Aqui foi lançada a primeira semente.

Eu vi algumas faixas com algumas palavras meio pesadas quanto à Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Agora, ao invés dessas faixas, acho que deveríamos escrever: Parabéns à Associação Comercial e Industrial de Blumenau por ter coragem de colocar ali mais de três milhões, num investimento para preservar o meio ambiente. Acho que esse é o ponto fundamental.

Quero parabenizar também a comunidade de Massaranduba e de Vila Itoupava por se preocuparem em levantar também a questão de algumas dúvidas para defender a sua comunidade. Por outro lado, a empresa e os empresários também puderam fazer as suas colocações. E tenho certeza de que o Deputado Lício Silveira vai fazer um relatório baseado naquilo que realmente ele ouviu aqui, hoje, naquilo que ele vai ler ou já leu no relatório de outras reuniões de audiências públicas que tivemos na Câmara Municipal de Blumenau. Enfim, acho que a Comissão está de parabéns por ter aberto à comunidade esse debate. Ela não ficou alheia ao processo.

Também a Fatma, o Ibama, o Ministério Público, enfim, todos que assinaram aquele termo de ajuste de conduta também puderam participar desse debate. E logicamente que o Deputado Lício Silveira tem uma missão difícil, mas ele deixou claro que não vai fugir de sua responsabilidade.

Acima de tudo, Deputado Volnei Morastoni, nosso Deputado, parabéns por ter sabido conduzir esse processo de debate no sentido de que possamos chegar num relatório final e apresentá-lo às autoridades, a todas as pessoas, inclusive à imprensa, que também sempre colaborou e prestigiou o andamento das discussões.

Temos também que cumprimentar por essa iniciativa e dizer que a nossa Comissão se sente honrada em poder receber aqui amigos que vieram prestigiar a Assembleia, assim como nós, da Assembleia, fomos encontrar a comunidade para fazer esse grande debate.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado ao Deputado Wilson Wan-Dall.

Eu passo às mãos do Florindo, que é da assessoria técnica do Deputado Lício Silveira, Relator dessa matéria, os documentos aqui recebidos da Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental de Vila Itoupava e Massaranduba.

Assim, então, mais uma vez agradecemos pela presença de todos.

Muito obrigado!

A nossa Comissão continua, sempre, à disposição para poder colaborar, contribuir nos encaminhamentos sobre esse importante assunto.

Muito obrigado!

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado VOLNEI MORASTONI, encerrou a presente Audiência Pública, a qual eu, Itamar Pires Pacheco, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada correta, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros.

Plenário da Alesc, em 09/06/98.

Deputado VOLNEI MORASTONI - Presidente

Deputado IVO KONELL - Membro

Deputado WILSON WAN-DALL - Membro

Deputado LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Membro

Deputado ENI VOLTOLI -

Coordenador da Bancada Suprapartidária Norte/Sul

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 015/98

Dá nova redação ao Parágrafo Único do Artigo 41, da Lei nº 170/98.

O Parágrafo Único, do Artigo 41, da Lei Complementar Nº 170, de 07 de Agosto de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41 - ...

Parágrafo Único - A filosofia e a sociologia constituirão disciplina obrigatória do currículo do ensino médio.

Sala das Sessões, 17 de Agosto de 1998.

Deputado Pedro Uczai

Lido no Expediente

Sessão de 01/09/98

*** X X X ***